

Diário do Legislativo de 13/11/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 84ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Evento Realizado na 83ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Audiência Pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011

1.3 - 74ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 75ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - 53ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 54ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - 55ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.8 - 56ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - 57ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/11/2010

Presidência dos Deputados José Henrique e Gustavo Corrêa

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.994 a 4.998/2010 - Requerimentos nºs 6.771 a 6.773/2010 - Requerimento da Comissão

do Trabalho - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, de Administração Pública e de Educação - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Durval Ângelo, João Leite, Carlin Moura e Getúlio Neiva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gustavo Corrêa) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Getúlio Neiva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.771/2010. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.771/2010.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.994/2010

Estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e de gás natural no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As diretrizes e os objetivos destinados à formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural são os estabelecidos nesta lei.

Art. 2º - A política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e de gás natural será formulada e implementada com a observância das seguintes diretrizes:

I - reverter os ganhos econômicos e sociais decorrentes das atividades relacionadas ao petróleo e ao gás natural em benefício do Estado, com a geração de emprego e renda, o fortalecimento empresarial, a melhoria da qualidade de vida e a promoção do bem-estar social;

II - minimizar os impactos ambientais e sociais causados pelas referidas atividades;

III - promover o conhecimento sobre as atividades relativas ao petróleo e ao gás natural, a fim de desenvolver no Estado a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor.

Art. 3º - São objetivos da política de que trata esta lei:

I - ampliar, em todos os níveis, a formação e a preparação da mão de obra para atender às demandas do setor, inclusive dos fornecedores;

II - criar incentivos visando à atração de empresas e de investidores do setor de petróleo e de gás natural, fomentando a geração de postos de

trabalho e de renda no Estado, em especial dos setores fornecedores, mesmo que pertencentes a um elo distante dessa cadeia produtiva;

III - qualificar e apoiar as empresas estabelecidas no Estado, visando ao ganho de escala, à participação no mercado e à competitividade;

IV - incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica, com foco na atividade empresarial e em ganhos de competitividade industrial;

V - estimular a maior utilização do gás natural na economia mineira;

VI - promover estudos sobre as repercussões sociais e ambientais dos impactos gerados pelas atividades do setor, visando ao desenvolvimento sustentável;

VII - incrementar a infraestrutura de transportes de passageiros e de cargas, de fornecimento energético e de saneamento, para atender às futuras demandas urbanas e econômicas decorrentes das atividades do setor;

VIII - organizar um núcleo de estudos no Estado para geração e atualização de conhecimento sobre o tema e acompanhamento e avaliação da política instituída por esta lei.

Art. 4º - Na implementação da política de que trata esta lei, compete ao poder público:

I - ampliar a oferta de cursos de formação e capacitação nas áreas afins ao setor;

II - realizar seminários, conferências, fóruns e debates públicos para a discussão de temas relacionados à cadeia produtiva do petróleo e do gás natural;

III - avaliar a possibilidade de criação de linhas de fomento financeiro às empresas do setor;

IV - realizar estudos com vistas à adoção de incentivos fiscais destinados às empresas e investidores do setor;

V - incentivar o desenvolvimento tecnológico das empresas do setor, com ênfase na agregação de valor;

VI - incentivar os Municípios a adotar as diretrizes e os objetivos da política de que trata esta lei;

VII - estudar a viabilidade da ampliação da oferta de gás canalizado no Estado;

VIII - realizar estudos para a melhoria da logística de distribuição de gás natural, visando a sua expansão;

IX - identificar as demandas geradas pelas atividades do setor relacionadas aos serviços públicos nas áreas de saúde, segurança, educação, habitação, saneamento, transporte e energia elétrica;

X - estudar o impacto das atividades do setor sobre as demandas de infraestrutura de acesso terrestre e aeroviário;

XI - buscar a integração física do setor com os demais eixos de desenvolvimento para a interligação das economias microrregionais;

XII - tomar todas as medidas necessárias para que o Estado se torne competitivo, em relação aos demais, para atrair investimentos diretamente ou indiretamente relacionados à cadeia produtiva do petróleo e do gás natural;

Parágrafo único - Este artigo aplica-se a qualquer atividade relacionada indiretamente com a cadeia produtiva do petróleo e do gás natural.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: Este projeto de lei visa a fomentar a participação do Estado, de forma competitiva e sustentável, na cadeia produtiva do petróleo e do gás natural, em especial mediante desenvolvimento tecnológico das atividades do setor. Por meio das diretrizes contidas na proposição, o Estado fortalecerá a participação na indústria de bens e serviços relacionados, mesmo que referente a um elo econômico distante, ao petróleo e gás natural, gerando emprego e renda.

Esta proposição visa buscar uma forma programática de obtenção e desenvolvimento de tecnologia, haja vista a larga escala de produção no território brasileiro.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, Minas e Energia e Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.995/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Lourival Soares da Costa - Ambloc -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Lourival Soares da Costa - Amblosc -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2010.

Getúlio Neiva

Justificação: Fundada em 8/8/95, a Associação dos Moradores do Bairro Lourival Soares da Costa - Amblosc - é uma instituição civil sem fins lucrativos, voltada para área social, promovendo os valores humanos e religiosos dos cidadãos. Capta recursos para desenvolver atividades que promovam o desenvolvimento e a defesa da família das crianças, dos jovens e dos adolescentes promovendo seu amparo.

Pelo relevante trabalho, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.996/2010

Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Nazarena de Amparo Social - Speak Easy English Dialogue School - Seeds -, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Filantrópica Nazarena de Amparo Social - Speak Easy English Dialogue School - Seeds -, localizada na Rua Padre Augusto, nº 335, Centro, no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2010.

Gil Pereira

Justificação: A Associação Filantrópica Nazarena de Amparo Social - Speak Easy English Dialogue School - Seeds -, com sede no Município de Montes Claros, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade colaborar nas atividades de acesso à cultura e à língua inglesa da população residente em bairros periféricos e zona rural, por muitas vezes distante dos serviços ofertados. Pauta-se pela necessidade imposta por uma sociedade competitiva de maior qualificação e conhecimento para a ascensão social, a partir da entrada no mercado de trabalho. Tal conhecimento torna-se instrumento de desenvolvimento pessoal à medida que interfere na autoestima da população e a qualifica para buscar formas mais amplas de inserção profissional. O reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pela referida Associação e a certeza de que a mesma terá um alcance social ainda maior após ser denominada como sendo de utilidade pública são as razões que pautam este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.997/2010

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Córregos das Mercês, com sede no Município de Peçanha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Córregos das Mercês, com sede no Município de Peçanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2010.

Rosângela Reis

Justificação: A Associação Comunitária de Córregos das Mercês, fundada em 4/11/2007, é uma instituição de direito privado que exerce atividades filantrópicas, de natureza associativa, sem fins lucrativos, beneficente. Desenvolve importantes trabalhos na área social, tendo como finalidade amparar e educar crianças sem recursos financeiros, ministrando-lhes a educação infantil e combatendo a fome a pobreza. A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo-se, desta forma, os requisitos legais. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.998/2010

Declara de utilidade pública o Projeto Social Vem Viver - Proviver -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Projeto Social Vem Viver - Proviver -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2010.

Walter Tosta

Justificação: O Projeto Social Vem Viver - Proviver -, fundado em 20/9/2003, é uma sociedade civil, sem fins econômicos, que tem como objetivo promover a assistência social, protegendo a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice por meio de programas de atendimento médico-odontológico com profissionais voluntários, e combater a fome e a pobreza, mantendo programa de alimentação alternativo para pessoas carentes e suas famílias, para o qual busca, junto à iniciativa privada, arrecadar alimentos e roupas a serem distribuídos entre os assistidos.

A entidade também promove a integração das pessoas beneficiadas por suas ações no mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes, e trabalha pela divulgação da cultura e do esporte, incentivando as crianças e seus familiares a desenvolver o hábito da leitura.

Pelo exposto, o trabalho da associação é extremamente meritório, e ela merece ser declarada de utilidade pública, o que lhe dará mais condições para desempenhar sua elevada missão. Assim, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.771/2010, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Paula Aliberti Rodrigues dos Reis pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Carmo do Rio Claro.

Nº 6.772/2010, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Campo Belo pela exposição dos trabalhos do aluno Roger Pacifico. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 6.773/2010, da Comissão de Administração Pública, em que solicita sejam encaminhados ao Comandante-Geral da Polícia Militar, à Corregedoria da Polícia Militar, ao Ministério Público Militar e ao Conselho Nacional de Justiça cópia das notas taquigráficas da reunião dessa Comissão em 22/6/2010 e pedido de providências relativas aos assuntos nela tratados, com a anulação dos atos eivados de vícios e a responsabilização das autoridades envolvidas, em especial da Presidente da Junta Central de Saúde - JCS - da Polícia Militar.

Da Comissão do Trabalho em que solicita sejam anexados os documentos que encaminha ao Projeto de Lei nº 4.516/2010. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.516/2010.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública, de Administração Pública e de Educação.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado e Conselheiro do Tribunal de Contas Sebastião Helvécio.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Durval Ângelo, João Leite, Carlin Moura e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos membros do Colégio de Líderes deliberam seja prorrogado até 2/12/2010 o prazo para recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 4.894/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2008-2011, e 4.895/2010, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2011.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2010.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 11 de novembro de 2010.

José Henrique, 2º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 6.773/2010, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 10/11/2010, dos Projetos de Lei nºs 4.794/2010, do Deputado Domingos Sávio, 4.795/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 4.813/2010, do Deputado Padre João, 4.818/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Wander Borges, 4.829/2010, do Deputado Eros Biondini, 4.831 e 4.832/2010, do Deputado Carlin Moura, 4.834/2010, do Deputado André Quintão, 4.837/2010, do Deputado Braulio Braz, 4.839/2010, do Deputado Rômulo Veneroso, 4.843/2010, do Deputado Padre João, 4.845/2010, do Deputado Tenente Lúcio, 4.846/2010, do Deputado Dilzon Melo, 4.851 e 4.852/2010, da Deputada Rosângela Reis, 4.862/2010, do Deputado Paulo Guedes, 4.864/2010, da Deputada Gláucia Brandão, 4.865/2010, do Deputado Marcus Pestana, 4.867/2010, do Deputado Juninho Araújo, 4.868/2010, do Deputado Fahim Sawan, 4.873/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho, 4.876/2010, do Deputado Antônio Júlio, 4.879/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Delvito Alves, 4.882/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Wander Borges, 4.906/2010, do Deputado Antônio Júlio, 4.909/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 4.910/2010, do Deputado Célio Moreira, e 4.912/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Rômulo Veneroso; de Assuntos Municipais - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 10/11/2010, do Requerimento nº 6.754/2010, da Comissão de Transporte; de Segurança Pública - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 9/11/2010, do Projeto de Lei nº 3.605/2009, do Deputado Durval Ângelo, e do Requerimento nº 6.719/2010, da Comissão de Participação Popular; de Administração Pública - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 9/11/2010, dos Requerimentos nºs 6.724 e 6.725/2010, do Deputado Duarte Bechir, 6.731/2010, do Deputado Doutor Viana, e 6.732 e 6.734/2010, da Comissão de Direitos Humanos; e de Educação - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 10/11/2010, dos Projetos de Lei nºs 4.378/2010, do Deputado Mauri Torres, 4.561/2010, do Governador do Estado, e 4.679/2010, do Deputado Célio Moreira, e dos Requerimentos nºs 6.698/2010, da Comissão de Participação Popular, e 6.711/2010, do Deputado Wander Borges (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/11/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e André Quintão

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Deputado Zé Maia - Palavras do Sr. Diogo Sie Carreiro Lima - Palavras do Deputado Carlin Moura - Palavras do Deputado Lafayette de Andrada - Apresentação e entrega das propostas dos grupos de trabalho - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Destina-se esta parte da reunião à realização da audiência pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011, para o exercício de 2011", com a apresentação das propostas dos grupos de trabalho.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Diogo Sie Carreiro Lima, Superintendente Central de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária dessa Pasta; Deputados André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; Carlin Moura; Lafayette de Andrada; e Domingos Sávio; Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - Fetaemg - e relator dos Grupos 1 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce - e 13 - Qualidade Ambiental; Marcos Jota, Secretário Executivo do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG - e relator do Grupo 2 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva; Hugo Avelar, servidor desta Casa e relator do Grupo 3 - Rede de Cidades e Serviços; e Ubiratã Pinto Cerqueira, do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais - Sinttel - MG e relator do Grupo 4 - Logística de Integração e Desenvolvimento; as Exmas. Sras. Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física - 6ª Região e relatora do Grupo 5 - Protagonismo Juvenil; e Fernanda Fernandes de Brito Lyra, da Fundação do Ensino Superior de Passos - Fesp-Uemg - e relatora dos Grupos 6 - Defesa Social - 1ª Etapa - e 8 - Investimento e Valor Agregado da Produção; o Exmo. Sr. Gildásio Alves dos Santos, do Consea-MG e relator dos Grupos 7 e 10 - Vida Saudável - 1ª e 2ª Etapas; as Exmas. Sras. Maria Alice da Silva, relatora do Grupo 9 - Defesa Social - 2ª Etapa; Dinéia Rodrigues, do Fórum Mineiro de Educação Infantil e relatora do Grupo 11 - Educação de Qualidade; e Santuza Abras, Vice-Reitora da Uemg e relatora do Grupo 12 - Inovação, Tecnologia e Qualidade; e o Exmo. Sr. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Fetaemg e relator do Grupo 13 - Qualidade Ambiental.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Boa tarde a todos os integrantes desta Revisão do PPAG. É com alegria que iniciamos esta etapa final da audiência da região central de Belo Horizonte.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença, nos trabalhos de BH, do Promotor de Justiça e Coordenador Rodrigo Filgueira de Oliveira, que representa o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e participou das audiências durante todos esses dias; do companheiro e amigo Geraldo Herzog, Secretário Adjunto de Orçamento e Planejamento da nossa Capital; e da Sra. Andréa Carelli, que coordena o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Adolescência do Estado. É um prazer tê-los aqui.

Agradeço, mais uma vez, a presença do Diogo, que representa o governo do Estado; ao Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente da Assembleia, por cujo intermédio agradeço a todo o corpo técnico desta Casa, que disponibilizou todos os meios necessários para as audiências tanto no interior quanto nesta Capital; e ao Deputado Zé Maia. Esse processo é realizado, há alguns anos, em comum acordo com a Comissão de Fiscalização Financeira; é um processo coletivo, conjunto, que não teria êxito se não fosse também incorporado por essa Comissão. Agradeço a todos os membros da Comissão de Participação Popular.

Agradeço a todos cuja contribuição será decisiva durante as audiências e na elaboração dos pareceres. Agradeço também a vocês, que integraram os grupos de trabalho e que estão presentes para a apresentação final das propostas acolhidas. Cada grupo terá o representante convidado para fazer o resumo dos trabalhos.

Palavras do Deputado Zé Maia

Boa tarde a todos. Prezados Srs. Presidente, Deputado André Quintão; Diogo Sie; Deputado Carlin Moura e demais Deputados presentes. Agradeço a participação de cada um de vocês nas audiências desde segunda-feira e nas que foram realizadas no interior. Ainda será realizada uma audiência em Itaobim no dia 12. Um processo importante que tem marcado a revisão do PPAG é a interiorização dessa discussão, dando oportunidade a todas as regiões do Estado de participarem. Minas Gerais é um Estado grande, do tamanho da França, com várias regiões de realidades distintas. Como há dificuldade para as pessoas virem até a Assembleia, a interiorização é importante. Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai até Maomé. A Assembleia e o governo do Estado estão levando as comissões a cada região. É importante destacar a parceria do governo do Estado, que tem encaminhado seus técnicos e apresentado ações, avanços e mudanças do governo, enfim, a real execução de cada medida aprovada em anos anteriores na Assembleia.

O ponto alto é a participação da sociedade, com o particular de dar oportunidade às regiões do interior do Estado de participar. É fundamental a participação da sociedade civil e de cada cidadão, dando-nos contribuições que norteiem nossos trabalhos. Temos falado isso insistentemente. As ações previstas no Orçamento, no PPAG, no PMDI e na LDO são voltadas para a sociedade e para o cidadão. É lógico que, antes de tomar decisões, ouçamos a sociedade e colhamos sugestões. Isso enriquece o debate, que passa a ser consonante com a realidade de cada região do Estado e com o sentimento do cidadão.

Cada parlamentar está ligado a sua base e tem discussões permanentes nos Municípios de sua atuação, mas em uma discussão rica como essa, o ponto mais alto é a contribuição de vocês.

Por essa razão, agradecemos a presença de cada um de vocês, entre os quais vários que vieram do interior para participar das audiências públicas. Os Deputados André Quintão e Carlin Moura - este participou conosco da audiência em Itapagipe - são testemunhas de que a cada ano as audiências públicas, tanto na Capital quanto no interior, contam com uma presença maior de Prefeitos, Vereadores e, o mais importante, pessoas da sociedade que trazem grande contribuição à discussão. Deixo, portanto, o nosso agradecimento e o compromisso de trabalharmos - as Comissões de Participação Popular e Fiscalização Financeira e, de forma soberana, o Plenário - nas propostas aqui encaminhadas, analisando com muito carinho as sugestões de cada um de vocês. Mais uma vez, parabéns pela participação e muito obrigado.

Palavras do Sr. Diogo Sie Carreiro Lima

Boa tarde, Deputados André Quintão, Zé Maia e Carlin Moura, nas pessoas dos quais cumprimento os demais presentes. Como representante da Secretária Renata e do Poder Executivo de Minas nesta reunião, agradeço a participação de vocês que, por sete anos consecutivos, é muito expressiva. Tenho a alegria de saber, por relatos de Consultores da Assembleia, que mais uma vez, como acontece a cada ano, houve um aumento na qualidade das emendas propostas, o que nos faz pensar também na qualidade dos investimentos que fazemos e no caminho que tomamos com esses investimentos. Isso é muito bom e, nos próximos anos, queremos evoluir ainda mais nessa parceria com a Assembleia, para conseguirmos uma participação popular maior e sempre de mais qualidade, pois isso vai possibilitar que haja melhores benefícios na construção do orçamento no Plano Plurianual. Eram essas as nossas considerações iniciais. Obrigado.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Cumprimento os Deputados André Quintão e Zé Maia; o caríssimo Superintendente Diogo, aqui representando o Executivo; e, de forma especial, cada um dos participantes desta plenária final da etapa de Belo Horizonte.

Após a plenária de Itaobim, na sexta-feira, faremos o fechamento de um ciclo, que é o PPAG 2008-2011. Essa é a última revisão desse plano, que já nos propõe novos desafios e tarefas para o ano que vem, quando já devemos começar a pensar na elaboração do próximo PPAG, referente aos anos de 2011-2015, sempre valorizando essa participação popular. Tenho acompanhado as audiências nos últimos anos e sei da importância da participação da sociedade civil. Quando a sociedade civil participa do planejamento e toma conhecimento das peças orçamentárias, conseguimos ter um planejamento mais sintonizado com a vida das pessoas. Como sempre dizemos, não adianta um planejamento no papel, sem sintonia com a vida real das pessoas; os números bonitos no papel nada dizem sem uma correspondência com a vida real. Tive a oportunidade de acompanhar as etapas de Itapagipe e São João Nepomuceno, que contaram com muita participação, como acontece agora em Belo Horizonte e certamente acontecerá em Itaobim, pois é de praxe essa grande participação.

A democracia participativa é fundamental para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito. Aproveito esta etapa de planejamento e orçamento para parabenizar e chamar atenção que afastar a participação popular não serve à democracia. Arrumar mecanismos mais fáceis, achando que é uma medida mais ágil, não faz bem à democracia. O que faz bem a ela é trazer a sociedade para debater de forma ampla e aberta, além de ouvir o contraditório, a divergência. Isso é muito importante, pois enquanto vocês discutem o planejamento do Estado com participação popular, a Comissão de Constituição e Justiça se reúne para dizer se iremos aceitar, ou não, uma lei delegada. Enquanto ampliamos a discussão para o povo, o Executivo do Estado quer aprovar uma reforma administrativa por meio de lei delegada, o que é, nada mais nada menos, a velha figura do decreto lei da ditadura militar, em que o Executivo faz leis e o Legislativo diz "sim senhor", ou seja, simplesmente abana a cabeça, pois não tem condições de dizer se a lei está correta. Essa atitude é pior que medida provisória, pois ela, que também não é bem vista, é um instrumento que o parlamento diz se aprova ou não. No caso de lei delegada, se o Executivo assinar e falar que é lei, ela vira lei, pronto e acabou! Isso é um contra-senso, pois vai contra o Estado Democrático de Direito e a participação popular. Parabenizo a todos pelo brilhante trabalho feito e os convoco para que, em 2011, possamos ajudar a elaborar o PPAG, e não apenas monitorá-lo. Felicidades a todos e bom trabalho nesta tarde.

Palavras do Deputado Lafayette de Andrada

Sr. Presidente, demais integrantes, rapidamente quero parabenizar a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e, de maneira mais especial, a Comissão de Participação Popular por mais esta audiência pública, em que se colhem da sociedade sugestões relativas à revisão do PPAG. Como é do conhecimento de todos, grande parte das propostas apresentadas será convertida em emendas e integrarão o projeto efetivo do PPAG, que será votado ao final deste ano e vigorará no ano que vem. Além disso, gostaria de fazer um pequeno esclarecimento ao Deputado Carlin Moura, obviamente respeitando seus conhecimentos e suas ideias. A delegação ainda não existe. Neste momento é pura ilação querer dizer que a delegação que está sendo submetida a esta Casa será um cheque em branco ao Governador. Obviamente não deixaremos isso acontecer. A delegação tratará exclusivamente de pequenos ajustes de gestão, alterando secretarias e criando cargos, ela será relativa a servidores comissionados, e não efetivos ou aposentados. Enfim, será uma delegação para pequenas correções de estrutura. É importante registrar isso, para que as pessoas não saiam daqui pensando que a Assembleia Legislativa deixará de legislar e passará todo seu poder ao Governador. Isso não é possível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Presidente - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada, atuante membro da Comissão de Fiscalização Financeira, relator designado do orçamento do PPAG, figura importante para todos, que também teve participação expressiva na audiência descentralizada da Zona da Mata em São João Nepomuceno. Agradeço a todos.

Apresentação e Entrega das Propostas dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - O tempo acertado para a exposição de cada um é de até cinco minutos, iniciando pelo relator do Grupo 1, Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, Eduardo Nascimento, da Fetaemg.

O Sr. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Eduardo, sou assessor de Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg.

Apresentarei o relatório do Grupo 1, Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Esclareço que nós, relatores, recebemos os relatórios que serão aqui apresentados enquanto uma sistematização feita pela Consultoria da Assembleia, a partir das discussões e proposições realizadas nos grupos de trabalho. O Grupo 1 trabalhou em torno da exposição de três projetos estruturadores. O primeiro, Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, teve exposição do Dr. Rúbio de Andrade, Gerente Executivo do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene. Referente ao segundo projeto estruturador, Promoção de Investimentos e Inserção Regional (inclusive Agronegócio), estava prevista exposição a cargo do Luiz Afonso de Oliveira, Presidente da Ruralminas, no entanto ele foi representado por Emílio Rodrigues Botelho, Analista de Desenvolvimento de Empreendimentos do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi. O terceiro projeto estruturador trata da aceleração da aprendizagem na região Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, e teve como expositora a Profa. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt, Diretora de Superintendência de Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Educação.

Foram realizadas exposições e discussões e daí apresentadas sete propostas pelas seguintes entidades: Comissão de Produção Orgânica em Minas Gerais - Coporg-MG -; Câmara Municipal de Araçuaí; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG -; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fetaemg. Todas as propostas incidem sobre o Programa nº 59, Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, das quais três propõem a construção de cisternas, reservatórios e barragens; duas se referem à atração de indústrias e à geração de empregos para a região, tendo em vista que o corte de cana em São Paulo caminha para a mecanização, o que provocará o desemprego da mão de obra que sazonalmente migra para realizar essa tarefa. Farei um pequeno parêntese a fim de esclarecer melhor essa questão. Em São Paulo foi aprovada uma deliberação normativa que estabelece prazo para implantação no sistema de corte de cana exclusivamente mecanizado. Portanto, elimina-se a queimada e, conseqüentemente, o corte manual. A cana não queimada não possibilita o corte manual. Da mesma forma, em Minas Gerais, por meio do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, foi aprovada a Deliberação Normativa nº 130, que estabelece o impedimento para a queima da cana em 2014, estendendo-se até 2017 apenas para as pequenas propriedades de agricultura familiar. Essas duas deliberações normativas, tanto a de São Paulo quanto a de Minas Gerais, redundarão em cerca de 120 mil desempregados de trabalhadores assalariados rurais de Minas Gerais que trabalham no corte da cana em Minas e São Paulo, originários basicamente do semiárido mineiro, região Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. É por isso que essa questão de geração de emprego e renda é fundamental para estabelecer as atividades produtivas e de vivência nessas regiões. O Copam, ao aprovar a Deliberação Normativa nº 130, previu a constituição de uma comissão de gestão pública que teria a participação de órgãos do governo do Estado e da sociedade civil, para discutir a geração de emprego e renda. Essa comissão deveria ter sido instalada em novembro do ano passado, e até hoje o governo do Estado e a Secretaria de Meio Ambiente não cumpriram o que foi previsto nessa deliberação normativa, que, aliás, é assinada, em primeiro lugar, pelo Dr. José Carlos Carvalho, Secretário do Meio Ambiente. Faço, portanto, esse registro. A sexta proposta objetiva incluir a agricultura orgânica no programa. A última e sétima proposta propõe a unificação das Ações nºs 1.046, 1.056, 1.101, 1.367, 1.375, 1.397, 1.398 e 1.400 para otimizar tempo e recursos. Evidentemente, da mesma forma que vocês, apenas li esses números. Não tenho conhecimento orçamentário para desvendar isso, mas busca-se uma unificação. Esse é o relatório.

O Sr. Presidente - Obrigado, Eduardo. Com a palavra, o Sr. Marcos Jota.

O Sr. Marcos Jota - Boa tarde a todos e todas. Relatarei os trabalhos do Grupo 2, no âmbito da Área de Resultado "Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva". Compareceram 62 pessoas. Os programas estruturadores apresentados e discutidos foram: Lares Geraes, sob a coordenação de Mauro Sérgio Neri Brito, Gerente Executivo da Cohab; Projeto Travessia, sob a coordenação de Cláudia Bolognani Pereira e apresentado por Juliano Fisicaro, da - Sedese -; Implantação do Suas, sob a coordenação de Maria Albanita Roberta de Lima, Superintendente de Assistência Social da Sedese; Universalização do Acesso à Energia Elétrica no Campo, sob a coordenação do Ricardo José Charbel e apresentado por Geraldo Magela de Arruda Lage, da Cemig; e Minas sem Fome, sob a coordenação do Prof. Antônio Lima Bandeira e apresentado por Flávio Antônio, Gerente Adjunto do programa.

Apresentarei aqui a síntese elaborada pela assessoria da Assembleia. Os programas mais debatidos foram Implantação do Suas, Lares Geraes e Minas sem Fome. Quanto ao Suas, os participantes colocaram questões relativas à melhoria da qualidade de gestão e apresentaram demanda de ampliação de investimentos para a implantação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH - e para o apoio aos Municípios na implantação de serviços, manutenção dos conselhos municipais e implantação de sistemas de monitoramento e avaliação. Também apresentaram a necessidade de ampliação do financiamento para benefícios eventuais, para a ação "Proteção à criança e ao adolescente ameaçado de morte" e para a implantação dos planos de erradicação do trabalho infantil, de enfrentamento à violência contra criança e adolescente e de promoção e proteção à convivência familiar e comunitária. No debate foi destacada, ainda, a necessidade de manter ação específica para população de rua, com capacitação de equipe, sob coordenação do Estado. Sobre o programa Minas sem fome, foi questionada a diminuição das verbas existentes para apoio à agricultura familiar e para a atuação da Emater, especialmente no apoio às atividades produtivas com objetivo de venda direta para segurança alimentar nas escolas e asilos. No caso específico da alimentação escolar, gostaria de complementar que também o Grupo 11, relacionado à educação de qualidade, debateu esse assunto, e isso será apresentado aqui pelo relator. Vale destacar que a questão do apoio à agricultura familiar foi retomada e foi apresentada a proposta de um novo programa estruturador de apoio à produção e comercialização da agricultura familiar voltada para a alimentação escolar. Em relação ao programa Lares Geraes, os participantes apresentaram a necessidade de efetivação do Programa de Financiamento de Habitações para os Servidores Públicos. Os participantes também discutiram outros programas associados. Em relação ao Programa de Desenvolvimento da Política de Direitos Humanos, foi sugerida a criação de uma coordenadoria do idoso e a implementação de apoio à operacionalização dos conselhos. Em relação ao Programa de Política Pública, Trabalho, Emprego e Renda, sugeriram a ampliação de investimentos para apoio à economia popular e solidária. Quanto aos Programas de Extensão Rural para Resultados e Desenvolvimento Sustentável Agrário, propuseram a regularização fundiária. Em relação ao Programa de Segurança Alimentar, sugeriram a ampliação de financiamento para os centros de referência em segurança alimentar e nutricional sustentável a fim de garantir a capacitação das equipes. Finalmente, o grupo apresentou 29 propostas que incidiram sobre os

programas estruturadores e os programas associados. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Marcos Jota. Com a palavra, o Sr. Hugo Avelar.

O Sr. Hugo Avelar - Boa tarde a todas e a todos. Vamos ao relatório do Grupo 3, sobre rede de cidades e de serviços. Houve revisão do DAG 2008-2011, com exercício em 2011.

Em relação ao Grupo 3, tivemos a apresentação dos seguintes projetos estruturadores: Copa do Mundo 2014 (Programa 007), apresentado pelo Sr. Éder Campos, gerente do projeto no programa Estado para Resultados; Destinos Turísticos Estratégicos, que em 2011 será denominado Turismo Competitivo em Minas Gerais, dirigido pela Sra. Isabela Sette, que representou a Sra. Érica Campos Drumond, Secretária de Turismo; Circuitos Culturais de Minas Gerais, apresentado pelo Sr. Estêvão Fiúza, Secretário Adjunto de Cultura de Minas Gerais; Minas Avançada, representado pelo Sr. Aílton Moreira, Superintendente de Obras da Secretaria de Transportes e Obras Públicas - Setop -; o Processo, representado pelo Sr. Marcos Antônio Frade, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DER; e o RMBH, representado pela Sra. Adriana Lafetá, empreendedora pública da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano. O relatório foi constituído pelos Consultores da Assembleia. Passamos a lê-lo:

"Os expositores apresentaram a execução financeira, eventuais dificuldades e os principais resultados alcançados em 2010 por cada projeto estruturador. Apresentaram ainda o planejamento para 2011. Destacaram a interseção entre os diversos projetos da área de resultados para obtenção de benefícios para os cidadãos mineiros.

Um ponto recorrente nas apresentações foi a necessidade de prover Minas Gerais de estrutura para o pleno aproveitamento esportivo, cultural, turístico e econômico dos grandes eventos esportivos a serem realizados nos próximos anos, com a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014. Destacaram que essa estrutura deve não apenas servir para a realização dos eventos, mas ser um legado útil à população mineira.

Após as exposições, foi aberta a sessão de debates. As principais considerações apresentadas versaram acerca da necessidade de maior investimento em equipamentos culturais no interior do Estado, sobre a participação da Fifa no aporte de recursos para realização da Copa". Aqui se destaca que a Fifa, a princípio, não investe nenhum recurso financeiro; ela indica parceiros e, na época das Copas, participa com pessoal etc.

O que tem sido feito são investimentos do Estado em estádios auxiliares, como a Arena do Jacaré, já prevendo a Copa do Mundo, e também o Estádio Independência, com a participação da Caixa Econômica Federal, da União, e do governo do Estado. Por fim, no Mineirão, o projeto tem três etapas. A primeira foi até o seu fechamento; a segunda se encerra no final do ano; e a terceira se inicia no início do próximo ano com encerramento até 2012. A Fifa faz as exigências com base no acordo firmado com o governo brasileiro sobre as exigências para sediar a Copa do Mundo. Ela participa ao cobrar o cumprimento do que foi acordado com o País que sedia a Copa do Mundo e, no final, oferece apoio técnico de pessoal.

Dentro desses eventos da Copa do Mundo e da Copa das Confederações, houve um destaque também de repercussão positiva do evento para a população mineira, que foi a importância da utilização de mecanismos que assegurem a transparência de investimentos e a sustentabilidade ambiental dos eventos. Uma das iniciativas apresentadas é tornar Belo Horizonte uma cidade verde, sempre com a preocupação de adequar as obras às questões ambientais. (- Lê:)

"Ao final da reunião do grupo, que contou com 64 inscritos e 31 participantes, foram recebidas oito propostas. As sugestões relacionadas ao programa estruturador Copa 2014 tratam da prevenção de possíveis situações de risco social envolvendo a exploração sexual e o trabalho infante-juvenil, decorrentes da intensificação do turismo por ocasião dos grandes eventos esportivos e da utilização de meios digitais e informações multilíngues em monumentos e equipamentos culturais do Estado.

As propostas relativas ao programa estruturador Circuitos Culturais de Minas Gerais versam sobre o Centro de Tradição Cultural do Jequitinhonha. Ambas defendem a efetiva implantação do Centro de Tradição, e uma delas sugere, ainda, que seja um espaço de referência para as manifestações culturais da população idosa. A inclusão da população idosa também foi objeto de sugestão no âmbito do programa estruturador Turismo Competitivo em Minas Gerais, no intuito de que haja a oferta de produtos turísticos específicos para os idosos.

No programa Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi apresentada sugestão relativa ao seguimento das ações de regularização fundiária nos 18 Municípios que têm planos de regularização fundiária". Esse é o relatório.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Hugo. Com a palavra, o Sr. Ubiratã Pinto Cerqueira.

O Sr. Ubiratã Pinto Cerqueira - Boa tarde a todos. Darei sequência às apresentações com a leitura do relatório do Grupo 4 - Logística de Integração e Desenvolvimento, realizado em 8/11/2010, das 14 às 18 horas. (- Lê:)

"O grupo, coordenado pelo Sr. Ubiratã, do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais - Sinttel-MG -, contou com a presença de 20 participantes. Foram apresentadas as propostas de revisão do PPAG 2008-2011, para o exercício de 2011, e o relatório de monitoramento dos projetos estruturadores ProMG Pleno - Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais -, apresentado pelo Sr. Daniel Rodrigues, gerente adjunto do programa; Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial, apresentado pelo Sr. Eugênio Botinha, do DER, e gerente do programa; e Programa de Aumento da Capacidade e Segurança dos Corredores de Transportes, apresentado pelo Sr. Fabrício Torres Sampaio, gerente do programa.

Os expositores foram indagados sobre questões relacionadas à previsão de obras específicas em diversas regiões do Estado, no âmbito de cada programa, e aos procedimentos adotados pelo Estado para contratação de obras e serviços. Os expositores também esclareceram dúvidas dos presentes quanto à execução orçamentária dos programas.

Houve apresentação de duas propostas, porém ambas relativas à área de resultados Rede de Cidades e Serviços, que foram encaminhadas aos responsáveis pelo recolhimento de propostas no grupo de trabalho que discutiu essa área de resultados".

Sem mais, retorno a palavra a quem de direito.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ubiratã. Com a palavra, a Sra. Anísia Sudário Daniel.

A Sra. Anísia Sudário Daniel - Boa tarde a todos. (- Lê:) "No Grupo de Trabalho nº 5, que tinha por objetivo proceder à análise da área de

resultados Protagonismo Juvenil, foram avaliados os seguintes programas estruturadores: Ensino Médio Profissionalizante, sob a coordenação do Prof. Joaquim Antônio Gonçalves, Superintendente do Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Estado de Educação - SEE -; Promédio - Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio, sob a coordenação do Prof. Joaquim Antônio Gonçalves; Minas Olímpica, sob a coordenação de Alexandre Massura Neto, Gerente Executivo da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude - Seej -; Poupança Jovem, sob a coordenação de Roberta Kfoury Pacheco, Gerente Executiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -; Centro da Juventude de Minas Gerais, sob a coordenação de Carlos Gradim, Gerente Executivo da Secretaria de Estado de Cultura - SEC.

Inscreeveram-se para participar deste grupo de trabalho 90 representantes de entidades e compareceram 39 pessoas. Foram apresentadas 16 propostas, das quais oito incidiram sobre o Programa 018 - Ensino Médio Profissionalizante; uma sobre o Programa 037 - Promédio; três sobre o Programa 027 - Minas Olímpica; uma sobre o Programa 033 - Poupança Jovem; uma sobre o Programa 058 - Centro da Juventude de Minas Gerais - Plug Minas; e duas sobre o Programa Associado 266 - Gestão da Política da Criança e do Adolescente.

Em relação às propostas apresentadas, convém destacar no programa Ensino Médio Profissionalizante: que esse programa seja estendido às escolas participantes do Programa Estrutrador 055 - Escola Viva, Comunidade Ativa; que seja ofertado o curso profissionalizante de atendimento ao idoso; que seja retirada da formação do magistério normal, constante no texto do objetivo do programa, para atender a educação infantil, garantindo-se o mínimo de formação de nível superior; e a ampliação do ensino médio profissionalizante, de modo a atender todas as regiões do Estado. Destacamos também as propostas apresentadas no programa Minas Olímpica, por meio das quais é solicitado o aumento das metas físicas e financeiras da Ação 1214 - Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos e Atividades Físicas; da Ação 1215 - Criação e Consolidação de Polos de Desenvolvimento do Esporte; e da Ação 4123 - Bolsa-Atleta. Destacamos ainda a proposta apresentada ao programa Centro de Juventude - Plug Minas, solicitando que esse programa seja implantando nas diversas regiões do Estado.

Por fim, convém destacar as propostas apresentadas ao programa associado Gestão da Política da Criança e do Adolescente, que reivindicam a retomada da Ação 2005 - Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares da Criança e do Adolescente - e da Ação 4494 - Capacitação Continuada dos Operadores dos Sistemas de Garantias dos Direitos - Escola dos Conselhos -, excluídas na revisão deste ano". Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Anísia. Com a palavra, a Sra. Fernanda Fernandes de Brito Lyra.

A Sra. Fernanda Fernandes de Brito Lyra - Muito obrigada, Deputado. Boa tarde a todos. (Lê:) "O grupo que represento é o Grupo de Defesa Social, que discutiu os seguintes programas estruturadores do PPAG: 005 - Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social, apresentado por Juliana Maron Ferreira, Diretora de Análise e Avaliação de Desempenho Operacional da Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds -, representando José Francisco da Silva, gerente do programa; 020 - Expansão, Modernização e Humanização do Sistema Prisional, apresentado por Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração Prisional e gerente do programa.

Programa 021 - Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social, apresentado por Geórgia Ribeiro Rocha, Superintendente de Integração do Sistema de Defesa Social da Seds e Gerente Adjunta do Programa.

Relatarei agora o documento transcrito pela Assembleia.

Houve 83 inscrições e compareceram 40 pessoas. A Deputada Maria Tereza Lara também participou e usou a palavra para enfatizar a importância de maior oferta de ensino profissionalizante para detentos e o combate ao uso de drogas. Estiveram presentes, ainda, Consultores da Gerência de Consultoria Temática e servidores da Gerência de Projetos Institucionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Após a abertura dos trabalhos, seguiu-se a apresentação dos programas estruturadores, por seus respectivos representantes, quando foram mostradas suas estruturas analíticas e cada uma das ações que os compõem, bem como os dados relativos às realizações em 2010 e a previsão para 2011.

Os destaques foram dados às atividades de qualificação e avaliação dos servidores da área de defesa social, incluindo obras nas academias das Polícias Civil e Militar, melhorias nas corregedorias, capacitação em atividades de prevenção, pendências relativas ao Corpo de Bombeiros e a realização de diversas pesquisas; à atual situação do sistema prisional no Estado, com ênfase nas atividades de profissionalização dos presos, nas parcerias público-privadas para a construção de presídios e nas dificuldades encontradas na revista dos que visitam detentos; à integração dos órgãos de defesa social em Minas Gerais, em especial os avanços na integração do sistema de informação na implantação da metodologia Igesp; ao progresso na disseminação do Registro de Eventos de Defesa Social - Reds - e à construção das sedes das Regiões Integradas de Defesa Social - Risps -, bem como das Áreas Integradas de Defesa Social - Aisps.

Ao longo dos debates, notou-se destaque quanto aos seguintes temas: destinação de recursos para as Polícias Civil e Militar, assim como para a Defensoria Pública; atendimento às demandas de saúde e às condições de trabalho dos profissionais da área de defesa social no Estado; papel das guardas municipais nas políticas de segurança pública; alocação de recursos e aquisição de equipamentos de segurança nos presídios, em especial para visitantes; políticas de ressocialização de detentos e ações de prevenção em segurança pública.

Ao final da reunião, foram recebidas 17 propostas para a revisão do PPAG, exercício em 2011, as quais versam basicamente sobre melhorias nas condições de saúde e de trabalho dos profissionais da área de segurança pública; ações de prevenção à violência e à criminalidade; oferta de cursos de capacitação e direitos humanos para presos; inclusão da Defensoria Pública nas atividades de qualificação para os profissionais da defesa social; atenção às necessidades dos condutores de veículos com deficiência, no sistema do Departamento de Trânsito; redução da sensação de vitimização e de insegurança da população e construção do presídio em Lavras.

Assim se encerra o relatório."

O Sr. Presidente - Obrigado, Fernanda. Com a palavra, o Sr. Gildásio Alves dos Santos.

O Sr. Gildásio Alves dos Santos - Boa tarde a todos. Vou apresentar o relatório do Grupo 7, da Área de Resultados Vida Saudável, preparado pela Consultoria da Assembleia. Houve 86 inscritos e compareceram aproximadamente 40 pessoas. O coordenador do grupo foi o Sr. Felipe Willer de Araújo Abreu, do Conselho Estadual do Idoso. (- Lê:)

"O Programa Estrutrador Saúde em Casa foi apresentado por Fernando Schneider, e o Programa Estrutrador Regionalização - Redes de Atenção à Saúde e o Programa Estrutrador Saúde Integrada Logística e Apoio às Redes de Atenção foram apresentados por Francisco Tavares.

Os participantes do grupo debateram a produção de medicamentos para os programas da asma e da DPOC do SUS, bem como a necessidade de o Estado priorizar as ações voltadas aos dependentes químicos. Discuti-se também alguns aspectos do atendimento prestado pelo SUS no Município de Araçuaí, como a existência de um sistema de transporte de pacientes, a construção de um Centro Viva Vida e a implantação de uma unidade de pronto-atendimento. Outro aspecto discutido pelos participantes foi a criação de um "call center" destinado ao encaminhamento prioritário de idosos.

Os gestores foram questionados sobre a ausência de um serviço de vigilância alimentar e nutricional, nos programas estruturadores do governo, que possibilite a realização de ações de acompanhamento nutricional da população, bem como sobre a atualização contínua do banco de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan - e sua posterior análise para fins de diagnósticos e formulação de políticas públicas.

O Grupo 7 apresentou 16 propostas. Entre as propostas de emendas apresentadas, destacaram-se o retorno da Ação nº 4.107, apoio técnico e financeiro à ampliação e fortalecimento dos centros de atenção psicossocial - Caps -, excluída na revisão do PPAG deste ano; inclusão de uma ação específica para o Sisvan dentro do Programa Estruturador 049 - Saúde em Casa -; inclusão de profissionais de diversas áreas, assistência social, fisioterapia, educação física, psicologia e fonoaudiologia, nas equipes de Saúde da Família; criação de ação no Programa 002 - Saúde Integrada - Logística e Apoio às Redes de Atenção -, para implantação de módulo de transporte especial para atendimento a dependentes químicos e a criação de ação no Programa nº 159 - Desenvolvimento, Produção e Entrega de Medicamentos e Imunobiológicos -, visando à construção e manutenção de fábrica de medicamentos para os programas de asma e de doença pulmonar obstrutiva crônica - DPOC - no SUS Minas Gerais." Posso ler o outro na sequência?

O Sr. Presidente - Sim; por favor, leia o do Grupo 10.

O Sr. Gildásio Alves dos Santos - "O Grupo 10 contou com a participação de 37 participantes, sob a coordenação de Luiz Valadares, servidor da Assembleia Legislativa. Foram discutidos os Programas Estruturadores Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos e o Vida no Vale - Copanor, os quais foram apresentados respectivamente por Valter Júnior, Gerente Executivo da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais - Copasa -, e Paulo Fernando Lopes, da Companhia de Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - Copanor.

Ambos os expositores traçaram um panorama das características desses dois programas, apresentaram dados sobre os resultados físicos e financeiros de suas ações no decorrer de 2010 - pontuando entraves e dificuldades ocorridas no seu desenvolvimento -, comentaram as projeções do PPAG para os próximos anos e esclareceram muitas dúvidas e questionamentos apresentados pelo público presente.

Nos debates sobre o Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos, ressaltaram-se questões diretamente afetas à população, como reajustes de tarifas de água e esgoto, implantação de subsídios e isenção dessas tarifas para famílias de baixa renda. Ressaltaram-se, também, aspectos relacionados à titularidade dos serviços, a critérios de priorização de regiões a receberem investimentos e a atrasos na execução das ações, entre outros destacados pelos presentes.

Em relação ao Programa Vida no Vale, foram prestadas muitas informações e muitos esclarecimentos relativos a sua área de abrangência, ao público alvo, à evolução das ações e aos problemas ocorridos. Esse programa tem por objetivo universalizar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em 92 Municípios - abrangendo 463 comunidades - situados na região Nordeste de Minas. O público alvo são comunidades com população de 200 a 5.000 habitantes. No momento, há 242 comunidades com obras de saneamento em andamento, das quais 120 são para tratamento de águas. Entre os principais óbices ao desenvolvimento do programa, foram citadas dificuldades com a aquisição de terrenos, devido, por exemplo, à falta de documentação, e com o licenciamento ambiental das obras.

Foram apresentadas quatro propostas de emendas: duas sobre redução de tarifas cobradas em serviços públicos de água e de esgoto e outras duas relacionadas à fiscalização de serviços e qualificação de trabalhadores no âmbito da atuação da Copanor."

Este é o relatório do Grupo 10. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Gildásio. Com a palavra, a Sra. Fernanda de Brito Lyra.

A Sra. Fernanda Fernandes de Brito Lyra - Relato agora "Investimento e Valor Agregado da Produção", trabalho do Grupo 8. (- Lê:) "O grupo contou com 15 participantes e debateu os seguintes programas estruturadores: Promoção e Atração de Investimentos Estratégicos e Desenvolvimento das Cadeias Produtivas das Empresas Âncoras - Programa 040 -, apresentado pela Sra. Adriane Ricieri Brito, empreendedora pública da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico - Sede -; Descomplicar - Melhoria do Ambiente de Negócios - Programa 013 -, exposto pelo Sr. João Luiz Soares, empreendedor público da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; Parcerias para Provisão de Serviços de Interesse Público - Programa 032 -, apresentado pelo Sr. Marcos Siqueira Moraes, empreendedor público da Sede; Cresce Minas: Oferta e Distribuição de Energia Elétrica - Programa 012 -, apresentado pelo Sr. Arnoldo Magela Moraes, Superintendente de Implantação de Empreendimentos da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -; Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional - Programa 024 -, exposto pelo Sr. Jorge Duarte de Oliveira, Diretor da Central Exportaminas da Sede; Oferta de Gás Natural - Programa 031 -, apresentado pela Sra. Miriam de Paula Rêgo, Gerente de Coordenação e Desenvolvimento Empresarial da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig.

Em suas apresentações, os gestores apontaram os principais resultados obtidos ao longo de 2010, detalhando as execuções física e financeira dos programas e indicando eventuais dificuldades. Apresentaram também a programação para 2011 e os principais resultados esperados.

Nos debates ocorridos após a apresentação dos programas, tiveram destaque os temas relativos à pauta de exportações mineiras e ao crescimento econômico do Estado.

O representante da Central Exportaminas se manifestou acerca da discussão sobre o incentivo à exportação dos produtos da agricultura familiar e teceu comentários sobre a diversificação da pauta exportadora do Estado, o esforço para agregar valor à pauta e ainda sobre o aumento da participação de Minas Gerais nas exportações brasileiras.

Os representantes da Gasmig, da Cemig e da Exportaminas foram questionados sobre a adequação das metas de suas ações ao crescimento econômico mineiro, tendo respondido que essas ações são dinâmicas e deverão sofrer suplementação de recursos, quando necessário.

Por fim, discutiu-se a mineração em Minas Gerais. Conforme indicado, as atividades extrativas minerais, que representam parcela importante das exportações do Estado, não têm proporcionado diversificação produtiva, motivo pelo qual se reivindicou um plano estadual para o desenvolvimento de longo prazo dos Municípios mineradores.

O Grupo 8 recebeu ainda uma proposta, entregue por participantes de outro grupo de trabalho, relacionada com a agregação de valor ao produto mineral. Obrigada.

O Sr. Presidente - Sra. Fernanda, muito obrigado. Com a palavra, a Sra. Maria Alice da Silva.

A Sra. Maria Alice da Silva - Boa-tarde. O Grupo 9 discutiu os seguintes programas estruturadores: 4 - Atendimento às Medidas Socioeducativas, apresentado por Ronaldo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Seds - e Gerente do Projeto

Estruturador Atendimento às Medidas Socioeducativas; 34 - Prevenção Social da Criminalidade, apresentado por Fabiana Lima Leite, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Seds e Gerente do Projeto Estruturador Prevenção Social da Criminalidade; 55 - Escola Viva e Comunidade Ativa, apresentado por Maria Cristina Pinheiro de Pinho Machado, Gerente Executiva das Ações Institucionais do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa da Secretaria de Educação - SEE - e Gerente do Projeto Estruturador Escola Viva e Comunidade Ativa.

Compareceram 45 pessoas ao debate. Aliás, também estiveram presentes consultores da Gerência de Consultoria Temática - GCT - e funcionários da Gerência de Projetos Institucionais - GPI - da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Após a abertura da reunião, os trabalhos transcorreram na seguinte sequência: composição da Mesa, explicações gerais e informações sobre o preenchimento do formulário de propostas; apresentação dos programas estruturadores na sequência já citada; debate; apresentação e leitura das propostas de alteração feitas para o PPAG 2011 pelos integrantes do grupo.

Depois gostaria que me esclarecessem como se dará a sequência, pois, pelo relato, não se listam todas as propostas. Talvez ficasse bastante exaustivo. O Legislativo se debruçará sobre uma a uma das propostas trabalhadas?

O Sr. Presidente - Sra. Maria Alice, ao final das exposições darei os esclarecimentos.

A Sra. Maria Alice da Silva - Certo. Os gestores fizeram a apresentação desses programas estruturadores. Foram expostas informações relativas à execução orçamentária de 2010 e às novidades propostas para 2011, enfatizando-se os seguintes aspectos: as ações de ampliação da rede de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A gerência procurou abordar os avanços obtidos e justificar o visível atraso na execução financeira de algumas ações do programa. Podemos listar, por exemplo, que a maioria dos programas está com a execução orçamentária bastante atrasada, se observarmos esse levantamento feito até agosto das ações e especialmente uma ação específica de construção de centros socioeducativos, veremos que, até agosto, foram executados apenas 6% do que estava previsto no Orçamento. Outro aspecto é a atual situação da prevenção social da criminalidade no Estado, com destaque para a expansão do programa Fica Vivo; o progresso e as dificuldades enfrentadas na implementação do programa Escola Viva e Comunidade Ativa.

Na fase dos debates, foi criticado o déficit de vagas de internação de adolescentes para o atendimento de medidas socioeducativas em todo o Estado, o acautelamento irregular de adolescentes em cadeias públicas, bem como o não cumprimento das metas relacionadas com o Programa Estruturador Atendimento às Medidas Socioeducativas, tendo o gestor Ronaldo informado haver atualmente no Estado por volta de 200 adolescentes acautelados em cadeias públicas por falta de vagas nos centros educativos. Foi também questionada a pouca prioridade dada à educação no interior de centros de internação de adolescentes e em presídios. Além disso, foi discutida a violência juvenil e a resposta dos programas Fica Vivo e Escola Viva, Comunidade Ativa a esse fenômeno. Também foi debatida a necessidade de novas políticas públicas e de recursos para o enfrentamento do problema das drogas no Estado. Foi um painel muito rico, os debates foram muito densos. Mais ao final da reunião, foram recebidas 15 propostas para a revisão do PPAG. Uma dessas propostas pretende criar um projeto estruturador para concentrar as ações estaduais de enfrentamento dos problemas das drogas. Essa proposta recebeu diversas menções de apoio. O grupo entendeu a necessidade de se dar destaque maior, importância central à questão das drogas, que estão se disseminando no Estado, de maneira interdisciplinar e intersetorial. Para isso seria necessária uma política pública continuada, na condição de um projeto estruturador, em que seriam assegurados recursos e uma composição de diversas ações para dar conta da prevenção e do enfrentamento no tratamento, incluindo as Secretarias de Educação, de Saúde, de Segurança e de Assistência Social no enfrentamento conjunto desse gravíssimo problema que cada vez mais se amplia no Estado.

Foi elaborada também uma proposta de ampliação de metas físicas e financeiras do programa Escola Viva, Comunidade Ativa. Várias propostas versaram sobre a ampliação de vagas de internação para adolescentes autores de atos infracionais; sobre a ampliação de recursos para semiliberdade, que estava com previsão de diminuição de 15% para o próximo ano com a proposta de regionalização - dos 10 espaços de atendimento em semiliberdade hoje existentes, 7 estão em Belo Horizonte; o restante do Estado praticamente não possui essas unidades - e sobre a construção de centros para o próximo ano, porque há pelo menos três regiões do Estado sem nenhuma cobertura para internação de adolescentes autores de ato infracional. Houve propostas também sobre a ampliação de recursos para manutenção de centros, com a mudança de unidade de medida dos centros para adolescente atendido; e restauração da ação de reforma de centros, saindo da condição de projeto associado para estruturador.

Outra proposta que achei extremamente interessante - o gestor até informou que já há recurso previsto - é a elaboração de um plano estadual de medidas socioeducativas, a qual traria um diagnóstico da situação no Estado; e a proposição de diretrizes e propostas de ação para o enfrentamento desse problema enquanto sistema, porque é preciso criar e ampliar o atendimento em meio aberto, o que daria um pouco de adequação ao atendimento na privação e na restrição de liberdade. Sendo um sistema socioeducativo, ele deve trabalhar somando as diversas possibilidades de medidas a serem aplicadas.

Outra proposta específica solicita que a Comissão de Participação Popular proponha uma reunião na Assembleia Legislativa com as Secretarias de Defesa Social, de Transportes e Obras Públicas e de Planejamento e Gestão visando a providências em face da baixa execução orçamentária acusada no Projeto Estruturador Atendimento às Medidas Socioeducativas.

Essa proposta é uma tentativa de articular e negociar no sentido de haver vontade política para a construção dos centros socioeducativos. A despeito de haver um recurso significativo previsto em 2010, a execução foi apenas de 6% do recurso, apenas um centro socioeducativo está em construção. É preciso que isso seja visto pelos Secretários, para que, no próximo ano, consigamos maior efetividade. Fomos informados de que está prevista a construção, com recursos do Tesouro, de mais um centro no próximo ano. E há possibilidade de haver recurso do governo federal para a construção de mais um centro.

Depois gostaria de receber mais esclarecimentos. No primeiro dia, conversamos um pouco, tentando entender o que houve com esse recurso e por que os centros não foram construídos. O gestor deu uma nova explicação: o recurso disponibilizado pela fonte Recurso Ordinário do Tesouro é de apenas R\$3.000.000,00. Todo o restante que tínhamos como previsão eram recursos da fonte Operações de Créditos Contratuais. Isso não existiu e, provavelmente, não retornará como patamar. Preocupa-nos essa grande redução dos recursos para uma situação tão drástica.

Pensando na questão do enfrentamento da violência no Estado, concordamos que as drogas são um fator gerador. O próprio gestor informou isso, e temos os dados do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. Cerca de 50% dos meninos e meninas apreendidos e acautelados têm envolvimento com a droga. Daí, a necessidade de esse ser um projeto estruturador. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, a Sra. Dinéia Rodrigues.

A Sra. Dinéia Rodrigues - O eixo Educação de Qualidade tem quatro projetos estruturadores: Desempenho e Qualificação de Professores; Escola de Tempo Integral; Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica; e Sistemas da Avaliação de Qualidade. Inscreveram-se 122 pessoas, das quais compareceram 68, e foram geradas 50 propostas de emenda. Destacarei as propostas em conjunto.

Redução da participação dos professores nos Grupos de Desenvolvimento Profissional - GDP. Houve muita crítica e cobrança dos gestores, pois as próprias escolas estão desistindo de participar. As condições de produção desses grupos estão aquém das condições de trabalho.

Outro ponto que gerou muito debate, e esperamos que a Assembleia acompanhe de perto as emendas, são as condições de funcionamento das escolas de tempo integral.

O próprio gestor, o Secretário Adjunto, concordou que, da forma como a ação está apontada nas unidades de medida, há inadequações. O fato é que se contabilizam as unidades de medidas como escolas, mas elas não são escolas de tempo integral; na verdade, são alunos atendidos em tempo integral em algumas escolas, o que abarca de fato apenas 8% dos alunos. É preciso lembrar que a escola de tempo integral é universalizada: está na LDB que, progressivamente, a escola de ensino fundamental deve ser de tempo integral. Isso não é assistência social, mas uma política educacional, que exige muita atenção. Ou seja, se a unidade de medida é escola, que todos os alunos das escolas ali contabilizadas sejam atendidos em tempo integral ou que se revejam essas unidades de medida.

Sobre o desempenho e a qualificação de profissionais, foram apontadas especificidades. Há duas áreas importantes que merecem atenção especial: a das chamadas populações tradicionais, lembradas pelos representantes dos quilombolas, e a da educação de jovens e adultos. Essas áreas precisam de ações específicas de qualificação dos professores, dada a particularidade desses públicos escolares.

Também foram sugeridas propostas de emenda relativas à presença de profissionais de outras áreas nas escolas que fazem atendimento em tempo integral e à necessidade de articulação com políticas de assistência social e de saúde para a efetiva qualidade desse atendimento integralizado.

Outro ponto já abordado aqui pelo relator do Grupo 2, sobre redução da pobreza, foi a necessidade de termos um programa estruturador voltado à aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Isso é interessante para a qualidade do atendimento e para que se passe a avaliar a alimentação escolar por critérios nutricionais. Não se trata apenas de assegurar um número determinado de refeições - duas, três ou quatro -, mas que elas sejam de qualidade, pensando na diferença que isso faz para quem passa o dia na escola.

Também foi sugerido um requerimento específico, Deputado André Quintão, a respeito da exclusão de ações relativas à escola-família agrícola, que o próprio gestor público alega desconhecer.

Outro ponto discutido foi a necessidade de maior integração das políticas estaduais com programas federais. Há um amplo discurso político nessa direção, mas, na hora da execução orçamentária e das ações, ele não se concretiza de forma a nos deixar perceber o regime de colaboração entre as esferas de governo, para maior efetividade e qualificação das políticas e dos serviços.

Sugeriu-se também que, na discussão dos padrões de atendimento na educação básica, levem-se em conta não apenas os padrões de infraestrutura, mas também as condições de trabalho dos profissionais da educação, e que isso seja feito em diálogo com esses profissionais, para que a certificação e outras ações relativas à gestão da qualidade do atendimento sejam executadas sem dissonância com o que pensam os que atuam nessa área.

Ainda foram discutidos temas relativos à remuneração dos profissionais da educação, à inclusão de disciplinas ligadas ao combate das drogas e à necessidade de qualificação dos profissionais da educação infantil - creches e pré-escolas. Em relação a esse último assunto, é sempre uma cantilena nesta Assembleia, quando vamos lidar com o Orçamento.

Quando falamos em educação básica, as ações do governo precisam tratar das três etapas: infantil, fundamental e médio, e não apenas da exclusão da educação infantil, em que há uma dívida social imensa, no caso da creche e da pré-escola.

É muito importante considerar que a expressiva maioria dos Municípios do Estado, no plano da educação, funcionam sob regras estaduais, pois a maioria deles não constituiu sistema próprio de educação. O Estado tem, sim, obrigações e precisa atuar em regime de colaboração técnica e financeira com os Municípios, para que deem conta também da educação infantil. Isso agora é ainda mais importante, pois desde o ano passado temos a obrigatoriedade da etapa pré-escolar a partir dos 4 anos, que vai da educação infantil ao ensino médio. Os Municípios terão cinco anos para se adequarem a prestar atendimento às crianças que estiverem na faixa de 4 a 6 anos. O papel da Assembleia Legislativa será muito importante para essa oferta.

Esses foram os principais pontos, Deputado André Quintão. Como representante do Fórum Mineiro de Educação Infantil, além desses pontos gostaria de ressaltar que esse fórum não atua sozinho, mas junto à Rede DCA, que é composta pelo Fórum de Enfrentamento à Exploração Sexual e Violência contra Crianças e Adolescentes, pela Rede de Medidas Socioeducativas, pela Frente Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Fórum contra o Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - Fectipa. Essa rede interfórum está encaminhando amplo requerimento à Assembleia, pois, como foi dito e reforçado, a cada ano o aprendizado do monitoramento do Orçamento nos desafia para que realmente tenhamos um Orçamento que não seja mera carta de intenções. Esperamos que ele, cada vez mais, reflita nossas necessidades e anseios.

Para que possam ser traduzidas efetivamente no Orçamento, propomos, em requerimento, que participemos do ciclo orçamentário a partir da elaboração das propostas antes de saírem da Seplag para Assembleia, para que cheguem a esta Casa com a cara das nossas necessidades. Além disso, esperamos ajudar a pensar na avaliação e no planejamento e aprofundar a participação e o planejamento do formato dessas audiências e de todas as etapas do ciclo orçamentário. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigada, Dinéia. Com a palavra, a Sra. Santuza Abras.

A Sra. Santuza Abras - Boa-tarde. Quero agradecer à Assembleia Legislativa a gentileza do convite para coordenar a Mesa. Como a Profa. Dinéia disse, para nós, participantes, e para os órgãos do Estado estes eventos são muito enriquecedores. Hoje nosso grupo viu pessoas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sectes - mostrarem projetos que estão bem interligados entre si, além da perspectiva de interligação com outras Secretarias. Isso é fundamental, pois, às vezes, várias secretarias fazem diversas ações repetidas, que, por meio de conversas entre elas, poderiam enriquecer muito mais.

Grupo 12 - Inovação, Tecnologia e Qualidade tratou dos Projetos Estruturadores Arranjos Produtivos, Polos de Excelência e Polos de Inovação, sob a coordenação de Dea Maria Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Sectes; Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado, sob a coordenação de Vicente José Gamarano, Subsecretário de Inovação e Inclusão Digital da Sectes; Rede de Inovação Tecnológica, sob a coordenação de Evaldo Ferreira Vilela, Secretário Adjunto da Sectes; e Certifica Minas, sob a coordenação de Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

Com 38 presenças, foram apresentadas 10 propostas pelas seguintes entidades: Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais - Coporg-MG

- essa proposta veio de outro grupo, por causa do IMA -; Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp -; Câmara Municipal de Araçuaí; Ambulatório de Neuropsicologia Aplicada à Psiquiatria do Hospital das Clínicas da UFMG; e Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg.

Projetos Estruturadores: 1) Arranjos Produtivos, Polos de Excelência e Polos de Inovação, sob a coordenação de Déa Maria Fonseca, Superintendente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sectes -; 2) Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado, sob a coordenação de Vicente José Gamarano, Subsecretário de Inovação e Inclusão Digital da Sectes; 3) Rede de Inovação Tecnológica, sob a coordenação de Evaldo Ferreira Vilela, Secretário Adjunto da Sectes; 4) Certifica Minas, sob a coordenação de Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

Foram apresentadas dez propostas pelas seguintes entidades: Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais - Coporg-MG -; Fundação de Ensino Superior de Passos - Fesp -; Câmara Municipal de Araçuaí; Ambulatório de Neuropsicologia Aplicada à Psiquiatria do Hospital das Clínicas da UFMG; Associação Comercial e Empresarial de Janaúba - Acisan -; Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - Federaminas -; e Uemg.

As propostas são as seguintes: uma para o Programa 050 - Certifica Minas, propondo o retorno da certificação do café orgânico; quatro para o Programa 140 - Desenvolvimento do Ensino Superior na Uemg, alterando uma delas a natureza do programa de "Associado" para "Estruturador", outra aumenta a meta financeira da Ação 4244, outra cria ação objetivando a ampliação da estrutura física da Uemg, e outra propõe a criação de ação voltada à capacitação de docentes; uma para o Programa 003 - Arranjos Produtivos, Polos de Excelência e Polos de Inovação, que solicita a criação de um centro de pesquisa para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha; uma para o Programa 042 - Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado, que objetiva a execução de cursos de qualificação profissional pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig - na região Norte; duas propostas para o Programa 043 - Rede de Inovação Tecnológica, consistindo a primeira na criação de parque tecnológico junto ao câmpus da Uemg em Belo Horizonte e a seguinte na alteração da meta financeira da região central da Ação 1202.

Para finalizar, foi apresentada uma solicitação para elaboração de norma jurídica estadual para regulamentar o ensino superior. O ensino superior estadual ainda fica muito a reboque de normas jurídicas da educação básica, tendo ele suas especificidades.

Agradeço ao pessoal da Assembleia que assessorou todo o nosso trabalho e fez esse resumo. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Profa. Santuza. Com a palavra, o Sr. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento.

O Sr. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento - Como já foi dito, o Grupo 13 trata da qualidade ambiental. O grupo foi coordenado por Luiz Valadares de Abreu, servidor da Assembleia Legislativa, e teve a participação de 32 pessoas. Foram debatidos quatro programas estruturadores: Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica - Programa 010 -, apresentado por José Medina da Fonseca, Diretor de Conservação e Desenvolvimento do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas - Programa 011 -, exposto pelo Sr. Breno Esteves Lasmar, Procurador do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam. O terceiro programa é identificado no PPAG como Programa 045 e trata dos resíduos sólidos. Sua exposição foi feita por José Cláudio Junqueira, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam.

Essa exposição foi feita por Breno Esteves Lasmar, procurador do Instituto Mineiro de Gestão de Águas - Igam. O terceiro programa, que no PPAG é o de nº 45, trata dos resíduos sólidos, que teve como expositor José Cláudio Junqueira, Presidente da Feam. Por último, foi realizada a exposição do Programa Revitalização do Rio das Velhas, Meta 2014, que no PPAG é o de nº 46, apresentado por Myriam Mousinho Furtado Gomes, gerente dos projetos estruturadores.

Farei agora o relato das reuniões e as conclusões. Durante a apresentação do Programa nº 10, Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica, o representante do IEF foi questionado sobre os valores orçamentários destinados ao Programa Bolsa Verde, uma vez que esse programa possui três fontes de recursos - 10% do Fhidro, 50% das multas ambientais e recursos orçamentários ordinários. Nas tabelas apresentadas aos participantes da revisão do PPAG, não há previsão do valor das multas e dos recursos orçamentários ordinários que seriam destinados ao programa. Gostaria de relembrar que o Programa Bolsa Verde foi aprovado na Assembleia Legislativa como projeto de lei, e o decreto foi assinado pelo Governador do Estado. Portanto se trata de uma política pública. Ele possui três fontes de recursos. A primeira é de 10% do Fhidro, um fundo de revitalização e recuperação ambiental, que possui anualmente um orçamento variando de R\$60.000.000,00 a R\$80.000.000,00, dependendo das condições climáticas. Neste ano isso significou apenas R\$7.500.000,00. A outra fonte é de 50% das multas ambientais aplicadas pelo IEF. Como representante da Fetaemg, apesar de participar do comitê gestor desse programa, não sei a receita deste ano. Por fim, a outra fonte são os recursos orçamentários que o governo do Estado não pôde aplicar este ano, pois quando foi feita a regulamentação, o exercício de 2010 já estava em curso; portanto, já existia o recurso orçamentário. O grave é que, na proposta que está sendo apresentada, não há previsão de recurso orçamentário ordinário - aprendi hoje na reunião com a Seplag que o termo "ordinário" é técnico. O programa é para remunerar agricultores familiares e produtores rurais que conservam matas nativas, nascentes e o solo. Esse é um pagamento feito por serviços ambientais. Toda a sociedade quer alimentos com qualidade, ar e água puros, quer o paraíso. Para desejar o paraíso, terá de pagar aos agricultores e aos produtores rurais. A essência é essa, e há um reconhecimento simbólico. São R\$200,00 por hectare. Então, se um agricultor possui uma propriedade de 20ha e preserva 5ha com mata nativa e nascentes, receberá por ano, de uma só vez, cinco vezes esse valor, que totalizará uma fortuna de R\$1.000,00. Ele receberá esse valor durante cinco anos.

Então, fica claro que se trata muito mais da construção de uma consciência ambiental, de uma identidade, de um reconhecimento do que efetivamente de um retorno financeiro, pois precisamos lembrar que o que se está conservando não se pode usar, ali não se pode plantar, etc. Sabemos que não existe ambientalista urbano que retira 20% de seu patrimônio - seja de seu apartamento, seja de seu carro, seja de onde for - para aplicar no meio ambiente; mas os agricultores e produtores são obrigados por lei a fazê-lo. Isso é grave. O governo do Estado não está destinando recursos orçamentários ao próximo ano. Se tivéssemos apenas o recurso do Fhidro - R\$7.500.000,00 este ano -, sejamos otimistas, poderia ser atendida uma área total de 30.000ha a 35.000ha, quando, na verdade, estima-se que esse programa pode atender de 13.000.000ha a 15.000.000ha. Portanto, se ficar nesse tamanho, isso não será política pública, mas apenas propaganda, uma vez que foi mencionado na campanha. A questão orçamentária tem que ser resolvida. Além disso, o IEF tem que ter capacidade operacional, com um número suficiente de técnicos para atuar no programa, e o governo tem que determinar que a Emater cumpra a legislação e atue operacionalmente. Não aceitamos que os recursos destinados aos trabalhadores sejam usados no custeio dos órgãos públicos, e isso foi aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental, ou seja, os recursos do Bolsa Verde devem chegar a quem presta serviços ambientais, e não aos órgãos públicos. Era esse o esclarecimento.

Continuando o relatório temos: "Nos debates ocorridos após a apresentação dos programas, tiveram destaque os temas relativos à diminuição de recursos destinados à área de meio ambiente e o fato de que apenas uma pequena parcela desses recursos é proveniente do caixa do Estado". Nós, os participantes, fomos alertados pelas explicações técnicas e profissionais da Consultoria da Assembleia. É drástica a redução de recursos. Já tranquilizarei o companheiro da Seplag. Sei que os recursos da Copasa, que incidem no meio ambiente, estão à parte. Estamos falando dos recursos do Sistema Estadual do Meio Ambiente - Sisema -: Semad, IEF, Igam e Feam. A redução é drástica, e isso vai na contramão da demanda da sociedade atual, o que deve ser analisado. Segundo as previsões de quem consegue fazer cálculos de orçamento, efetivamente isso corresponderia a apenas 2,60% do Tesouro do Estado, o que é insignificante. Em termos ambientais, quando falamos que o impacto é insignificante, ficamos alegres, mas, em termos de orçamento, quando falamos que o impacto é insignificante, ficamos tristes.

"A questão da regularização fundiária das unidades de conservação foi objeto de importantes questionamentos, sendo demandado pelos participantes o estabelecimento de metas físicas pertinentes ao passivo de áreas irregulares no interior das unidades de conservação estaduais e a destinação continuada de recursos para esse objetivo." Unidades de conservação são: parques estaduais, reservas biológicas, APAs. Há um primeiro problema no nascedouro, pois o decreto de criação, seja do governo federal, seja do estadual, não permite contestação, quer dizer, trata-se de um ato que não pode ser contestado nem judicialmente. Do ponto de vista democrático, isso já começa errado e continua muito mais errado uma vez que a prática consiste em criar passivo, e isso é o que se chama regularização fundiária, que consiste, na verdade, em indenizar quem foi desapropriado. Neste Estado, há casos em que as pessoas foram desapropriadas há 30 anos e ainda não receberam a indenização. Têm que continuar lá, mas de uma forma limitada, já que a condição daquela área mudou para uma unidade de conservação.

Regularização fundiária é indenizar, é georreferenciar, é reassentar os que querem continuar na terra e estruturar a unidade de conservação. A maioria das unidades de conservação em Minas Gerais não são abertas à visitação pública. O passivo atualmente, de não regularização, é algo em torno de 325.000ha, conforme informação que o grupo recebeu. Se continuar a dinâmica da destinação de recursos, serão necessários 32 anos para regularizar o passivo atual.

É impossível a política em que agricultor ou produtor rural pague pelo ônus do ato de política ambiental, e não é porque as unidades de conservação só existem no papel; se ela não está sob a gestão do poder público, ninguém terá acesso a essas unidades. Quero deixar claro que esse tipo de política iguala os governos estadual e federal. É a mesma lógica, a mesma visão do passivo criado. Basta ver a reserva biológica da Mata Escura nos Municípios de Jequitinhonha e de Almenara, que o governo federal, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e o Instituto Chico Mendes criaram em 2003. Cerca de 800 famílias de agriculturas, familiares e quilombolas foram assentadas com a reforma agrária, e, após sete anos, as únicas ações propostas pelo Instituto Chico Mendes para essa área são as multas e a atuação policial. Ninguém é indenizado. As ações foram propostas sem vistorias "in loco", apenas por gabinete, a partir de fotos de satélite. A proposta é a ampliação dos recursos para regularização fundiária das unidades de conservação do Estado de Minas Gerais.

Outros temas bastante debatidos foram os voltados para os resíduos sólidos, com destaque para os afetos aos catadores de materiais recicláveis e o apoio aos Municípios na implantação de sistemas de coletas coletivas. Como consequência das discussões, o Grupo 13 recebeu 13 propostas, sendo 9 relativas ao programa de Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica, 3 referentes ao Programa Resíduos Sólidos e 1 voltada para o programa Gestão Ambiental Integrada, Programa Associado 105.

No primeiro caso, que é o Programa de Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica, as propostas demandam: 1 - ampliação dos valores destinados ao programa Bolsa Verde - foi apresentada a sugestão de R\$20.000.000,00; 2 - priorização da conservação de nascentes e matas ciliares na execução do Bolsa Verde; 3 e 4 - aumento da área prevista para regularização fundiária de conservação; 5 - inclusão de uma ação que contemple a elaboração de plano de manejo das unidades de conservação; 6 - criação de monumento natural de Serra da Calçada; 7 - criação e implantação do parque estadual da Pampulha; 8 - criação de um museu da água e do meio ambiente; 9 - restauração da Ação 4054, relativa ao monitoramento eletrônico do transporte de carvão vegetal. Descobrimos que esta Ação 4054 foi retirada do Orçamento, e isso provocou uma das polêmicas da lei florestal, que é a do monitoramento eletrônico do transporte de carvão vegetal para impedir o contrabando e o batismo de carvão ilegal que entra nas siderúrgicas. Fomos informados de que foi retirada a rubrica de recursos, porque não está regulamentada.

Quem tem a responsabilidade de regulamentar tem de fazer isso para que a lei, na prática, entre em vigor.

"Já no que se refere ao Programa Resíduos Sólidos, as propostas sugerem: o aumento de recursos destinados aos Municípios para apoiar a implantação de sistemas de coleta seletiva; a reinclusão no PPAG da Ação 4.492, de apoio às associações de catadores; a alteração da finalidade da Ação 1.067 para adequá-la à realidade do planejamento do Estado.

Por fim, uma proposta solicitou atenção especial à população idosa nas ações de educação e extensão ambiental estaduais." Este é o relatório.

O Sr. Presidente - Obrigado, Eduardo. Neste momento, solicito uma salva de palmas, pois todos trabalharam muito neste conjunto de ideias e propostas. Agradeço muito aos relatores e a toda equipe da Assembleia.

Solicito aos relatores dos respectivos grupos que se posicionem aqui na frente para uma foto de entrega oficial das propostas, de acordo com a programação oficial. A Assembleia registrará este momento nos seus mecanismos de divulgação.

- Procede-se à entrega das propostas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Diogo Sie Carreiro Lima, que representa o governo do Estado nesta reunião, para suas considerações finais. Logo após, farei as considerações regimentais previstas, que alguns relatores fizeram questão de solicitar, e com razão, para o conhecimento de todos.

O Sr. Diogo Sie Carreiro Lima - É importante destacar que impressiona a qualidade das emendas propostas e a densidade dos assuntos tratados. Solicitarei à assessoria da Assembleia que nos encaminhe esses relatórios, que distribuiremos aos gerentes e Secretários para que as informações circulem dentro do governo.

Assinalei quatro interessantes assuntos tratados aqui. Acho importante fazer algumas considerações sobre eles. O primeiro diz respeito à participação popular, na etapa de definição do PPAG. Foi exposta aqui como uma possível evolução no nosso processo de planejamento e participação. Na Secretaria de Planejamento, já estamos pensando essa evolução. No início dos trabalhos dos Poderes Executivo e Legislativo no próximo ano, num processo de evolução, trataremos de incluir uma participação maior na definição do próximo PPAG. Isso já está sendo pensado.

Em relação à questão ambiental e aos recursos para regularização fundiária, encaminharemos a matéria à área meio da Seplag - planejamento e orçamento - para que trate principalmente da questão do programa Bolsa Verde e da regularização fundiária, em termos de efetivo pagamento e regularização dos desapropriados, de modo que o assunto seja tratado como medida de governo. Provavelmente eles já sabem disso, mas cabe o reforço da cobrança popular.

Finalmente, no que diz respeito à questão das operações de crédito, que, pelo visto, não ficou clara para Maria Alice, a minha explicação é que fazemos o orçamento e a revisão do PPAG no ano anterior à sua efetiva recepção. Na verdade, isso é feito com base na expectativa de arrecadação, e essa questão de operação de crédito diz respeito a contrato de parceria de recebimento de recurso do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de outras fontes. Normalmente esse recurso vem de fora, de outros países, ou seja, chega em dólar. Por exemplo, no ano passado, quando montamos o orçamento, a previsão do valor do dólar era de cerca de R\$1,90. No entanto, neste ano, quando recebemos a parcela, estava em torno de R\$1,65 a R\$1,70. Então, o nosso orçamento colocado foi menor que o financeiro que chegou; por isso há dificuldade de alocação desses recursos em diversas áreas.

Solicitaram-me algumas informações em relação ao financeiro, assunto que seria tratado aqui hoje. Pediram-me uma explicação sobre o orçamento total. Hoje o orçamento do governo gira em torno de R\$45.000.000.000,00, e o recurso destinado ao projeto estruturador é de R\$4.800.000.000,00. Isso representa cerca de 12%, 13% do orçamento total, uma quantia significativa em termos de investimentos, pois a maior parte deles e as principais ações de investimento do governo estão alocadas em projetos estruturadores. O grande percentual do orçamento dos 87% restantes está alocado principalmente na manutenção da máquina pública já instalada, seja em área fim, seja em área meio do governo. Portanto, pode estar alocado numa área fim, numa unidade de atendimento integrado para manutenção de um presídio, de um hospital, etc. Isso já faz parte de um recurso fixo, em que não há muita margem de trabalho. Em geral, é nos estruturadores - R\$4.800.000.000,00 - que temos capacidade de mexer e possibilidade de trabalhar, tanto no que se refere ao recurso quanto no que tange a política pública, visto que há mais investimentos por parte do governo. Foi o que me pediram para explicar, ou seja, dizer onde estávamos mexendo.

Pelo que vimos aqui, em geral, as audiências de Belo Horizonte foram muito produtivas. Com certeza, levaremos daqui um aprendizado e uma expectativa em relação a políticas públicas que devem ser feitas, principalmente no próximo PPAG, que já deve começar a ser tratado a partir do começo do próximo ano. Aliás, este ano já podemos e devemos começar a pensar no próximo PPAG. Então, os encaminhamentos serão entregues aos Secretários e Gerentes de projetos do Governador, com a expectativa da sociedade frente às políticas públicas nas diversas áreas.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Diogo e, na pessoa dele, estendo os agradecimentos a todos os técnicos e Gerentes de projetos estruturadores que, mais uma vez, compareceram a esta Casa, participando dos trabalhos realizados nos grupos.

Palavras do Sr. Presidente

Na audiência de Belo Horizonte, acrescida das propostas e participações das audiências realizadas em Itapagipe e em São João Nepomuceno, tivemos a participação de 685 pessoas, representantes de diversas organizações. Vimos nos relatórios nomes de grupos de várias entidades sociais, ONGs, órgãos públicos, universidades, escolas, sindicatos e federações. Uma participação muito expressiva, que originou 286 sugestões e propostas. Dessa forma, Alice, seria impossível relatar cada uma das 286 propostas. Mas falta ainda a audiência de Itaobim, que será realizada na sexta-feira, na AABB, às 9 horas da manhã. Aproveito a audiência da TV Assembleia para divulgar essa audiência no Mucuri e no Jequitinhonha. Quem puder ficar no final de semana em Itaobim, será muito bom, porque também poderá aproveitar a Festa da Manga. A participação nessa audiência é tradição no Jequitinhonha e no Mucuri. Estaremos lá na sexta-feira, quando encerraremos o processo das audiências públicas com esse balanço.

Com certeza, serão quase 800 participações e mais de 300 propostas. Confesso que fiquei surpreendido, já que neste ano acontece a última revisão do PPAG, para o ano de 2011, sem contar o impacto da ressaca eleitoral - quem ganhou e quem perdeu e o 2º turno. Fizemos inclusive um calendário mais apertado para isso. Entretanto, como já disse na abertura, é importante darmos prosseguimento a esses processos institucionais, independentemente do calendário eleitoral. Esse feito só mostrou o nosso acerto em realizar inclusive audiências centralizadas, não só pela quantidade de presenças, que manteve a média dos oito últimos anos, desde 2003, mas também pela honra que tive de coordenar esse processo desde o seu início. A cada ano, podemos perceber que a qualidade da participação tem melhorado muito, sobretudo com propostas mais objetivas. Foi muito positivo.

Na sexta-feira, concluiremos a etapa de coleta de propostas. Na semana que vem, o grupo técnico da Assembleia Legislativa fará uma primeira análise para a aglutinação de propostas. Isso porque, tanto nas propostas oriundas das regiões quanto nas propostas dos grupos, pode haver propostas que incidam sobre uma mesma ação ou um mesmo tema. É por isso que fazemos a aglutinação dessas propostas, como uma primeira triagem. Após a aglutinação, cada uma dessas propostas, aglutinadas ou não, é transformada em proposta de ação legislativa, recebe uma capa verde como esta que está em minhas mãos, é numerada e publicada no "Minas Gerais", no diário oficial. Provavelmente, Alice, até o final da semana que vem, no mais tardar, ou talvez até antes, cada proposta será publicada, e todos vocês poderão acompanhá-las.

São mais de 300 propostas, e haverá aproximadamente 10 dias para se fazer um parecer técnico sobre cada uma delas. Esse parecer é feito pela Consultoria da Casa. Então, se a proposta versar sobre o meio ambiente, caberá ao pessoal do meio ambiente, isto é, à Consultoria de meio ambiente da Casa dar o seu parecer técnico sobre ela. O mesmo acontecerá com as propostas da área da educação. Apesar de ser um parecer técnico, ele exige negociação política. As pessoas que acompanham esse processo todos os anos sabem disso. Tão importante quanto o parecer técnico é a negociação política com o governo. Transformar um programa associado num programa estruturador não é algo tão simples. Da mesma forma como restaurar uma ação, cancelar um recurso de uma área e enviá-lo a outra ou regionalizar uma ação. Dessa forma, tudo isso já é feito junto aos integrantes do governo, da Seplag e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, porque o que é aprovado na Comissão de Participação Popular é enviado para a Comissão de Fiscalização. Assim sendo, não faz sentido aprovarmos numa comissão e tomarmos bomba em outra. Daí a necessidade desse processo prévio.

No caso, até o final do mês, esses pareceres serão votados na Comissão de Participação Popular. Dependendo do parecer, cada proposta terá um destino. Haverá proposta que poderá ser transformada em emenda popular para o orçamento e para o Plano Plurianual. No caso de uma proposta que tenha impacto orçamentário, mudamos o PPAG e também o orçamento. Há ação que você só regionaliza - altera apenas no PPAG. Há ação em que você não precisa necessariamente do orçamento. Às vezes, em sua finalidade, pode-se acrescentar algo, alterando mais o seu conteúdo.

Assim, dependendo do parecer, isso poderá gerar uma emenda ao orçamento, uma emenda ao PPAG ou uma emenda a ambos. Há também proposta que, apesar de ser muito relevante e interessante, não é uma ação orçamentária. Aqui mesmo há algumas, como o requerimento para que se reúnam as Secretarias de Defesa Social e de Obras para discutir o atraso na construção, por exemplo, de um centro socioeducativo. Posteriormente, abordarei o processo do ano que vem. É um outro PPAG, com uma negociação mais política que orçamentária. Há coisas que podem ser para o governo federal. Às vezes, também é uma ação que já está prevista no orçamento, mas não é carimbada. Trata-se então da elaboração de um requerimento para o governo do Estado, que poderia ser nos seguintes moldes: "Olha, há uma sugestão para que essa ação seja feita em tal região". Às vezes, não é uma ação regionalizada. Cada uma das 300 propostas receberá um parecer. É tudo público e transparente. Será publicado e constará no "site" da Assembleia. É perfeitamente possível - e necessário - acompanhar esse andamento.

Tudo o que votarmos até o final do mês, aquilo que for transformado em emenda ao orçamento e ao PPAG, teremos de apresentar até o dia 2 de dezembro. Trata-se de uma emenda popular, que apresentamos por meio da Comissão de Participação Popular. Teremos um prazo aproximado de 10 dias para fazer tudo isso: um estudo técnico das sugestões, o parecer, a votação e a transformação em emenda. Posteriormente irá para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Fazemos todo esse processo em conjunto, desde o início, para que aquilo que for aprovado na Comissão de Participação Popular seja acolhido na Comissão de Fiscalização. Não é automático, até porque as comissões são autônomas e livres para emitir seus pareceres. Mas até agora, nos últimos anos, a experiência tem sido positiva.

É bom lembrar sempre que este é o Poder Legislativo. O Poder Executivo é outro. Porém o Poder Executivo tem a maioria dos Deputados. Há uma lógica nisso. Coordenamos esse processo com viagens e grande trabalho. Ficamos dois meses por conta dessa coordenação. No entanto, às vezes, alguma proposta que é muito interessante não é transformada em emenda. Isso ocorre porque o governo, que tem maioria na Casa, não acata essa emenda. E costumam dizer: "Nós fomos na Assembleia, lutamos, mas não deu certo". E ainda pagamos o pato.

Estou colocando essa questão de maneira clara porque organizamos o processo, mobilizamos a população, batalhamos e negociamos. É lógico

que também influenciarmos nessa negociação, mas às vezes viramos até o vilão da história. Trata-se de um processo em que há uma construção política, e há nele um bônus - isso é bom registrar. Ganhamos um estruturador de implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, a extensão da alimentação escolar para o ensino médio, a destinação, pela primeira vez, de recursos para comunidades indígenas e associações de catadores de materiais recicláveis, o fortalecimento da política de segurança alimentar e nutricional e várias ações, na área da criança e do adolescente, para conselho tutelar e combate à violência e exploração sexual e ao trabalho infantil. Há coisas concretas. Há avanços. Temos de ser também muito claros para compreender que não é um processo que depende apenas da boa vontade ou da análise técnica, realizada por nós ou até mesmo pelos técnicos da Seplag. Há uma dimensão política de prioridades do governo etc. O próprio Diogo já mencionou essa questão. Então apresentamos as emendas a esse processo até o dia 2; eles vão para a Comissão de Fiscalização. Até o dia 20, a Comissão deve emitir um parecer, que será votado no último dia de trabalho legislativo deste ano na Casa, geralmente na véspera do Natal ou do Ano-Novo, entre 20 e 30 de dezembro.

Vou aproveitar e dar uma boa notícia: hoje pela manhã, houve a votação final - votamos em 2º turno - de um projeto de lei resultante de uma proposta surgida na revisão do PPAG. Todo material escolar, cadernos, que o Estado distribuir para a rede pública deverá conter informações de cunho educativo em sua contracapa: coleta seletiva, campanha contra as drogas, prática de esportes. Qual foi o nosso parecer? A proposta era boa, porém não era objeto do Orçamento, mas poderia ser projeto de lei. Então ela foi transformada em projeto de lei de iniciativa popular - e não me vem à mente qual foi a entidade que a propôs. Esse projeto de lei passou pelas comissões, foi votado em 1º turno e hoje aprovado em 2º turno. Agora irá para o Governador a fim de ser sancionado. Então é feita uma triagem pela assessoria. Deixamos para votar depois o que não tem pacto orçamentário, para que seja possível nos concentrarmos no Orçamento. Lembramos que o prazo é 2 de dezembro para a apresentação das emendas a uma comissão, depois se inicia o processo de acompanhamento. Desde o ano passado, melhoramos a integração com outros órgãos - com uns nem tanto, mas com outros sim.

Como sabemos que o Orçamento é autorizativo e não impositivo, há o processo de revisão semestral - realizado aqui no meio do ano -; o processo da execução orçamentária, em que algumas áreas já avançaram mais; e então o processo de efetivação das emendas. Espero ter sido claro, fui muito didático no procedimento. Se houver dúvidas, as assessorias da Comissão, do nosso mandato e da Assembleia estarão à disposição para esclarecê-las.

Para concluir, agradeço muito a todos que participaram deste processo e a vocês, principalmente, que são sua razão de ser. Agradeço também ao governo, a todas as Deputadas e Deputados e a toda a equipe da Assembleia. Não nominarei órgãos ou pessoas para não cometer injustiças. Esse trabalho, iniciado em 2003, é inédito no País. Neste ano ele foi reconhecido em Brasília, pela Comissão de Legislação Participativa, como o melhor trabalho de incidência orçamentária de participação por via do legislativo. O corpo técnico da Assembleia, dos nossos mandatos, contribui muito para isso. Não fosse esse aporte junto ao pessoal da Seplag, não teríamos o êxito que temos. Vocês não imaginam o trabalho que temos. Quem vê os pareceres sobre cada proposta sabe que levamos 8 dias, às vezes até 10, para emitir pareceres técnicos sobre 300 propostas. Isso exige muita negociação e trabalho técnico, até mesmo para montar as audiências e divulgá-las. Este ano foi mais difícil porque foi um ano atípico. Então faço um agradecimento geral a todos que contribuíram e continuarão contribuindo com esse processo, pois ele só se encerra no dia em que aprovarmos, em Plenário, as propostas de ações legislativas. Não sabemos como será no ano que vem, mas, independentemente disso, reitero, mais uma vez, aproveitando a presença do Diogo e de outras pessoas do governo, que, como Deputado, proporemos formalmente ao Governador Anastasia e ao Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, que assume no ano que vem e hoje é Presidente desta Casa, que a Assembleia e o governo do Estado possam realizar um debate prévio nas 10 macrorregiões de Minas Gerais antes mesmo do envio do PPAG para esta Casa. Temos acúmulo técnico e político para isso. Sr. Diogo, se somarmos Seplag, governo, corpo técnico da Assembleia... Não sei se o senhor sabe, mas, no Estado, há um conselho de desenvolvimento econômico e social. Na verdade, é uma espécie de órgão consultivo que chancela a proposta de lei orçamentária que nos envia o governo. Na verdade, esse órgão é composto por 30, 40 pessoas - aliás, boas pessoas. Esse número não é suficiente para dar conta da diversidade do Estado. O governo terá o prazo até o mês de agosto e setembro para encaminhar o PPAG 2012-2015. A nossa proposta é muito clara: que seja estruturado um processo de audiências nas regiões de Minas Gerais, no final deste ano e no início de 2011, num formato mais adequado, integrando conselhos de políticas públicas e de representações regionais, para que o PPAG chegue a esta Casa mais absorvido e discutido, sem prejuízo do processo. Assim sendo, antecipasse, de certa forma, o processo de participação na formulação. Mas, se isso não for possível, que pelo menos antes de encaminhá-lo - a partir de um esboço prévio do governo - façamos esse processo com mais tempo. Não queremos que sejam apenas três dias em algumas regiões de Minas Gerais, porque será a apresentação de um PPAG de quatro anos. É lógico que mantemos na lei as revisões anuais, que, aliás, são fundamentais nesse formato aperfeiçoado. Esse foi o objeto também de um relato que a Alice fez no grupo e de um requerimento. Conforme disse na abertura dos trabalhos na segunda-feira, os senhores podem ter certeza de que proporemos ao governo, da mesma maneira que em 2003. Lembro-me da reunião que marquei com o então Secretário de Planejamento Antonio Anastasia no dia seguinte àquele em que a Comissão de Participação Popular fora instalada, propondo que fizéssemos esse formato de audiência na Assembleia. Isso avançou muito. Na verdade, é hoje uma atividade institucional não só da Comissão que presidimos, mas também desta Casa. Então, da mesma forma, isso será proposto ao governo. Obviamente trata-se de uma questão política mais ampla. No entanto, há, no mínimo, a garantia de que, na próxima legislatura, essas leis orçamentárias terão por parte da Assembleia o mesmo cuidado que tiveram até aqui, principalmente nesses últimos oito anos. Feitas essas considerações, reiteramos o convite para quem for do Jequitinhonha e do Mucuri comparecer a audiência em Itaobim. A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença. Muito obrigado. Parabéns a todos pelo exercício pleno da cidadania.

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/11/2010

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Durval Ângelo; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Padre João; discursos dos Deputados Padre João, Antônio Júlio e Adalclever Lopes; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Suspensão e reabertura da reunião - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010; discursos dos Deputados Carlin Moura e Antônio Júlio; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 1; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 2; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declaração de voto - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010; requerimento do Deputado Ademir Lucas; deferimento; discurso do Deputado Antônio Júlio; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 2 a 4; rejeição; votação da Emenda nº 1; aprovação; questões de ordem; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na parte da tarde, tínhamos o projeto de suplementação orçamentária do Poder Judiciário. Aproveito a oportunidade para solicitar que conste em ata uma decisão tomada hoje pelo Conselho Nacional de Justiça que diz respeito à Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Todos acompanharam, há dois anos, a denúncia da Comissão em relação ao meritíssimo Juiz da Vara Maria da Penha de Sete Lagoas, que, em vários processos, se referenciava falando da inconstitucionalidade da lei e, num caso concreto, emitiu opinião de que a mulher era inferior ao homem, além de considerar a lei um absurdo. Na época, vimos no voto, na decisão, na sentença do Juiz de Sete Lagoas um claro incentivo à violência. Por isso a Comissão de Direitos Humanos, por meio de requerimento deste Deputado, representou na Corregedoria do Tribunal de Justiça contra esse Juiz. Infelizmente, a Corregedoria arquivou o procedimento. Recorremos, então, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Esse Juiz, inclusive, tinha agredido anteriormente a sua esposa, da qual era separado, e fez uma tentativa de sequestro de seus dois filhos. O CNJ, há nove meses, decidiu punir com advertência o Juiz. Hoje, por uma terceira intervenção da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o CNJ afastou o Juiz do exercício do seu cargo. Eu ainda não me inteirei totalmente da sentença. O Juiz teve nesse período uma promoção, o que fez com que a Comissão pedisse a suspensão dela, já que fere a Lei Orgânica da Magistratura promover um Juiz que tem aberto contra si um processo investigativo. Quero apenas dar ciência disso e fazer constar em ata. Aproveitando o projeto em pauta na reunião da tarde, quero mostrar o trabalho de uma comissão desta Assembleia. Ficamos muito orgulhosos quando solicitamos aos Deputados membros da Comissão que estejam presentes nas reuniões. E fizemos essa solicitação a tantos outros Deputados, como à Gláucia Brandão e ao João Leite, que sempre garantem o quórum da comissão. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.699/2010 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - São dois projetos em pauta que dizem respeito à negociação de créditos. O requerimento pede que o Projeto de Lei nº 4.699, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal -, seja apreciado em primeiro lugar, ou seja, antes do Projeto de Lei nº 4.687/2010, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais. Solicitamos que esse projeto seja apreciado em segundo lugar. Os dois projetos são complexos, mas a inversão de pauta, para nós, é importante, porque vamos apreciar primeiramente o que, de fato, pega todos os créditos remanescentes da privatização. O nosso entendimento é que o governo está recebendo. Não se trata de um crédito podre como alguns dizem. Há aí uma antecipação de receita, antecipação de um volume de receita que não sabemos qual é. Não temos ideia do valor desse montante. Se anteciparmos de uma vez um valor que estaria entrando no Orçamento do Estado para o governo mês a mês, como ficaria depois? A situação do governo não se complicaria nos próximos meses para honrar seus compromissos? É por isso que, em nome da Bancada PT-PCdoB, solicitamos a inversão de pauta, mesmo externando um posicionamento contrário, porque não temos condições de apreciar esse outro projeto. Antecipo a nossa posição também em relação ao projeto, por ser ele obscuro, por não ter a transparência importante para o parlamentar. O Deputado tem de ter clareza do alcance da matéria a ser votada. Às vezes, tem pequena visão, enxergando apenas uma parte e não o que está por trás, o que está garantido ali, podendo dar amplo poder de negociação em relação a esses créditos. Entendemos que não está claro o montante de que o governo abre mão. Qual o risco do governo? Ele está abrindo mão de que montante? Esse montante é significativo em relação ao risco.

Peço aos Deputados que votem a favor desse requerimento, que solicita a inversão dos dois projetos que constam na pauta. Antecipo que falta clareza em relação às duas matérias. Por isso o pedido de inversão da pauta. Talvez fosse esclarecido o montante, o valor em relação ao Bemge e ao Credireal. No mínimo, teríamos ideia do montante antecipado e do déficit em relação aos meses seguintes. O governo, que recebe paulatinamente, receberia de uma vez. Por um lado, haveria antecipação de receita; de outro, poderíamos até entender que abre mão de receita. A empresa que adquirir esses créditos corre risco. Qual o valor desse risco para o Estado? É importante destacar que não se trata de crédito podre. O Estado já está recebendo e quer receber isso de uma vez. Será que o Planejamento errou de novo e não pode cumprir os seus deveres em relação ao 13º salário, ao pagamento do servidor público, que sempre foi tratado em segundo plano? Talvez esse recurso servirá para honrar compromissos com as empresas que construíram a Cidade Administrativa, que, embora tenha sido inaugurada, ainda não foi concluída. Os servidores que lá trabalham estão em situação de risco, pois muitos locais estão em obra. Por que o governo tem urgência dessa antecipação de receita, de negociar esses créditos? Qual a brecha do Orçamento? Que compromissos o governo precisa honrar com esse recurso? Tenho grande dúvida se é para o servidor público, porque o governo nunca colocou em primeiro lugar o compromisso com eles. Aliás, até compromissos aqui assumidos, assinados, para pôr fim à greve dos servidores da educação, não estão sendo cumpridos. Por isso duvido que esse montante seja para pagar o 13º salário, as gratificações ou o reposicionamento da tabela dos servidores. Peço aos Deputados que votem a favor do requerimento. Como Deputados, temos o dever de fiscalizar e legislar, de legislar e fiscalizar, então o governo deveria expressar um mínimo de respeito a esta Casa, informar-nos com precisão o que está por trás de cada palavra, o que está por trás de cada pedido. Qual é o montante? Esse seria o mínimo de esclarecimento, mas infelizmente não o obtivemos. Mais uma vez e com pressa, o governo desrespeita o Parlamento mineiro, porque aqui não chegaram informações - "têm de votar, têm de votar", mas as informações não são precisas. Estamos aqui falando de números. Poderíamos receber informações objetivas e precisas, mas infelizmente não é o que ocorre. Peço, então, que votemos favoravelmente a essa inversão de pauta, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para encaminhar a votação do requerimento do Deputado Padre João, justamente para dar oportunidade de discutirmos esse projeto, do qual, aliás, ninguém sabe ou com cujo conteúdo e tamanho ninguém se preocupou. Tenho dito e volto a repetir aqui, e disse isso para o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo: o Governador talvez não saiba, na prática, o que estamos votando, porque, na maioria das vezes, confia em seu secretariado e assina as mensagens que chegam a este Parlamento.

Digo isso com muita tranquilidade porque também já fui do governo, na época do Itamar Franco, do PMDB. Disse isso na parte da tarde e aproveite para repeti-lo agora, já que o Plenário está com um quórum mais qualificado: lembro-me, principalmente, de que aqui chegou um projeto da área da saúde, que mudava as taxas do IMA. Na época, levantei essa questão na Comissão de Constituição e Justiça, e tivemos a tranquilidade de exigir do governo que retirasse o tal projeto. Até hoje, Dr. Hely, ninguém sabe quem enviou aquele projeto para cá. A responsabilidade era do Governador, mas ninguém sabe quem foi o pai daquele projeto que arrebentava com o Estado de Minas Gerais, que arrebentava com o nosso povo. Mas nós, da base do governo, nós, que éramos do PMDB, exigimos que o Governador retirasse o projeto ou viesse a esta Casa dar alguma explicação. Como não quis fazê-lo, resolveu retirar o projeto.

Esse é o mesmo caso dos dois projetos que estamos votando aqui. O governo vem protelando, vem protelando, porque o projeto está sob regime de urgência, mas não foi discutido na Comissão, isso não foi permitido. Fizemos um requerimento para recebermos da Secretaria de Fazenda uma explicação sobre o que vale esse projeto, quais são seus objetivos, quais são suas propostas, mas não conseguimos. Propus na Comissão que, se não quisessem fazer uma reunião pública, que a fizessemos fechada; poderíamos ir à Secretaria de Fazenda para obter explicações sobre o que representa esse projeto para os interesses do Estado de Minas Gerais.

Vejo que esse projeto é danoso - estou falando isso desde quando ele aqui chegou. Ele está sob regime de urgência, mas, há 90 dias, está tramitando, tamanha é a pressa do governo. Acho que o governo não teve coragem, não teve a ousadia de retirar esse projeto. Se eu fosse o Governador hoje - o nosso Presidente, o Deputado Alberto Pinto Coelho, está substituindo o Governador -, suspenderia a tramitação desse projeto, porque é o mais lógico a ser feito, para obtermos alguma explicação. Infelizmente a maioria dos Deputados não teve oportunidade de receber explicação, até porque esse projeto tramitou em plena campanha eleitoral.

De uma forma até um pouco mais grosseira, há mais tempo eu já denunciava o fato de que o governo queria fazer caixa para campanha. Para que ia vender um crédito que tenho e antecipar a receita? Se o governo tem necessidade de fazer antecipação de receita, que faça o jogo claro. Na verdade, diga na Assembleia que precisa fazer operação de antecipação de receita e que dará como garantia os créditos tributários. Vamos estudar isso. Talvez esse seja o melhor caminho. Mas o que o governo quer não é isso, e, sim, fazer de forma camuflada a transação de antecipação de receita, como se estivesse concedendo os créditos onerosos do Estado.

No primeiro momento, alguém quis dizer que se trata de créditos podres. Isso não é verdade. Créditos podres não servem para nada. Sabe por que, Deputado Duarte Bechir? Porque os créditos podres do governo realmente não valem nada. Já votamos várias leis tentando encontrar uma maneira para o governo recuperar isso, como dar descontos nos juros da correção ou até abrir mão de parte do crédito. No entanto nada avançou. Esses créditos presos estão numa agência que contrataram, no banco. Agora, dizer que venderão isso? Venderão para quem? Estão querendo vender o que é recebível.

Queria alertar os Deputados para o fato de que também pagaremos essa conta no interior. O governo fez um levantamento das cisternas do nosso coitado produtor rural e dos que moram na zona rural. Todos foram obrigados a cadastrarem a sua cisterna no Igam. Ninguém se lembra disso. O governo está pegando essa receita da cobrança das taxas da cisterna que não existe - aliás, que poderá existir - e a vendendo para o banco. Quando fizeram o cadastro, há aproximadamente dois anos, denunciei, na Secretaria, que a cobrança da taxa para a utilização da cisterna, da água, seria de R\$680,00 por cisterna. Como o produtor rural, aquele homem da roça, aquele pessoal do Jequitinhonha e do Norte de Minas pagarão esses R\$680,00? O governo já está vendendo isso para o banco. Na verdade, está pegando esse crédito fictício - aliás, num primeiro momento é fictício, porque o governo não terá como cobrá-lo. Nessa cobrança, ele terá como fazer uma antecipação de receita e depois o pagamento dessas taxas. Na verdade, apenas "dará" legalidade a um processo que não existe. Essa é a questão que estou levantando. Não estamos querendo criar dificuldade para o governo, mas que seja o nosso governo e não o de uma meia dúzia de pessoas que têm levado vantagem em todas as transações que faz. É contra isso que queremos lutar e é o que estamos denunciando.

Deputado Duarte Bechir, numa entrevista para um grande jornal de Minas, dei toda essa explicação. Depois a jornalista me ligou e disse: "Deputado Antônio Júlio, infelizmente não poderemos publicar a reportagem porque não passou na censura, no sistema de mordada da imprensa". Talvez isso me revoltou muito mais do que o próprio conteúdo da matéria. Sobre o material que estamos discutindo, talvez seja questão de cada um ter o seu posicionamento. Agora a ditadura que se implantou em Minas Gerais, a censura e a mordada da imprensa nos revoltou muito mais, principalmente a nós que viemos da guerra da ditadura militar que se implantou no nosso Brasil - aliás, uma ditadura que sofremos e contra a qual lutamos para ter liberdade de imprensa. No entanto, hoje não temos essa liberdade. Por isso esse projeto está tramitando, todos estão calados, ninguém deseja manifestar-se. Mais lá na frente veremos o que vai acontecer.

Deputada Maria Tereza Lara, fiz até uma comparação. Hoje esse pessoal que está comandando e cercando o Governador é mais ou menos como o Bruno, que, como era goleiro do Flamengo, pensava que podia continuar criando problema, bater nas mulheres, fazer orgia e estar sempre em meio a denúncias que nada lhe poderia acontecer. No entanto foi preso. Isso é mais ou menos o que aconteceu no IEF, como cansamos de denunciar. Enquanto não prenderam o Diretor-Geral do IEF as coisas não melhoraram, apesar de a imprensa também ter sido impedida de fazer essa divulgação. Essas coisas aconteceram neste governo - no governo de Minas Gerais, não de outro Estado. Denunciamos e chamamos a atenção. Na verdade, perderam o senso do limite e da responsabilidade e continuam agindo assim neste final de governo.

Esse projeto é danoso aos interesses de Minas e não traz nenhum benefício ao Estado, tanto é que eles não tiveram a coragem de pelo menos vir aqui me dar uma explicação lógica sobre ele. Só quero uma explicação lógica, porque estou exercendo o meu papel. Alguém me disse que, às vezes, pego muito duro e me perguntou se não tenho medo de retaliações. Eu sou sobrevivente da ditadura que se implantou em Minas Gerais. Há três mandatos, o governo tenta me derrotar, e estou e vou continuar sobrevivendo. Não preciso puxar saco, bajular governo para ganhar eleição. Faço o meu papel de Deputado. Ontem a imprensa me perguntou: "Deputado, não sei o que...". Eu disse que sou Deputado. Não tenho outra atividade, negócio algum, negócio com o governo, não tenho nada. Sou apenas Deputado e, como tal, quero exercer aquilo que a Constituição me concedeu.

Portanto sou a favor da inversão de pauta requerida pelo Deputado Padre João, até porque o segundo projeto é tão danoso quanto o primeiro, mas pelo menos ele dá mais margem para continuarmos ou até esperar que o governo dê uma explicação. Acredito que isso seja o mínimo que ele possa fazer, mas, como ele tem a certeza de que nada sairá na imprensa, a não ser pela TV Assembleia - claro, isso se não chegar a ordem para tirar do ar ou não transmitir a notícia, o que pode ocorrer. Então, se não chegar essa ordem, pelo menos alguém estará me ouvindo pela TV Assembleia. Ontem um grande jornalista de Minas Gerais publicou minha fala, e houve mais de 2.500 acessos no meu "blog".

Então apelo para que haja a inversão de pauta, pois assim poderemos votar. Está na hora de votar "sim" ou "não". Porém deixo aqui o meu posicionamento: considero esse projeto danoso aos interesses de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes* - Sr. Presidente, quero parabenizar o governo por mandar à Assembleia esse projeto austero e saneador. Assim, encaminhado favoravelmente o projeto, que não só saneia mas também é austero e melhora muito o nosso sistema financeiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Tenente Lúcio - Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto, que é "não".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 7 Deputados. Votaram "não" 43 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição do requerimento.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, encaminhamos contrariamente ao projeto por alguns motivos que consideramos fundamentais. Primeiro, em um projeto dessa complexidade, que tramitou nesta Casa em regime de urgência, não houve o devido debate ou esclarecimento aos Deputados das comissões ou à sociedade. Achamos que, em projetos como esse, é preciso ter, no mínimo, o cuidado de se fazer um debate pleno, exaustivo, até que se compreenda seu conteúdo. Segundo, no nosso entendimento, no mérito o projeto é extremamente prejudicial ao interesse público. O que ele propõe? O Estado propõe fazer antecipação de receita dos créditos a receber, ou seja, créditos saudáveis, de natureza tributária e não tributária. De que forma isso será feito? Pegam os créditos e os oferecem ao mercado e aos bancos, que os comprarão antecipadamente - e obviamente os comprarão num valor inferior ao de face desses créditos. Certamente o projeto não esclarece o montante de receita de que o Estado estará abrindo mão. O referido projeto não respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é clara: caso o Estado perca receita, deverá dizer sua natureza e a quantia que perderá, além da receita que colocará no lugar. Quando se trata de interesse do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal vira letra morta, não serve e não se aplica a seus interesses. No entanto, quando se trata de votação de projeto a favor de servidor público, de salário ou de projeto social, isso não pode, pois viola a referida lei. O Projeto nº 4.687 viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois, em nenhum momento de sua tramitação, o governo conseguiu explicar o montante da receita de que estará abrindo mão para antecipar suas receitas, seus créditos. Além disso, o governo não esclarece por que, neste momento, precisa antecipar receita, créditos.

Será que o governo está tão mal das pernas assim? Será que as finanças do Estado estão mal, e não há dinheiro para pagar o 13º salário e cumprir os compromissos? O choque de gestão e o déficit zero não valerem nada? Isso foi somente uma balela? Se o Estado precisa de dinheiro, por que tem de ser antecipado? Quais são as dívidas que ainda estão em aberto e precisam ser fechadas com esse acerto de contas?

O que é pior, Sr. Presidente, é o seguinte: ao se vender os créditos bons do Estado no mercado, possibilita-se que seja feito um negócio melhor do que aquele crédito consignado do servidor público, ou seja, aquele empréstimo que ele pega no banco, e o seu salário é a garantia do pagamento. Aquele que comprar os créditos do Estado, além de poder recebê-los do devedor original, terá plena garantia do Estado de Minas Gerais quanto ao seu recebimento integral. Hipoteticamente, podemos imaginar que, em se tratando de um crédito no valor de 100, quem comprar pagará 70 e tentará receber de quem deve os 100. Se não receber os 100, mas somente 60, o Estado complementar os 40 restantes, e ele ficará integralmente com o valor. Isso é extremamente prejudicial ao Estado. Será uma vergonha autorizarmos essa operação de crédito. Isso é pior do que a "esquina dos aflitos", que são "factories", em que as pessoas vendem o cheque do salário no final do mês para receber o valor antecipadamente. Isso é uma vergonha que denigre a seriedade do Estado de Minas Gerais e traz enormes prejuízos ao erário público. Não há como votar favoravelmente a esse projeto. Declaramos o nosso voto contrário a essa operação esdrúxula que o governo propõe a Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, continuo com o meu posicionamento, até porque fui um dos poucos Deputados que acompanhou esse projeto desde que aqui chegou. Desde então temos apresentado as nossas denúncias e pedido informações, pois o governo deveria dar pelo menos uma pequena explicação, mas não teve a coragem nem a ousadia de explicar que operação deseja fazer. Isso nos deixa, às vezes, um pouco revoltados. Estamos nesta Casa para fiscalizar os atos do governo e para ver o que pode ser consertado. Acredito que esse projeto teria conserto, mas a maioria não quer discuti-lo, pois acredita que seja um grande negócio para o governo. Ele é um grande negócio para meia dúzia de pessoas que continua mamando no governo. Aí, sim, ele é um grande negócio. Poucas pessoas serão beneficiadas com esse projeto, que é uma grande transação financeira. Ninguém sabe o valor. Os Deputados talvez não saibam, pois não viram o projeto, já que estávamos em processo eleitoral, que o governo deu, há pouco tempo, uma anistia totalmente equivocada, fugindo de todas as normas legais, dizendo que o "Confaz de conta" autorizou. Era necessária a autorização do Legislativo, que não foi dada, mas, mesmo assim, realizaram a operação, de forma totalmente equivocada, como estão fazendo com a antecipação de receita. Olhem que coisa louca: eles já fizeram a operação - em alguns casos, deram 80% de desconto nas multas e nos juros, recentemente, em maio - e estão pegando esse crédito, que já sofreu essa enorme redução, e vendendo ao mercado financeiro. A que custo? Como? A que custo? Quanto o governo pagará para fazer essa

antecipação de receita? Nós, que já administramos um Município, sabemos que a antecipação de receita é uma operação normal quando há essa necessidade. Mas, se o governo tem déficit zero e fez o choque de gestão... Estou dizendo gestão, mesmo. Não estou me enganando em relação à palavra. O governo já está pedindo uma lei delegada e mais isso e já mandou um projeto, que está em tramitação, sobre os precatórios, para beneficiar um grupo pequeno. Há oito anos, tento fazer com que um projeto tramite nesta Casa, de forma totalmente diferente, mas agora estão fazendo o seguinte: o projeto que complementa este tem CPF. Ele não tem endereço para não ficar muito na cara. Este projeto que está aqui também já está direcionando. Já há o banco que fará a operação, pois os bancos não sabem mais onde pôr dinheiro.

Aqueles bancos, principalmente os que foram beneficiados pelo crédito consignado, o que todos sabemos ser um absurdo. Há banco que recebe 10% da folha de pagamento de crédito consignado. São os juros que cobram do coitado do trabalhador do Estado de Minas Gerais. Quanto a esse projeto, tentei que o Governador me ouvisse ou que alguém da parte do governo me explicasse o assunto, mas não tiveram coragem. Como já disse e estou repetindo, sem nenhum medo de retaliação, sinto-me com tranquilidade para fazer este tipo de denúncia, porque a própria jornalista que me entrevistou, ao dizer-lhe que minha matéria não havia sido publicada, disse-me que infelizmente não havia passado pela censura, pelo sistema de mordida da imprensa. A questão parece ser muito simples, mas atinge a todos nós, porque o parlamento está acuado, o parlamento não pode falar porque hoje todos têm medo do governo. Eu não tenho medo do governo e repito que sou sobrevivente desta ditadura que se implantou em Minas Gerais. Gostaria de dizer o mesmo que declarou a Dilma, na semana passada, ao afirmar que prefere a confusão e o alarde da imprensa ao silêncio da ditadura. E hoje, infelizmente, vivemos o silêncio da ditadura. Vemos as coisas acontecerem, constatamos que o governo está equivocados, porque, Deputado José Henrique, todos os governos são iguais. Já tivemos governos dos mais diversos lados e observamos que são todos iguais. Gostaríamos que houvesse um pouco mais de austeridade, de seriedade, um pouco mais de comprometimento com a coisa pública, o que infelizmente não existe por parte da cúpula do governo instalado em Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 44 Deputados. Votaram "não" 8 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Votação da Emenda nº 1.

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Solicito a leitura do conteúdo da emenda, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Lê a Emenda nº 1, publicada na edição de 13/7/2010.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Carlin Moura - Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados. Votaram "não" 8 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Padre João - Solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 7 Deputados. Votaram "não" 43 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.687/2010 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, serei bastante breve, até porque venho acompanhando esse projeto desde a sua chegada a esta Casa. Por várias vezes, tentamos obter uma explicação sobre a lógica desse projeto. Hoje, o meu apelo não é mais para os Deputados, porque a matéria já foi aprovada, e agora só resta a redação final para o seu retorno a este Plenário. O meu apelo é ao Ministério Público, que também parece estar debaixo da asa deste governo. Peço a alguém do Ministério Público que esteja nos ouvindo neste momento - os guardiães da aplicação da lei -, já que farei uma representação, que investigue o motivo pelo qual essa lei está votada e a forma como serão feitas essas

operações. Digo isso porque ela é danosa aos interesses de Minas e também do governo. Aliás, ela só é benéfica a um grupo pequeno que irá se beneficiar com essa operação. Só quem não quer enxergar é que não consegue ver isso. Votei contrariamente a essa legislação justamente para mostrar a minha insatisfação com esse projeto. Podemos extrapolar um pouco no nosso pensamento e errar no posicionamento, mas me sinto muito à vontade em ter este posicionamento, porque o governo não quis dar explicações, nem mesmo explicar as condições. Ele fez questão de perder todos os prazos das Comissões para que não houvesse discussão. Aqui, no Plenário, ocorreu a mesma coisa. Enrolou-se bastante até cair na faixa constitucional, para que não pudesse haver a discussão dos senhores parlamentares. Talvez a maioria não tenha tido a oportunidade de ler o conteúdo dessa matéria. Muitos podem dizer que é bom para o governo. Não é não, pois vai antecipar um crédito corrente, de recebimento, até porque, como disse no meu encaminhamento, o governo fez uma anistia recente totalmente inconstitucional. O Ministério Público disse que impediria, mas acabou que a anistia foi feita. Fizeram-na por decreto. Por isso, Deputado Hely Tarquínio, digo que esse povo perdeu o senso do limite da responsabilidade. Hoje as grandes operações financeiras do Estado de Minas Gerais são feitas por meio de portarias, de decretos, às vezes até de matéria que depende de autorização legislativa. É um descaso total. Ele sabe que ninguém levantará essa questão. Às vezes fico aqui numa voz única, que me dá a satisfação do papel cumprido, de ter feito a minha obrigação constitucional, que é poder discutir e verificar os projetos, ver o que está acontecendo e querer explicações. Quantas vezes já levantei uma questão contra o Estado e tive a tranquilidade e até a humildade de recuar porque justificaram que não era da forma como eu estava analisando e pensando. No caso desse projeto, eles ignoraram, omitiram. Faço aqui, então, um apelo ao Ministério Público, para que dê uma atenção a essa lei. Isso merece uma ação, uma liminar suspendendo a eficácia da publicação dessa lei até pela própria Assembleia. Ele foge a todas as normas fiscais, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à boa administração. Esse tipo de atitude quebra todos os parâmetros de uma administração que queremos seja saudável e boa para Minas Gerais. Quero que o Governador tenha todo o sucesso na sua vida, que seja um bom Governador, porque, se assim o for, será bom para todos nós, mas não posso ficar calado ao votarmos uma matéria dessa - modéstia à parte, conheço-a bem, portanto estou denunciando o que conheço. Modéstia à parte, estou denunciando o que vai acontecer. Se tiver seriedade e justiça no Estado de Minas Gerais, muitas pessoas que estão por trás desse projeto deverão ser presas, assim como prenderam o Diretor do IEF quando fez as falcaturas que cansamos de denunciar aqui, durante dois anos. E o governo não tomou providência, até que o coitado do Diretor teve de ser algemado, preso, porque perdeu o senso do limite e da responsabilidade. Deveria ter levado mais alguns com ele, pois não só ele fez as falcaturas. Está ocorrendo nesse caso a mesma coisa. É um grupo grande que está levando vantagens nessas operações, fazendo seus negócios. Acho que todo negócio tem de ser bem feito, mas não para tirar proveito da coisa pública, como está acontecendo, principalmente - volto a repetir -, nesse projeto, que infelizmente a maioria aprovou neste momento.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4. Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas, solicitando a votação destacada da Emenda nº 1. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, estou sendo um pouco mais insistente porque tínhamos certeza da aprovação desse projeto. Estava ficando até ruim para a Casa. Esse projeto está trancando a nossa pauta há quase 60 dias, e era necessária uma solução: votar "sim", votar "não" ou haver algum questionamento. Quero alertar para esse projeto: o governo, para fazer volume de crédito que quer antecipar, está pegando créditos podres, porque o banco quer garantias. Qual é a garantia? Os créditos podres, porque o governo dá legalidade à operação - entre aspas -, porque sabe que esses créditos podres não valem nada, vão valer na operação bancária. O governo fará a antecipação e, depois, terá de cumprir a obrigação de suprimir os não pagamentos desses créditos. Vejam que a coisa é muito mais complexa, é muito mais difícil. Essa é uma operação financeira fraudulenta aos interesses do povo de Minas, é uma operação que está beneficiando algumas pessoas. Talvez amanhã eu denuncie o banco que irá fazer essa operação, até mesmo para sustá-la, para que possa rever seus negócios. Mas banqueiro não tem escrúpulo: se for para ganhar dinheiro, vende ou mata a própria mãe; não existem limites, principalmente sabendo que, em Minas Gerais, há imunidade, há impunidade, há conluio entre a Justiça, o Ministério Público e a imprensa, então têm certeza de que ninguém vai falar nada, que é uma operação normal. Mas não é uma operação normal, é uma operação danosa, que não atende aos interesses do povo de Minas Gerais.

É por isso que digo que, se cada um dos Deputados analisasse os projetos que estão aqui, veria que são casados. Veio o projeto de anistia, depois a cessão de créditos e, agora, querem passar para o setor financeiro esses créditos que o governo não irá receber. Quando havia créditos a receber, votamos aqui uma lei bastante benéfica para os credores do Bemge e do Credireal naquela negociação. Já foi feito o alongamento da dívida, já houve desconto nas correções, então ambos foram beneficiados. Agora, o governo vai jogar no banco os créditos podres, apenas para dar volume naquele dinheiro que vai antecipar só para dar legalidade? Parece, Carlin, a época do Governador Hélio Garcia, que também precisava fazer antecipação de receitas e emitiu eurobônus, que é mais ou menos isso aqui. Emitiu eurobônus e deu como garantia as ações da Cemig. Isso foi tudo casado, tudo de caso pensado. O banco não cumpriu a obrigação do eurobônus para descontar e deu as ações para o Grupo AES Southern, que assaltou Minas Gerais como se fizesse uma operação legal, uma operação que tivesse todos os preceitos legais. Houve uma CPI na Assembleia que apurou todas as falcaturas da época do Hélio Garcia, que culminaram com o início do governo Eduardo Azeredo. Se o governo precisa fazer antecipação de receita, seja claro, e vamos ajudá-lo. Se o governo passa por dificuldade, isso acontece, governos passam por problemas momentâneos e a curto prazo. Mas este governo fez vários empréstimos com vencimentos a curto prazo, como é o caso do eurobônus. Quase perdemos a Cemig por antecipação de receita, e isso beneficiou apenas um grupo pequeno que levou vantagem não só na época da emissão do eurobônus, mas também quando o governo teve de cumprir suas obrigações e deu as ações da Cemig como garantia. Quem não sabe disso ou pensa que estou inventando deve pegar os documentos da CPI. Mas depois houve também um abafamento. A CPI apurou, e o Itamar Franco pôs o pessoal para fora, tomou deles a Cemig que o governo tinha dado. E foi um operação mais ou menos como essa aqui; achavam que não ia dar em nada, porque tinha aparência de legalidade e de moralidade - entre aspas. Essa operação é danosa aos interesses de Minas Gerais e atende a interesses de poucos.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Votaram "não" 7 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas e destaque. Em votação, as Emendas nºs 2 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.699/2010 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, votamos favoravelmente e gostaríamos de solicitar a V. Exa. que fossem retiradas dos anais da Assembleia algumas citações do Deputado Antônio Júlio. Creio que os seus colegas não merecem algumas pechas de que estaríamos votando projetos fraudulentos. Não o são: passaram pelas Comissões, foram analisados e são de relevante interesse público; foram apresentados por um governo que tem aprovação de praticamente 80% do povo mineiro, manifestada também nas urnas, com a eleição do Governador Anastasia. Portanto, Sr. Presidente, queremos declarar o nosso voto favorável a esses projetos. Sabemos de todas as lutas enfrentadas pelo governo de Minas no momento da crise internacional, especialmente no que diz respeito às "commodities", muito importantes ao nosso Estado. Apesar disso, Minas venceu e continua a atender a toda demanda do povo mineiro. Sr. Presidente, gostaria que fosse analisado o que disse o Deputado Antônio Júlio. Nós, seus colegas e Deputados desta Casa, não merecemos algumas citações. Gostaria que elas fossem retiradas, expurgadas dos anais da Assembleia, pois não refletem a realidade do nosso trabalho nesta Casa. Ouvimos passivamente as considerações do Deputado, e algumas palavras não refletem a relação entre os parlamentares. Gostaria também de dizer que, com muito orgulho, fiz parte desse governo que implantou o Choque de Gestão em Minas Gerais. Como Secretário de Desenvolvimento Social, tive a oportunidade de experimentar o duríssimo início desse governo, com cortes de 30%, para dar conta do que herdou. Sr. Presidente, vimos esse governo implementar auditorias, não apenas a Auditoria-Geral, mas também auditoria em cada uma das Pastas, das autarquias, em toda a administração, acompanhando com zelo os gastos de recursos públicos. Por isso é inaceitável que o governo seja atacado dessa maneira. Parece-me que alguns, no entusiasmo de apresentar uma oposição, extrapolam a relação que deve prevalecer em um parlamento. Outro dia, nesta Casa fui atacado por alguém da Oposição que entendeu que eu pediria o encerramento da reunião antes que ele falasse. Eu não tinha essa intenção, mesmo assim fui atacado com palavras duras. Lamento que a nossa relação esteja, de alguma forma, chegando ao ponto de se fazerem ataques. Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exa., peço à sua assessoria que faça uma análise das palavras que foram utilizadas contra os Deputados que votaram favoravelmente a matéria, porque, pela nossa avaliação, elas não condizem com a relação que deve existir nesta Casa. Não aceitaremos também, Sr. Presidente, que o governo que foi respaldado nas urnas seja, de alguma forma, atacado irresponsavelmente. Algumas das citações feitas contra o governo são inaceitáveis; também não aceitaremos algumas citações feitas contra o nosso partido e contra partidos da base do governo; não aceitaremos golpe. As urnas decidiram, o povo de Minas Gerais decidiu confiar nesse governo, por isso ficaremos atentos contra qualquer intenção de golpe. Não é democrático, como também não é democrático no parlamento que colegas sejam atacados com palavras inaceitáveis. Por isso peço a V. Exa. que faça uma análise das notas taquigráficas e retire as citações feitas contra parlamentares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Solicitaremos que se retirem, se houver, as palavras que ferem o Regimento Interno. A Presidência informa aos Deputados que, se realmente houve alguma palavra que é vedada pelo Regimento Interno, este deverá ser cumprido, nos termos de seu art. 83. Se houve alguma palavra ofensiva, ele será aplicado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero contrapor-me respeitosamente ao Deputado João Leite por entender que todo o processo elaborado aqui, hoje, nesta noite, neste Plenário, ofereceu plena oportunidade para que, em cada momento, os parlamentares pudessem manifestar-se favorável ou contrariamente a essa proposição. E lamento que a Situação, de que faz parte o Deputado João Leite, tenha ouvido, como ele próprio disse, passivamente, todos os argumentos aqui encaminhados e contrários a esse projeto. E foram os argumentos dos Deputados Antônio Júlio, Carlin Moura e Padre João que nos deram respaldo para que pudessemos votar contrariamente a um projeto que é contrário aos interesses de Minas. Votar favorável e majoritariamente como aconteceu, Sr. Presidente, é uma atitude absolutamente democrática e que respeitamos, mas não precisamos concordar com ela. Então os nossos argumentos precisam ficar registrados nos anais desta Casa, nas atas, porque amanhã veremos o fruto dos acontecimentos relativos a esse projeto aprovado hoje e danoso aos interesses do Estado. Créditos limpos do Estado de Minas Gerais poderiam ser recebidos mensalmente, como está proposto, mas, ao serem antecipados, levarão ação comissionária, como já foi dito aqui, resultarão em ganhos para quem adquirir. Ou não? Alguém, Deputado Antônio Júlio, comprará esses créditos para favorecer os interesses do Estado? De onde? Quem pode imaginar isso, senão todos os argumentos que foram apresentados aqui? Então a minha manifestação não é passiva nem é pacífica diante do resultado. Estou absolutamente indignado com esse resultado, embora seja da maioria, porque o que vejo neste momento é a aprovação desse projeto por parte de uma Assembleia cativa do governo, subserviente ao governo, que está representando a expressão majoritária dele para sustentar interesses que são contrários aos de Minas Gerais, caso sejam concluídos. Isso vai desaguar em resultados efetivos. Ai, o Deputado João Leite e este Deputado, que se manifesta neste momento, enfim, todos nós teremos a oportunidade... Espero que tenhamos clareza, transparência e publicidade dos atos praticados em relação a esse projeto. Dessa forma, faremos a medida. Hoje a votação dada aqui - favorável ou contrária - foi favorável e passiva, sem nenhuma resposta dos governistas presentes, obedecendo a ordem do governo de forma subserviente. Quanto à outra, clamamos, denunciamos, dissemos que não concordávamos e manifestamos com todos os argumentos que poderiam ser contrapostos até o momento da votação. Feita a votação, entendo que não cabe à Mesa da Assembleia Legislativa retirar uma palavra sequer, por mais ofendidos que se sintam os Deputados governistas, pois não tiveram a coragem e a determinação de responderem no momento oportuno. Não fizemos essa manifestação para ofendê-los, mas para alertá-los de que o negócio que está sendo feito em Minas não é favorável aos interesses do povo mineiro.

Declarações de Voto

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, fiquei até um pouco admirado com as palavras do Deputado João Leite. Apresentei o meu posicionamento e respeito a decisão da maioria. Acompanhei esse projeto. Desde quando foi lida aqui a sua mensagem, tenho alertado o governo. Várias vezes disse ao Deputado Mauri Torres para modificarmos o projeto, pois não é de interesse do Estado. Não estou discutindo a eleição do Anastasia ou de quem quer que seja ou a aprovação do governo. Isso é passado e está patente e claro. Não aceitarei, Sr. Presidente, que seja modificada uma fala minha. Para quem estiver achando ruim e que foi prejudicado, há outros caminhos, como a Justiça. Portanto há várias outras formas de fazer isso. Apenas estou alertando e exercendo o meu papel - aliás, não de oposição, mas de posição clara de um Deputado que acompanha as comissões, frequenta esta Casa diariamente, acompanha o projeto. Já discuti com o governo vários projetos. Quantas vezes marcamos reuniões na Liderança. Iniciávamos a reunião com 10 Deputados. Posso dizer que até o bobão deste Deputado ficava de seis a sete horas em reuniões para tentar modificar um projeto. A maioria não quer perder esse tempo. Já eu não! Dedico-me a esse tempo porque fui eleito para ser Deputado. Não tenho outros negócios. Sou parlamentar com muito orgulho. Sinto-me muito à vontade de apresentar os meus posicionamentos. Aliás, não é só falar que somos contra ou a favor deste governo. Fiz isso com o Itamar Franco, o Eduardo Azeredo. Na verdade, ajudei muito a mudar alguns rumos da direção. Às vezes, até gosto de dizer, em tom de brincadeira, ao Deputado João Leite que governo é tudo igual. Se fosse o governo do PMDB ou do PSDB ou do PT, estaria fazendo o mesmo. Então, temos de ter a responsabilidade de fazer os levantamentos e questionar o que consideramos errado. Aceito o resultado. Apresentei o meu posicionamento com muita clareza e, conforme disse, sem nenhum sentimento de revanche com quem quer que seja, pois conheço essa matéria. Há 30 anos trato dessa matéria tributária de Minas Gerais. Sei que isso não é de interesse do Estado, mas de um grupo que continua fazendo os negócios em Minas Gerais. Sr. Presidente, faço-lhe um apelo para que não seja retirada expressão alguma da minha fala, pois sou responsável. Quero ter a responsabilidade de arcar com o que disse, até de responder - se precisar e por qualquer motivo - a quem quer que seja. Não falei nada de ofensivo, mas apenas demonstrei a minha insatisfação com o que vimos e sentimos em todo esse projeto.

O Deputado Marcus Pestana - Falarei só para colocar alguns pingos nos is. Primeiramente, a maioria usou uma estratégia legítima no jogo parlamentar. Nós que temos compromissos com resultados e com a realidade objetivamos a aprovação de um projeto que é essencial para o equilíbrio das finanças públicas no ano de 2010. Portanto não há nada de acanhamento na sua defesa. Trata-se de uma estratégia parlamentar legítima, e temos total convicção dos nossos argumentos e da consistência dos dois projetos aqui votados. Por outro lado, esses projetos refletem estratégias legítimas de gestão de caixa. Qualquer empresa, qualquer governo pode recorrer aos seus ativos, realizando-os a valor presente, conforme as conveniências da gestão de caixa numa lógica de macrovisão orçamentária e financeira. Não há nada demais! Tecnicamente isso é feito com transparência e consistência jurídica. O Deputado João Leite registrou corretamente o estranhamento em relação aos arroubos retóricos e irresponsáveis de gente que ainda não desceu do palanque e não aceita o resultado ditado pela vontade livre e soberana do povo mineiro. Nesse sentido, ele apresenta questões como se a Casa do povo, a Assembleia Legislativa, estivesse votando projetos fraudulentos. Nas entrelinhas foram ditas palavras que não entendi bem: cadeia, algemas. Estamos falando aqui de projetos que tramitam nas comissões desta Casa, foram profundamente analisados e partiram de um governo aprovado e reconhecido pelo seu compromisso com a ética e transparência. Todos têm direito à opinião, mas esses arroubos retóricos e irresponsáveis que se apresentam diante da opinião pública... Às vezes a credibilidade da vida política é tão abalada de várias formas no País, portanto é muito importante que defendamos a credibilidade das instituições democráticas. Falas como a do Deputado Antônio Júlio não colaboram para que a opinião pública

tenha a exata dimensão da transparência e da correção que presidem a conduta desta Casa e do governo Aécio Neves e Anastasia. Era essa a minha declaração de voto.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 10, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/11/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados João Leite e Antônio Júlio; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009; aprovação; declaração de voto - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009; discursos dos Deputados Antônio Júlio e João Leite; votação do projeto; aprovação; declaração de voto - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, ouvi atentamente a leitura da ata feita pelo Deputado Hely Tarquínio e sei que ela está resumida. Foi realizada uma leitura sucinta do que ocorreu na reunião de ontem à noite. Porém, Sr. Presidente, quero insistir na questão de ordem suscitada por mim na reunião de ontem à noite, já que entendo que devemos continuar a ter uma boa relação neste Plenário. As palavras usadas contra o próprio governo ou parlamentares ou partidos devem merecer atenção de todos nós, a fim de mantermos uma relação fraterna. Apesar de haver pensamentos diferentes, temos uma boa relação neste Plenário. As palavras utilizadas ontem não merecem permanecer nos anais da Assembleia Legislativa. Por isso, Sr. Presidente, insisto nessa questão de ordem que ontem foi respondida pelo Deputado José Henrique, Presidente da reunião, dizendo que faria uma análise das palavras utilizadas. Insisto em que essa análise deve ser feita, pois não posso aceitar que o processo que levou à votação dos dois projetos de ontem seja viciado ou fraudulento. Em verdade, os projetos tramitaram na Casa, passaram por todas as Comissões e foram analisados pelos Deputados e consultores da Assembleia Legislativa. Não penso que, na Casa, algum Deputado tenha participação em qualquer certame ou processo viciado. Parece que os termos "algemas" e "prisão", especialmente, não são os melhores para a relação que mantemos nesta Casa. Assim, Sr. Presidente, insisto em que, para mantermos esse bom relacionamento na Casa, não me parece bom descarmos para uma linguagem que não pertence à história do Parlamento de Minas Gerais nem mesmo a esta legislatura. Não houve nesta legislatura relações estremecidas por conta de tratamento que entendemos não ser o melhor. Até consigo pensar que, em alguns momentos de luta mais intensa, de alguma forma saíamos do que todos pretendemos manter: uma relação melhor nesta Casa. Contudo, quando o fazemos, as palavras devem ser expurgadas. Portanto insisto na minha solicitação: que seja feita uma análise cuidadosa do que foi dito na reunião de ontem, para que tenhamos de volta uma relação mais cordial neste Plenário. Essa é a questão em que insisto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado João Leite que as palavras serão avaliadas, como já foi dito pelo Deputado José Henrique, que presidiu a reunião de ontem, à noite. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, estranha-me o posicionamento do Deputado João Leite. Responsabilizo-me por todas as palavras que falei. Se extrapolei ou fiz algo que não condiz com a conduta parlamentar, estou pronto a responder por isso em qualquer reunião, inclusive internamente na Corregedoria desta Casa. Mas não extrapolei: aqui falei de algemas, porque, por dois anos, denunciemos a questão do IEF, a participação de pessoas do governo. Cansamos de falar isso. Aliás, houve a liberação da Mina de Capão Xavier, objeto de CPI nesta Casa, mas a Justiça mandou cancelar todo o licenciamento em consequência de denúncias que fizemos. Agora, a denúncia relacionada ao IEF aqui começou pelo Deputado Lafayette de Andrada. Foi ele quem trouxe aqui os primeiros problemas do IEF. Depois, lá se levantaram várias questões que culminaram - infelizmente, porque eu não gostaria que chegasse a esse ponto - na prisão do ex-Diretor do IEF. Não nos beneficiamos com isso. É disso que estou falando. Não quero que ninguém seja preso ou que venha a passar por esse constrangimento, mas me sinto na obrigação e no direito de me manifestar, a não ser que também queiram censurar as nossas palavras. Responsabilizo-me por tudo o que falei. Peço à Mesa que não retire nenhuma palavra dita ontem. Disse essas palavras de acordo com o meu sentimento, com aquilo que

conheço do Estado de Minas Gerais - e conheço o que está passando o governo hoje. Em momento algum falei do Governador. Até disse que, se o Governador soubesse o que está acontecendo, tenho certeza de que, pelo menos, a tramitação desse projeto seria suspensa. Repito: tenho certeza disso. Nos embates que travei contra algumas matérias do governo - estive com o Governador algumas vezes -, o Governador recuou várias vezes com base no meu posicionamento. Estou aqui em defesa do governo do Estado de Minas Gerais; não estou aqui em defesa das pessoas. Fazer o que estamos fazendo no Parlamento não ajuda o governo. É por isso que aconteceu o caso do IEF e outras coisas por aí. Muitas dessas pessoas que se dizem amigas do Governador se acham no direito de não respeitar a legislação e de não ter limites. É isso o que está acontecendo. Estou apenas alertando, mas, se querem continuar, vamos fazer. Estou muito tranquilo. Quando vi o caso do IEF, repor-tei-me a um tempo atrás. Cansamos de falar sobre isso durante dois anos. Poderiam ter acontecido coisas muito piores. Eles tinham armado um esquema no IEF, junto a alguém mais ligado ao governo, para fazer o monitoramento das cargas de carvão. Estava na cara que havia corrupção. Felizmente, depois de tanto falar aqui... E não foi só eu quem falou. Eles me consideram oposição, mas ressalto que tenho uma posição muito clara, como foi a do Deputado Jayro Lessa e a de outros companheiros ligados à base do governo, que recuaram. Se não levantássemos essa questão e fizéssemos as denúncias mostrando a possibilidade de desvio até de conduta, eles teriam tocado esse projeto para a frente. Essa ação teria criado um problema que ninguém sabe de qual tamanho seria. Sr. Presidente, peço que as minhas palavras de ontem sejam mantidas nos anais desta Casa. Falei com muita tranquilidade. Posso até ter extrapolado um pouco, mas me responsabilizo por todos os meus atos e todas as minhas palavras. Peço que nenhuma palavra seja retirada. Caso a Mesa entenda diferente, que encaminhe o caso à Corregedoria. Quero responder internamente por qualquer excesso que tenha cometido nesta Casa. Jamais quis agredir qualquer colega Deputado. Nunca falei de Deputado. Pelo contrário, se há alguém corporativista assumido perante a imprensa e qualquer outro órgão, sou eu. Quero defender o Parlamento, por isso assumo posicionamentos um pouco mais aguerridos, excedo-me um pouco, mas isso ocorre em defesa do Parlamento, que não pode continuar dessa forma. Pela lógica do Hélio Garcia, base de governo não discute voto. Eu posso discuti-lo, porque não sou da base do governo e tenho direito de fazer isso. Portanto, peço a V. Exa. que não censure as minhas palavras de ontem. Se tiver me excedido, que eu responda interna e judicialmente pelos excessos.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 4.699/2010, apreciado na extraordinária realizada ontem, à noite.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, o assunto que me traz a esta tribuna é pertinente a todos nós desta Casa, especialmente aos Deputados que hoje ocupam cargos na Mesa. É nosso dever nos preocuparmos com questões internas desta Casa. Ontem, pessoalmente tive a oportunidade de observar a forma como a Prosegur está abastecendo o caixa eletrônico do Edifício Tiradentes, que é utilizado pelos servidores e Deputados desta Casa para seus serviços bancários. Aproveitamos a presença do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, para tomarmos medidas urgentes em relação a esse assunto. Já houve um assalto na agência do Banco do Brasil dentro da nossa Casa. Mais uma vez, o Banco do Brasil resiste em tomar algumas providências para garantir a nossa segurança interna. Os vigilantes da Prosegur, na hora de abastecer o caixa eletrônico do Edifício Tiradentes, colocam o dinheiro no chão e não têm nenhuma condição de oferecer segurança adequada às pessoas naquele ambiente. Solicitamos à nossa assessoria de imprensa que fotografasse esse fato, e as fotos estão em nosso gabinete. Fizemos questão de acompanhar todo o trabalho, identificamos os vigilantes e a empresa e solicitamos -, a presença do diretor, o Sr. Ivarmar, para uma nova reunião. Mas é dever de todos os Deputados desta Casa, preocupados com a segurança desta Casa, chamar a atenção para esse assunto. O Banco do Brasil vem impondo condições à Assembleia. A Assembleia precisa tomar providências imediatas antes que aconteça aqui uma carnificina. Da forma como os vigilantes estão abastecendo o caixa eletrônico do Edifício Tiradentes e do Palácio da Inconfidência, certamente poderemos sofrer um assalto à mão armada. E se isso acontecer, haverá problemas de grandes proporções dentro da Assembleia envolvendo funcionários e pessoas que visitam os nossos gabinetes. É necessário que os Deputados tenham essa consciência e ajudem a cobrar do Presidente desta Casa providências imediatas para a nossa segurança. Não podemos permitir que essa situação permaneça. Quanto ao assalto ocorrido na agência do Banco do Brasil dentro do nosso prédio, uma Policial Legislativa sofreu agressão, caiu das escadas e teve de tomar vários pontos. Esses fatos não são noticiados, e as providências estão sendo muito lentas. Uma estudante de administração de empresas de 24 anos, tesoureira de uma agência bancária, passou informações para uma quadrilha que assaltou uma empresa que conduzia cerca de R\$850.000,00. Nesta Casa entra gente de todo o Estado, pois é a Casa do povo; pessoas observam todos os atos praticados aqui dentro e, certamente, podem contribuir para que haja um assalto devidamente planejado. Então é necessário trazeremos esse assunto porque, infelizmente, as coisas aqui andam muito lentas. É muita lentidão para as providências que devem ser tomadas de forma imediata. Compartilho isso com os demais colegas Deputados porque é nosso dever zelar pela segurança dos servidores efetivos, dos servidores de cada gabinete e, obviamente, das pessoas que procuram a Assembleia. O assunto é extremamente delicado, urgente, e o Banco do Brasil não pode continuar impondo a sua vontade ao Poder Legislativo mineiro. É necessário cuidarmos desse problema com zelo, e que a Presidência desta Casa tome as medidas enérgicas e imediatas que a situação requer. Muito obrigado, Presidente.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Sargento Rodrigues, concordo com V. Exa., pois fatos como esse merecem providência imediata. De público, afirmo acreditar que o Superintendente do Banco não tem essa informação, que é gravíssima. Esta Casa precisa informar imediatamente à Superintendência em Minas Gerais, a fim de que sejam tomadas providências urgentes. Obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência tomará as devidas providências com a necessária urgência.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Mesa da Assembleia.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.238/2009 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares

adquiridos pelas escolas públicas. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, declaro meu apoio integral ao projeto, que é de iniciativa popular. Nossa Casa tem a Comissão de Participação Popular, que é uma grande inovação do ponto de vista do processo legislativo. Por meio da Comissão, as entidades da sociedade civil organizada podem vir até a Casa e propor iniciativas de lei. Esse projeto estava originalmente na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - do ano passado. Entretanto, como não era uma matéria pertinente ao PPAG, foi transformado em projeto de lei autônomo. Agora, acaba de ser aprovado em 2º turno, demonstrando que a participação popular, que o povo organizado, pode ajudar a aprimorar e a fazer leis nesta Casa. Como podemos observar, a ideia é utilizar os materiais distribuídos gratuitamente na rede pública escolar de Minas Gerais, para, na contracapa dos cadernos, colocar mensagens educativas, pedagógicas, destinadas ao público em geral. Estas podem ser direcionadas a esclarecimentos, por exemplo, sobre o uso indevido de drogas, sobre a boa prática esportiva ou ainda direcionadas à alimentação e à higiene adequadas. Esse é o conteúdo do projeto. Parabéns à Comissão de Participação Popular! Digo às pessoas que se organizam que essa é a melhor forma de aprimorar a democracia. Por falar na importância da participação popular, ontem, a Bancada do PT-PCdoB teve a oportunidade de receber, nesta Casa, a visita de diversos sindicatos de servidores públicos do Estado de Minas Gerais, entre eles o Sind-UTE, o Sindifisco, os Sindicatos dos Policiais Civis e dos Servidores do Ipsemg, além de associações de servidores públicos aposentados. Sr. Presidente, nessa reunião realizada com diversos sindicalistas, por unanimidade, foi pedido que o Governador do Estado retirasse de tramitação o pedido de lei delegada apresentado a esta Casa. Os servidores públicos e os sindicalistas sabem que a lei delegada viola o princípio do parlamento livre e em funcionamento. No momento que o Governador dá prosseguimento ao que já foi feito, não faz sentido pedir uma lei delegada para a suspensão, por 30 dias, dos trabalhos de fiscalização do Poder Legislativo, concedendo-se a ele uma procuração para criar lei. A lei delegada é nada mais, nada menos que a velha figura do decreto-lei da ditadura militar, em que o Chefe do Poder Executivo tem o poder de fazer lei sem nenhuma fiscalização. Sr. Presidente, a lei delegada é pior até que a medida provisória, que trata de um tema específico e, depois, o Parlamento vota, dizendo se a aceita ou não. Por outro lado, em relação à lei delegada, dá-se o direito ao Poder Executivo de fazer as leis que quiser, sobre a matéria que desejar, do jeito que achar conveniente, e ninguém pode anulá-la. Trata-se de um poder absoluto maior que o do déspota na Idade Média. Sr. Presidente, os sindicalistas fazem esse pedido, mostram a gravidade da lei delegada e alertam para o seguinte: não se pode dizer que a lei delegada servirá para fazer-se um mero arranjo e uma mera reforma administrativa, pois eles foram as principais vítimas das últimas 130 leis delegadas impostas pelo ex-Governador Aécio Neves e pelo ex-Vice-Governador Anastasia, que retiraram direitos do servidor público, modificaram a carreira e retiraram benefícios e direitos constitucionais. Essas leis delegadas, além de violarem o princípio do Estado democrático, violam também benefícios e direitos dos servidores públicos. A nossa Bancada está solidária com os servidores públicos e os sindicalistas. Fazemos um apelo ao Governador do Estado para que, se tiver consciência democrática, retire o pedido de autorização para lei delegada apresentado a esta Casa.

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, aproveitando o tema segurança pública, já que votaremos agora o projeto de lei do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conseps, gostaria de apresentar uma denúncia muito grave. Pará de Minas recebeu no final do governo Itamar Franco e no início deste governo, em 2003, uma penitenciária. Enfrentamos vários problemas para implementá-la e construí-la. Ela está funcionando muito bem, de acordo com o que o governo planejou. Houve o planejamento da recuperação e da reinserção dos presos na comunidade. Faço um alerta, Deputado Hely Tarquínio: haverá uma rebelião nessa penitenciária em pouco tempo, que precisa ser estancada agora, pois os presos estão sem água. Eles têm ficado por dois ou três dias sem água, pois ela, às vezes, corre somente durante uma hora por dia. O planejamento de distribuição de água da penitenciária foi feito para 400 presos. Hoje há 670, praticamente o dobro do previsto. E, o que é mais grave: a Penitenciária Pio Canedo, em Pará de Minas, foi construída para 200 presos. Uma modificação foi feita, aumentando um metro de construção para 400 presos, o que atende bem à situação, dentro das normas que conhecemos e das dificuldades do governo para abrigar os presos, mas lá estão 270 presos. Nas celas destinadas para um preso, hoje estão quatro. Há presos "dormindo na praia", como dizem na gíria deles. "Dormir na praia" significa dormir no banheiro, perto da privada, perto do chuveiro. E o mais grave é que não tem água. Isso tem que ser resolvido. Dizem que é a Copasa, mas a Copasa diz que é um problema interno da penitenciária. Alguém tem que tomar as providências. Estive com o Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de Pará de Minas, que me garantiu que não aceita mais nenhuma transferência de presos para a penitenciária de Pará de Minas até que a situação volte à normalidade.

Hoje vivemos um fato esquisito no sistema de segurança pública. O governo criou metas de prisão. Vejam que loucura: as Polícias Civil e Militar têm metas de quantas pessoas serão presas e levadas para a penitenciária, independentemente do tipo de crime cometido. Assim, não há penitenciária que chegue. Às vezes, por motivos não justificados, a pessoa é presa e vai para o regime provisório, que está superlotado. Com isso, a cadeia está cheia. Os presos e seus familiares dizem que o problema é sério. O preso, confinado e sem água para dar descarga no vaso sanitário nem para tomar banho, começa a se desesperar. Estou pedindo que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia visite a penitenciária de Pará de Minas, onde, além de tudo isso, estão faltando agentes.

Os presos reclamam da alimentação. Essa é uma reclamação constante. A alimentação é feita no próprio presídio. Já almocei lá várias vezes e sei que a comida é de altíssima qualidade, pois é feita com acompanhamento de nutricionistas, mas os presos estão reclamando. Esse tipo de reclamação é muito comum nos presídios e nas cadeias públicas. Quando visitamos penitenciárias por meio de Comissões desta Casa, a primeira coisa que os presos nos mostram é a marmitta; sempre reclamam dela. Não sabemos se a reclamação é justificada ou se existe apenas para criar um fato interno. O fato mais grave da Penitenciária Pio Canedo é excesso de população carcerária. O governo não queria que isso acontecesse, mas está acontecendo. Estive com o Juiz, de quem cobrei um posicionamento a esse respeito, e ele me disse, com muita clareza, que não aceitará nenhuma transferência de presos de outras comunidades para Pará de Minas, enquanto não retomar pelo menos o número de 470 ou 480 presos, o que corresponde a mais de 20% da capacidade, mas ainda é suportável. Mas, uma penitenciária com 670 presos e sem água se torna um barril de pólvora. Temos que verificar o que podemos fazer para evitar um mal pior. Sabemos que as rebeliões começam, mas não sabemos como terminam. Ontem, no Piauí, 18 presos foram assassinados numa rebelião que durou quase 30 horas. Esse é o custo. Em Pará de Minas, talvez a situação não chegue a tanto, mas, com certeza, haverá uma quebradeira no sistema. Faço essa denúncia para alertar as autoridades sobre o sistema carcerário. Precisamos fazer alguma coisa. Sei que a polícia tem agido muitas vezes em função do cumprimento das metas de prisão, o que é um erro de planejamento. Hoje há dados estatísticos envolvendo a administração pública, mas isso não resolve nada. Prendem a pessoa porque deixou de pagar pensão. A Lei Maria da Penha precisa ser revista. A Polícia prende o cidadão por qualquer denúncia porque necessita dizer quantas pessoas prendeu durante a semana e durante o mês. E jogam o cidadão na penitenciária, o que geralmente ocorre com pessoas simples, que não sabem como resolver o problema. Acabaram com o atendimento dentro da penitenciária. A família do preso muitas vezes não tem condições de procurar um advogado para solucionar a questão. E a penitenciária vai ficando cada vez mais lotada. A Defesa Social alertou para o mais grave, que é a questão de pegar o preso que infringiu a Maria da Penha, e aquele que deve pensão alimentícia, e jogá-los junto às feras da penitenciária. Tem gente que está saindo da penitenciária totalmente desorientado, totalmente doído, porque não esperava passar por aqueles dias de terror que ali viveu. Pelo menos alguns Diretores estão atentos para separar os presos que infringiram a Lei Maria da Penha, assim como aqueles que devem pensão alimentícia, para que não fiquem junto dos mais perigosos. Precisamos fazer essas discussões para ajudar o sistema. Quando briguei para construir uma penitenciária em Pará de Minas, paguei caro, enfrentando a Igreja Católica, os Diretores de escola e o próprio sistema político local. Mas sabia que alguém tinha de tomar essa decisão, e nós o fizemos. Mas necessitamos de ter a responsabilidade de fazer um acompanhamento. Não queremos que a penitenciária mantenha apenas 400 presos pois sabemos que há espaço para mais uns 20%, sem criar dificuldades. Mas 60% a mais, isso é bem diferente. Se a Vara de Execuções de Pará de Minas, juntamente com o Sistema de Defesa Social, não estancar a transferência de presos, daqui a pouco chegaremos à situação do Ceresp de Betim ou do de São Cristóvão, com 1.200, 1.300 presos onde cabem 400. Esta é a preocupação que levanto nesta Casa.

Apresentei um requerimento, solicitando informações, mas acho que podemos antecipar seu resultado porque o Juiz de Direito, Dr. Carlos Donizete, deixou claro que não permitirá, em hipótese alguma, a transferência de presos para a nossa penitenciária. A Polícia Militar local tem feito um trabalho fantástico, e quanto mais trabalha, mais presos chegam. E muitos deles poderiam responder o processo em liberdade para, depois, caso houvesse condenação, ser encaminhado à penitenciária. Aproveitando a discussão sobre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, aqui estou dando minha contribuição, alertando para a catástrofe que pode ocorrer na Penitenciária Pio Canedo, caso não sejam tomadas providências urgentes no que se refere à superlotação e ao abastecimento de água daquele presídio.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, manifesto-me favoravelmente ao projeto do Deputado Jayro Lessa, referindo-me a alguns números do sistema penitenciário. É importante dizer à população mineira que quem determina a prisão é a autoridade judiciária, o Delegado; quem a referenda é o Poder Judiciário, o Juiz. Metade dos presos, que estão em Minas Gerais, são provisórios e aguardam julgamento, e 19% deles são estrangeiros. Portanto, vemos a ausência total do governo federal na questão do cumprimento das penas. Se é um preso estrangeiro, deveria estar numa prisão federal, o que não existe em Minas Gerais. E temos apenas duas prisões federais no Brasil. O tráfico de drogas, o contrabando de armas são crimes que deveriam estar a cargo do Sistema Prisional Federal. E atualmente a guarda desses presos está sob a responsabilidade do governo do Estado de Minas Gerais. Com todo o respeito que tenho às pessoas que aguardam o pagamento da pensão alimentícia, não é possível tirar a culpa dos não pagantes. Sabemos que, quando um homem não paga pensão alimentícia, ele está atingindo seus filhos. As crianças, Deputado Doutor Viana, que você conhece tanto, precisam alimentar-se. É fundamental para elas a pensão alimentícia. Uma pessoa que não cumpre com suas obrigações perante seus filhos, precisa ser chamada à responsabilidade pela Justiça, para cumprir seu papel perante seus filhos e a mulher que cuida deles. Portanto, esse crime é gravíssimo.

Não é possível também aceitarmos a violência contra as mulheres. Vamos aceitar a violência de uma forma, mas não vamos aceitar de outra? Se bater desse jeito pode, daquele não. Mas não pode de jeito nenhum. A lei tem de ser duríssima com aqueles homens que insistem em agredir mulheres. Ontem recebi em meu gabinete uma família desesperada, porque uma criança de 13 anos tinha sido completamente violada. Infelizmente, nesse caso, o agressor continua solto. Não é possível sair desta Casa um sinal de que vamos aceitar a violência contra a mulher, de que vamos aceitar o não pagamento de pensão alimentícia por parte do responsável. O que precisa ser feito? Precisamos da presença do governo federal, que tem de assumir sua responsabilidade nos chamados crimes federais: tráfico de drogas, contrabando de armas, crimes ligados a relações internacionais, porque a polícia de Minas Gerais não têm competência para atravessar as nossas divisas e estancar as drogas que vêm de outros Estados e de outros países. Precisamos tratar dessa questão para colocar as coisas nos seus devidos lugares. O financiamento do sistema penitenciário de Minas Gerais tem sido feito exclusivamente com recursos do Tesouro do Estado. E apesar disso, quase 20% dos presos são estrangeiros, cidadãos de outros países que estão cumprindo pena em Minas Gerais. Eles custam R\$2.300,00 por mês ao povo, e não temos recursos federais para cobrir esse custo altíssimo que está sendo pago pelo povo e pelo governo de Minas Gerais. Portanto, Sr. Presidente, é importante esclarecer essas questões. É importante dizer que uma pessoa só é presa se o Delegado confirmar sua prisão, se o Juiz confirmar sua prisão. E não é possível liberarmos da prisão alguém que deve pensão alimentícia, alguém que agrediu uma mulher, alguém que está envolvido com o tráfico de drogas, alguém que está envolvido com o contrabando de armas. A maioria dos crimes são praticados com armas de fogo. Este governo investiu muito na questão penitenciária, reconhecidamente. Ele transferiu muitas unidades para o sistema penitenciário, retirou a Polícia Civil e a Polícia Militar da guarda de presos. A solução é o governo federal assumir a sua responsabilidade, o que não acontece neste momento. Especialmente neste Estado, onde 25% da malha rodoviária é federal, mas é visível a ausência da Polícia Federal nas nossas estradas.

Sr. Presidente, aproveito este momento para trazer esses dados importantes e fazermos uma análise cuidadosa sobre a situação da segurança, sobre a questão prisional no Estado de Minas Gerais. É fundamental garantirmos a segurança da população mineira. Lamentavelmente, muitos que incorreram em crimes gravíssimos, que se envolveram em ligações criminosas não podem conviver com a sociedade, devem ser segregados. Aqueles que insistem em não cumprir suas obrigações com seus filhos, com suas mulheres, que insistem na violência contra a mulher também devem ficar fora da sociedade até cumprirem seus compromissos.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.642/2010. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, citarei o nome para não ficar subjetivo, pois o Deputado João Leite está dizendo que estou defendendo quem não paga pensão alimentícia, quem cometeu crimes contra as mulheres. Não disse isso; apenas disse que o próprio sistema está preocupado com essas pessoas. Já advoguei nessa área, sei que pessoas podem ter desavenças internas, mas hoje a polícia chega e considera qualquer ocorrência como sendo incluída na Lei Maria da Penha. A própria mulher diz que o marido é bonzinho, apenas quando bebe demais que a agride. É óbvio que não deve haver agressão, o próprio sistema está dizendo isso, estou apenas reportando o que estão falando: detectaram que está sendo um problema no sistema penitenciário esses presos por falta de pagamento de pensão alimentícia, às vezes, levados do seu local de trabalho. Se trabalhando não estão dando conta de pagar a pensão, presos é que não vão conseguir. O problema é que se devem, são presos, devem ser punidos. O que não se pode fazer é pegar um cidadão que está trabalhando, que apenas não conseguiu pagar a pensão alimentícia, sem maldade, ser preso junto a outros bandidos. Aquele que age de sacanagem mesmo deve sofrer a mão dura da lei, mas também não pode ser jogado junto a latrocidias, a traficantes perigosos, a pessoas que estão ali pensando o que fazer e que se aproveitam da inocência dele. Não me refiro à inocência do crime que cometeu, mas à inocência de não ser bandido. Chega lá e fica apavorado, porque todos sabemos como funciona uma cadeia. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Sabemos como é chegar um preso mais simples, mais pobre em uma cadeia, uma cela com 20, 30 presos, às vezes porque deixou de pagar pensão. Um cidadão havia pago a pensão, mas o processo não havia sido anexado no cartório, não o mandaram para se baixar o mandado de prisão, então o buscaram no serviço dele semana passada. Ainda bem que a Diretora do fórum conhecia o caso. Esse cidadão ficou preso até resolver o problema. Depois que é presa, a pessoa pode estar até certa, mas há muita burocracia para conseguir ser solta. Quis dizer que precisamos rever alguns conceitos, e a própria Defesa Social está vivendo isso. Há uma preocupação quanto a isso tanto dos Juizes da execução, como dos Juizes criminais e do próprio sistema, pois os Diretores de algumas penitenciárias estão preocupados com a mistura dos presos. Todos sabem que nossas penitenciárias são faculdades do crime. Não adianta fingir que não está acontecendo nada. Estou apenas alertando. Não falarei mais sobre isso. Haverá uma rebelião em Pará de Minas, com consequências inconcebíveis, mas podemos estancá-la, como já estanquei uma quando comprei 500 válvulas de água, porque o sistema não tinha dinheiro e, para comprá-las, tinha de passar por toda aquela burocracia que inventam. Já disse Ovídio de Abreu, em 1946: não basta despachar o papel; é preciso resolver o negócio. Cada um olha se pode comprar o que falta e manda para outro ver se pode, e com isso haverá um problema sério lá. Naquele caso, comprei as válvulas e fiz uma doação para o sistema. Quero ajudar, não quero criar problemas. Alertei o Juiz, pois é preciso estancar esse problema até para ajudar o governo. Temos de reconhecer que a Polícia está agindo. Há várias pessoas que não deveriam estar presas, tanto que, após esse mutirão, vocês viram a quantidade de presos liberados. Não se consegue acompanhar a execução da pena. Não sou contra a Lei Maria da Penha, mas acredito que existam alguns excessos na lei. Outro dia, um Ministro disse algo muito interessante: Em muitos casos, hediondo não é o crime, hedionda é a lei. Isso precisa ser revisto, se por qualquer confusão domiciliar o cidadão tem de ser preso, tem de ficar jogado às traças. É o que discuto. Acho que quem bate em mulher tem de pagar caro. Não consigo entender como o homem chega em casa para bater e agredir a mulher. Depois, terei uma conversa sigilosa com o João Leite e contarei uma história sobre homem que bate em mulher.

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.135/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, quero me referir ao Projeto de Lei nº 3.642. Os Conseps são extremamente importantes para a participação da sociedade civil na segurança pública. Deputado João Leite, enquanto Presidente da nossa Comissão, V. Exa. participou de uma comissão especial que percorreu todo o Estado. Passos importantes já foram dados, mas de fato a situação penitenciária de Minas Gerais é muito grave. Ontem, participei de uma reunião do primeiro grupo de defesa social do PPAG, da qual participaram o Dr. Genílson e o Dr. Guilherme. Mais de 10% dos presos já estão trabalhando, mas ainda é muito pouco, se considerarmos o que desejamos. Naquela oportunidade, ponderou-se que precisamos ampliar a profissionalização e a possibilidade do trabalho para os presos, até atingirmos 100%. A proposta da nossa Comissão é extremamente importante. Discordo do Deputado Antônio Júlio quando se refere à Lei Maria da Penha. É como se ela prestasse um desserviço. Pelo contrário, a Lei Maria da Penha protege as mulheres, que historicamente sempre foram agredidas e excluídas, o que não podemos permitir. Logicamente, é preciso haver um tratamento adequado no sistema prisional. Não se pode colocar traficantes e presos de alta periculosidade com outros, porque resulta em um problema sério. Com todo o respeito a V. Exa. e a seu excelente trabalho como Presidente, Deputado João Leite, o governo federal também tem dado sua contribuição, principalmente por meio do Pronaf, que conta com 10 núcleos em Minas Gerais. Deputado Carlin Moura, em Contagem há um projeto muito interessante, o Mulheres da Paz, financiado pelo governo federal, para que as mulheres possam acompanhar filhos criminosos dependentes químicos. Esse projeto é extremamente importante para que as mães possam dar sua contribuição para que os jovens se livrem da dependência química e saiam do caminho do crime. Gostaria de falar sobre a importância de nossa Comissão ter percorrido todo o Estado de Minas Gerais. Recentemente tomou posse a Sandra, coordenadora, mulher aguerrida, que participou de todas as audiências. Temos a esperança de que a partir do diagnóstico do Estado possamos estreitar os laços entre o governo federal, o governo estadual e os Municípios, para avançarmos na questão da segurança pública. Dilma, nossa Presidente eleita, tem assumido publicamente o compromisso de investir na segurança pública. Tem de haver mais investimento e ampliação do quadro da Polícia Federal para o combate ao tráfico e às drogas. Sabemos que ações têm sido feitas. Por isso, temos de valorizá-las, incentivar e cobrar das três esferas de Poder, principalmente da federal e da estadual, que façam mais investimentos e que a sociedade civil possa acompanhar de perto, como é o caso desta Comissão, e criar condições de combater a violência proveniente das drogas e do tráfico, que vemos com muita tristeza. Desse modo, poderemos construir uma sociedade em que haja, verdadeiramente, uma cultura de paz. Muito obrigada.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, acabamos de aprovar uma autorização para que a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig -, proceda à venda de imóveis. Na verdade, essa autorização tem por objetivo fortalecer a Fapemig para que possa angariar recursos e continuar avançando no desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais. Temos a plena compreensão de que ela tem feito um trabalho muito importante, dando amparo aos nossos pesquisadores e garantia para que pesquisas científicas e tecnológicas em Minas Gerais possam avançar. Sabemos da importância dessa Fundação e que precisamos reforçá-la ainda mais, especialmente os nossos pesquisadores, para que tenham condições de trabalho e de levar adiante os seus projetos de fomento tecnológico no Estado de Minas Gerais. Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero trazer uma boa notícia ao povo de Minas Gerais e aos nossos estudantes: este ano uma importante instituição pública de Minas Gerais, o Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, fundação pública que existe há 38 anos no Estado e que também promove o desenvolvimento científico e tecnológico, entrou no projeto ousado que vai constituir um polo de formação superior na área aeronáutica. O Cetec pleiteou a criação dos cursos superiores, e a boa notícia é que isso foi aprovado e já é realidade. Então, com investimentos de recursos do governo do Estado e do Ministério da Educação, haverá três cursos superiores nas áreas de produção mecânica, química e de segurança voltados para o polo aeronáutico. Serão ofertadas 150 vagas nesse primeiro momento. O primeiro processo seletivo será realizado no final do ano, e as inscrições começam hoje, dia 10 de novembro, e vão até o dia 10 de dezembro. Os alunos que desejarem fazer curso superior nessas áreas no Cetec poderão fazer suas inscrições pela internet no "site" da instituição. O mais interessante é que, no processo seletivo, será utilizada a avaliação do Enem. O Cetec aderiu a essa nova forma de seleção, ficando livre daquele sistema antigo do vestibular tradicional. Queremos fazer esse registro e parabenizar toda a direção do Cetec e aqueles que tiveram a ideia desse projeto. Nós, que fazemos parte da Comissão de Educação desta Casa, receberemos, às 10h30min, representantes do Cetec, que apresentarão detalhadamente esse projeto audacioso e moderno. Ficamos felizes, porque os jovens de Minas Gerais terão mais oportunidade de se aprimorarem, fazerem cursos superiores em uma escola pública, gratuita, de qualidade. Fazemos esse registro e parabenizamos a direção do Cetec. Os jovens que desejarem poderão participar, por meio da internet, do primeiro processo seletivo, cujas inscrições poderão ser feitas a partir de hoje até o dia 10 de dezembro. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 24/5/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.483, a Mesa altera o Anexo III da Deliberação da Mesa nº 2.432, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.484/2010, a Mesa dá nova redação ao art. 12 da Deliberação da Mesa nº 2.477, de 12 de abril de 2010, que dispõe sobre a convocação de servidor para a prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Modern Design do Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição e instalação de móveis – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 13/2010, Pregão Eletrônico nº 13/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a LS Locações, Serviços e Eventos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos – parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da Assembleia – parecer favorável à ampliação do objeto em 7,83% (sete vírgula oitenta e três por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Maxis Brasil Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a locação de duas impressoras a laser/led, inclusa a prestação de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de insumos e peças de reposição – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Companhia Mineira de Promoções – Prominas -, tendo como objeto a locação do Expominas para solenidade de entrega da Medalha do Mérito Legislativo – parecer favorável ao acréscimo de cláusulas, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Bosco Associados Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria técnica e elaboração de projetos de segurança e automação predial no Palácio da Inconfidência, no Edifício Tiradentes e no anexo da Rua Dias Adorno – parecer favorável à inclusão, no objeto, de serviço de revisão do projeto executivo do sistema de circuito fechado de televisão, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Planejamento e Normatização, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado João Leite – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Gustavo Corrêa – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a

serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 31 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 31 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - 1º-Vice-Presidente - José Henrique - 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado - 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro - 1º-Secretário - Hely Tarquínio - 2º-Secretário.

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 31/5/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa, referente ao mês de abril de 2010, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de abril de 2010, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/4/10, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Diagonal Conservação e Limpeza Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a serem executados nas dependências da Contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável à repactuação de preços, em virtude de aumento de salário decorrente de Convenção Coletiva de Trabalho, com vigência de 1º/1/10 a 1º/6/10, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a contratação emergencial para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a serem executados nas dependências da Contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 4.615/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 7 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 7 de junho de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - 1º-Vice-Presidente - José Henrique - 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado - 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 7/6/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cottar Manutenções Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalações, consertos, reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e seus anexos – parecer favorável à prorrogação, pelo prazo de três meses, ou até que se conclua o processo licitatório em andamento para contratação de mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a MCR Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de remanufaturamento de cartuchos e diversos tipos de toner – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 84/2009, Pregão Eletrônico nº 82/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de combustível para aviação – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 20/2010, Pregão Eletrônico nº 20/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a RE Móveis de Aço Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e reforma de mobiliário – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 87/2009, Pregão Eletrônico nº 85/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte – Transfácil, tendo como objeto a cessão de uso dos cartões BHBUS de Vales-Transporte e a prestação de serviços relativos ao atendimento de vales-transporte eletrônico – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 14 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 14 de junho de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - 1º-Vice-Presidente - José Henrique - 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado - 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro - 1º-Secretário - Hely Tarquínio - 2º-Secretário.

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 14/6/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-

Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.486/2010, altera a Deliberação da Mesa nº 2.407/2007, que trata da concessão de diárias de viagem a servidor ocupante de cargo que integra a estrutura de gabinete parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Paula Andrea Amaral Costa EPP, tendo como objeto o fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrafas – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa AAAA Soluções Ecológicas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas, nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e seus anexos, com fornecimento de todos os produtos e equipamentos necessários – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Vaz de Mello Consultoria em Avaliações e Perícias Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria para avaliação do valor de locação do Edifício Tiradentes – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Oracle do Brasil Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de atualização de licença de software e suporte – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, das Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Panasonic do Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição de equipamentos, peças e acessórios de câmeras de televisão – parecer favorável à alteração do objeto, sem acréscimo de preço, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Aumar Combustíveis Ltda., tendo como objeto o fornecimento de combustíveis – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 042/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, por invalidez, a partir de 27/5/10, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887/04, a servidora Rosane Campos Vieira, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 14/6/10, do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, os servidores André Moura Moreira, Antônio José Calhau de Resende, Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro, Cesar Plotz Frois, Diana Ceres de Oliveira Freire, Eduardo Costa Cruz Marques, José Alcione Bernardes Junior, José Arnaldo Soares Raposo, Liliâne Marly de Araújo, Marcelo Fonseca Ribeiro de Castro, Pedro Francisco Chagas Lucca, Ricardo Sérgio Brandão e Sara Meinberg Schimidt de Andrade Duarte; nomeando, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176/97, e de acordo com a Lei nº 15.014/04, c/c as Resoluções nºs 5.086/90, 5.195/00 e 5.310/07, os aprovados em concurso público para os cargos de Analista Legislativo e Técnico de Apoio Legislativo, em virtude de suas classificações no certame. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 21 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 21 de junho de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - 1º-Vice-Presidente - José Henrique - 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado - 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro - 1º-Secretário - Hely Tarquínio - 2º-Secretário.

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/6/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE -, tendo como objeto o estabelecimento de condições para o intercâmbio de técnicas e a cessão de dados entre as partes convenientes para manutenção de uma base de dados de legislação mineira – parecer favorável à prorrogação e indicação de novo gestor do contrato, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a serem executados nas dependências da Casa, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável à correção de erro material referente ao preço mensal, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 038/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Reprograma e Transportes, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Maxetron Serviços, Informações & Representações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais, referentes à imprensa nacional, com opção para instalação em rede de três computadores – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Itaú Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro coletivo de acidentes pessoais, para os estagiários da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a HG Descontaminação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação, nas dependências da contratante, de lâmpadas de descarga queimadas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Manutenção e Obras, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva da aeronave Xingu – parecer favorável à correção de erro material, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguintes ato: nomeando Adriana Aparecida Vargas da Fonseca para o cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 28 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 28 de junho de 2010.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 16/11/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 4.615/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre o montante recebido com a cobrança de pedágio pelas concessionárias no Estado, bem como o montante investido, discriminado por rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.062/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de informações sobre as providências tomadas com relação ao pronto atendimento aos portadores de silicose, de forma a garantir-lhes diagnóstico adequado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.242/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de informações sobre pacientes com transtorno mental que cumprem medida de segurança de internação, por comarca e local. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.448/2010, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Penitenciária pedido de informações sobre os treinamentos de tiros oferecidos por essa Secretaria aos Agentes de Segurança Penitenciária efetivos e contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.610/2010, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de informações sobre: a exoneração de Agentes Socioeducativos e Penitenciários contratados, em desrespeito ao que preceitua a Lei nº 18.185, de 4/6/2009, no que tange ao prazo de aviso previsto no art. 13, II, e ao pagamento de verbas rescisórias; a discriminação na realização dos psicotécnicos nos cursos de requalificação dos Agentes; o descumprimento dos repasses previdenciários, em desconformidade com o art. 14 da Lei nº 18.185, de 2009; a falta de fornecimento das carteiras funcionais aos Agentes Penitenciários e Socioeducativos contratados, o que dificulta o trabalho de escolta; o descumprimento dos direitos constitucionais dos servidores, conforme previsto no art. 39 da Constituição Federal, especificamente a inobservância do adicional noturno e da jornada de trabalho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito das administrações públicas direta e indireta do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.616/2009, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.666/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.036/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 15.176, de 16/6/2004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiré o imóvel que especifica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.255/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Associações de Produtores Rurais localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 16/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 4.866/2010, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 4.841/2010, do Deputado Wander Borges, 4.904/2010, do Deputado Durval Ângelo, e 4.917/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.101/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.926/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.990/2009, do Deputado Durval Ângelo; 4.420/2010, do Deputado Padre João; 4.760/2010, do Deputado Wander Borges; 4.817/2010, do Deputado Walter Tosta; 4.930/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.934/2010, do Deputado Ivair Nogueira; e 4.940, 4.941, 4.944 e 4.945/2010, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 16/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.333/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.726, 6.728, 6.677 e 6.678/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.833/2010, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.745/2010, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.821/2010, do Deputado Irani Barbosa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.760/2010, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 16/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 534/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.774/2009, do Deputado Padre João; 4.610/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.724/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; e 4.761, 4.765 e 4.768/2010, do Deputado Padre João.

Requerimentos nºs 6.472/2010, da Comissão de Administração Pública, e 6.673/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 17/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública com a presença de convidados, denúncias sobre possíveis agressões praticadas por policiais contra cidadãos de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 16/11/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito das administrações públicas direta e indireta do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.616/2009, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica; 3.666/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; 4.036/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 15.176, de 16/6/2004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiré o imóvel que especifica, e dá outras providências; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica; 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica; 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 4.255/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial; 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e dá outras providências; 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a

prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências; e 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Associações de Produtores Rurais localizadas no Estado; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de novembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Genaro, Braulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Chico Uejo, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Eros Biondini, Fábio Avelar, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Leite, Juninho Araújo, Paulo Guedes, Ruy Muniz, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio e Walter Tosta, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 16/11/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 4.919/2010, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2010.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o Requerimento Nº 6.610/2010

Mesa da Assembleia

Relatório

A Comissão de Administração Pública requer, por meio da proposição em epígrafe, seja encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando informações sobre a exoneração de Agentes Socioeducativos e Penitenciários contratados, em desrespeito ao que preceitua a Lei nº 18.185, de 4/6/2009, no que tange ao prazo de aviso previsto no art. 13, II, e ao pagamento de verbas rescisórias; a discriminação na realização de exames psicotécnicos nos cursos de requalificação dos Agentes; o descumprimento dos repasses previdenciários; o não de fornecimento das carteiras funcionais aos Agentes Penitenciários e Socioeducativos contratados e o desrespeito aos direitos dos servidores previstos no art. 39 da Constituição da República, especificamente a inobservância do adicional noturno e da jornada de trabalho.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 3/9/2010, vem agora a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em epígrafe foi apresentada pela Comissão de Administração Pública em 10/8/2010, em atenção a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, com anexo em que consta ofício remetido pelo mesmo parlamentar, em 27/5/2010, ao Secretário de Defesa Social. Conforme explicado na justificação do aludido requerimento, a opção do autor por recorrer à prerrogativa do art. 54, § 2º, da Constituição do Estado, deveu-se ao fato de o ofício por ele encaminhado à citada autoridade não ter sido respondido, passados dois meses e meio de seu recebimento.

A proposição em exame trata de tema relevante, tanto pela quantidade de servidores que abrange quanto pela política setorial que envolve. Além disso, tem como pano de fundo os princípios democrático e republicano e sua projeção no desenho institucional da separação dos Poderes. Com efeito, a organização constitucional do Estado brasileiro obriga a que os atos do Poder Executivo sejam públicos e suficientemente justificados, submetendo-se à "accountability". Tradicionalmente, o principal meio de controle e responsabilização do Executivo é a ação parlamentar, e, por isso mesmo, a Constituição do Estado estabelece que "a Mesa da Assembleia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade" (art. 54, § 2º).

Note-se que a análise ora empreendida é pautada por dois parâmetros complementares entre si, quais sejam uma possibilidade contida no texto constitucional e uma circunstância material que justifique o uso do instrumento. O preceito constitucional que respalda o pedido em exame é o citado art. 54, § 2º. A situação de fato, por seu turno, é igualmente sólida, a sustentar a adequação do requerimento.

Os problemas que envolvem o quadro de servidores que atua no sistema prisional vêm de longa data e têm merecido sempre um atento acompanhamento desta Casa. Observe-se, por exemplo, que, no Relatório Final da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, que funcionou em 2009, consta que apenas 21% dos Agentes Penitenciários eram detentores de cargo efetivo, havendo "necessidade de mais investimento em processos de seleção, formação, carreiras e remuneração dos agentes que atuam no serviço penitenciário". Em que pesem os avanços registrados nos últimos 15 anos, constatados pela mesma Comissão, é certo que persistem problemas na área de gestão de pessoas.

A justificação contida no requerimento corrobora essa percepção e aduz importantes elementos relativos a riscos inerentes aos processos de seleção e gestão de pessoal, ainda presentes no sistema prisional. De fato, o relato do Deputado Sargento Rodrigues é fundamentado em seu efetivo trabalho parlamentar e em situações que podem ocorrer no serviço público, no atual contexto. Conquanto não se possa afirmar nenhuma irregularidade por parte do Poder Executivo, é certo que os indícios apontados pelo parlamentar e admitidos pela Comissão de Administração Pública são suficientes para que esta Casa utilize suas prerrogativas e requeira informações ao Secretário de Defesa Social.

Trata-se de informações sobre exoneração de Agentes Socioeducativos e Penitenciários contratados e pagamento das respectivas verbas

rescisórias, processos de seleção de candidatos a contratação, formação técnica dos Agentes e observância dos direitos do servidor, que são aspectos importantes da ação governamental e devem merecer a atenção desta Casa, porque tanto se referem à ideia de governo sob a lei quanto à concretização de objetivos e metas assumidos pelo Estado e socialmente relevantes. Havendo dúvida fundada sobre o cumprimento destes, ao Legislativo cabe obter tais informações para elucidar fatos e, sendo o caso, propor medidas de controle.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 6.610/2010.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de novembro de 2010.

Doutor Viana, Presidente - José Henrique, relator - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Ministério Público Federal em Minas Gerais por sua inclusão no polo ativo de ação civil pública que objetiva transferir o tráfego de cargas pesadas da BR-381 para a Estrada de Ferro Vitória-Minas (Requerimento nº 6.561/2010, do Deputado Carlin Moura);

de congratulações com o Sr. Emanuel Soares Carneiro por sua eleição e posse no cargo de Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert (Requerimento nº 6.695/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr.);

de congratulações com o Serviço Assistencial Salão do Encontro pelos 40 anos de sua fundação e por sua determinação na luta pela igualdade e promoção social (Requerimento nº 6.697/2010, do Deputado Rômulo Veneroso);

de congratulações com o Centro Comunitário de Desenvolvimento Humano, Profissional e Social pelos seis anos de sua fundação (Requerimento nº 6.709/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Casa de Auxílio e Fraternidade Olhos da Luz pelos 12 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.710/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará pelos 229 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.712/2010, do Deputado Wander Borges);

de aplauso à Editora Sempre, grupo responsável pela publicação dos jornais "O Tempo", "Super Notícia" e "Pampulha", pela inauguração de seu parque gráfico (Requerimento nº 6.714/2010, do Deputado Carlin Moura);

de congratulações com D. Raymundo Damasceno Assis, Arcebispo de Aparecida, por ter sido nomeado Cardeal pelo Papa Bento XVI (Requerimento nº 6.715/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de pesar pelo falecimento do Sr. Ananias Santos (Tucano), Vereador da Câmara Municipal de Oliveira (Requerimento nº 6.718/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Edgard Mello pelos 22 anos de sua constituição (Requerimento nº 6.730/2010, do Deputado Wander Borges);

de aplauso à Sra. Cyntia Dias e ao Sr. Fernando Bustamante, da Cyntilante Produções, extensiva à TW Cultural, pela produção do espetáculo "O Menino Poeta", inspirado na obra de Henriqueta Lisboa, e por terem convidado para vê-lo alunos da Escola Municipal Geni Guimarães Oliveira, de Mateus Leme, que realizaram trabalho sobre essa autora, sob a coordenação da Profa. Maria José Mendes Alckmim (Requerimento nº 6.737/2010, da Comissão de Educação);

de aplauso aos policiais civis que participaram da Operação Fox, por efetivarem ação policial que culminou na identificação e prisão de uma quadrilha interestadual de tráfico de drogas (Requerimento nº 6.759/2010, da Comissão de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/11/2010

O Deputado Ademir Lucas* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, compareço hoje a esta tribuna para prestar esclarecimentos sobre uma matéria veiculada neste final de semana, segundo a qual a Justiça Federal teria mandado bloquear os meus bens por causa de um convênio existente entre a Prefeitura de Contagem - na época em que eu era Prefeito - e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais especificamente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti.

Tanto quanto a qualquer leitor, a notícia causou-me grande estranheza. Em minha gestão à frente da Prefeitura de Contagem, jamais foram praticadas irregularidades na execução desse programa nem de quaisquer outros programas.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, toda a lisura e a adequada execução do Peti, quando estive à frente da Prefeitura de Contagem - tenho tranquilidade em afirmar isso -, estão comprovadas nos documentos contábeis que hoje estão sob a guarda do Município de Contagem e que são de consulta pública. Mais ainda, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, as certidões emitidas pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, presidido pelo Ministro Patrus Ananias, do PT, pelo Fundo Nacional de Assistência

Social e também pelo setor de prestação de contas da Superintendência de Finanças da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais, responsáveis pela fiscalização do Peti, atestam que o convênio foi corretamente executado e aprovado integralmente nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, ou seja, durante todo o meu mandato como Prefeito de Contagem, todos os convênios foram aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como também pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

Exibo aqui esses documentos para quem quiser conferi-los. Tenho em mãos uma certidão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministro Patrus Ananias, de 16/9/2010, que fala da aprovação dos convênios relativos aos Petis, com as datas dos exercícios, aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2001, 2002, 2003 e 2004, que era quem repassava os recursos e fiscalizava os programas. Está aqui o documento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - que aprova essas mesmas contas.

Está claro que há setores com o interesse de divulgar matérias com resultados provisórios como se definitivos fossem, com o único objetivo de macular a minha imagem pública. Mas, como quem não deve não teme, estou aqui prestando esclarecimentos aos meus pares, aos meus familiares e amigos e à população de Contagem, que merecem conhecer a verdade, porque são testemunhas da retidão da minha vida pública durante oito mandatos eletivos, mais de 32 anos de vida pública. Respeito quem possui fazenda, indústria ou comércio, mas não tenho nada disso, nunca viajei para o exterior, nunca saí do Brasil. Afirmando, mais uma vez, a todos a quem devo a minha vida pública, a quem devo os oito mandatos que me foram conferidos e que exerci com dedicação, honestidade e lisura, que estou tranquilo e crente na Justiça. Nada devo, e isso ficará provado, mesmo que alguns não queiram.

Aflige-me - e considero isso muito ruim - a constatação inerente a um provérbio chinês que diz que a calúnia é como carvão: quando não queima, suja. De igual forma, há outro ditado popular que compara a calúnia a um voo de avião, em que um saco de pena é jogado no ar, e, ao se tentar coletar essas penas, sempre ficará uma para trás.

O que pode acontecer? Acontecerá que quem leu aquela matéria de domingo talvez não leia essa mesma matéria, na ocasião do desmentido. Sabemos muito bem que isso pode ocorrer na vida pública de cada um de nós. Estamos sujeitos a essas incompreensões e muitas vezes a essas manobras, presentes em vários segmentos, quando se quer alcançar determinado objetivo, principalmente contra adversários. Por cerca de 30 anos temos prestado serviço à cidade. Como Prefeito, por duas vezes; ao Estado de Minas, como Deputado Estadual, por quatro mandatos; duas vezes fui Secretário de Estado; e servi ao País, exercendo dois mandatos de Deputado Federal.

Mais uma vez, afirmo a todos a quem devo a minha vida pública - os mandatos que me foram conferidos, que exerci com dedicação e lisura - que estou tranquilo e crente na Justiça. Tenho ciência dos meus atos e garanto que nunca faltei com a verdade. Tenho confiança na imparcialidade da Justiça em Minas, que não se deixará levar por interesses mesquinhos. Tenho a certeza de que a Justiça reformará o despacho preliminar emitido, quando tiver conhecimento desses documentos que agora estão sendo reunidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, até este momento, sequer fui citado, mas já fui mencionado pelos jornais como se condenado fosse. Eu tenho documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que não é do meu partido, ao contrário, são nossos adversários. Ora, somos adversários, e os documentos estão aqui, para quem quiser ver, os quatro anos deste convênio foram aprovados, bem como por entidade de repasse no Estado à Secretaria de Estado da Defesa Social.

Sr. Presidente, repito que tenho confiança na imparcialidade da Justiça em Minas, que não se deixará levar por esses interesses subalternos e mesquinhos, próprios de alguns setores políticos. Há setores que se beneficiam dessa política rasteira. Eu tenho a certeza de que a verdade será restabelecida. Tenho a certeza de que a Justiça reformará esse despacho preliminar, restabelecendo a verdade, ao analisar os documentos oficiais que agora estou anexando aos autos.

Sr. Presidente, repito, mais uma vez, que estou tranquilo e espero o julgamento final da Justiça. Eu só gostaria que, nessa época, o desmentido dessa matéria que saiu na pág. 9 do jornal - na terceira página, na página política - não saia na parte das "Cartas da Redação". Isso é que é injusto e ilícito. Ao denunciar, fazem-no na página política, mas ao responder o fazem nas "Cartas da Redação". Espero que haja o mesmo critério de justiça. Aquilo que foi denunciado, como se verdade fosse, após o julgamento, que a verdade seja restabelecida no mesmo lugar, na página política, e seja evidenciada a nossa absolvição.

Para mim isso faz pouca diferença, mas para os meus amigos, para os meus familiares, para os meus pares e aqueles que conviveram e convivem comigo, ao longo de 8 mandatos, por 32 anos, isso vale muito, Sr. Presidente. Eu continuo dormindo tranquilamente, colocando a cabeça no travesseiro e dormindo todas as noites. Essas perseguições não me atingem, porque eu sei que não têm nenhuma procedência. Mas elas atingem os meus familiares, os meus amigos, os meus pares, que convivem comigo e sabem a pessoa de bem que eu sou.

Não acumulei fortuna na minha vida pública, apesar de ter exercido tantos mandatos e ocupado cargos importantes. Encerro dizendo que admiro quem tem bens materiais. Eu não tenho fazenda, indústria nem comércio. Eu nunca viajei para fora do Brasil. Como é possível uma coisa dessas?

Então, Sr. Presidente, fiz esse pronunciamento com a demonstração cabal dos documentos. Aqueles que me caluniam se envergonharão por terem pretendido agrandar de forma precipitada os que sustentam seus salários, seus veículos de comunicação, amigos desta época, mas que amanhã poderão estar do outro lado. Sabemos que isso pode acontecer. Espero, tranquilamente, a manifestação da Justiça, porque ela virá mais dia menos dia, e quero estar vivo, quando isso acontecer. Aqueles que hoje são usados e se beneficiam dos que ocupam o poder para macular a imagem dos outros o fazem com interesses pequenos. A política não vale a pena para isto: usar o poder para manobras pequenas, com a intenção de agredir as pessoas. O que isso vale? A política deve ser usada para melhorar a vida das pessoas, para fazer o bem, não para perseguir adversários. Eles fazem isso porque estão no poder, se estivessem do lado de fora não o fariam. Esperamos brevemente ter a oportunidade de restabelecer a verdade dos fatos nesse processo e em tantos outros. Aqueles que querem me agredir, sobretudo agora que estou ficando sem mandato, amargarão a obrigatoriedade de restabelecer a verdade.

Para encerrar, quero dizer que não venho falar sobre o restabelecimento da verdade em outras páginas. Da mesma forma que me acusam, me denunciam na terceira e nobre página, tenham a hombridade de responder a minha absolvição no mesmo lugar. Não o façam nas "cartas da redação", porque isso é uma covardia com um homem público, sobretudo quando se recebe dinheiro para agredir adversários, bloquear e blindar aqueles que estão pagando.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)* - Gostaria de me solidarizar com V. Exa. Acompanhei a matéria, conheço sua administração e sua lisura. Nesse episódio, haveria necessidade de uma retratação. Da mesma forma, sou contrário a qualquer conselho que venha controlar a mídia. Há necessidade de a mídia se repensar. Como as agências de propaganda, que usam um critério, a própria mídia precisa se organizar, de tal sorte que não permita aleivosias tão fortes, tão grandes contra os Prefeitos, especialmente contra aqueles que já deixaram o cargo. Solidarizo-me com V. Exa. e digo que a Associação de Defesa dos Prefeitos e Vice-Prefeitos de Minas Gerais está à disposição de V. Exa. para tomarmos as medidas cabíveis.

O Deputado Ademir Lucas* - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva, pela manifestação. Estou dando aqui uma satisfação aos meus pares, amigos e familiares, mas minha defesa se fará em um local adequado.

Com relação à "lei da mordada", sou contra e votarei contra ela. Prefiro a imprensa livre, falando o que quer, mas democrática, a uma imprensa calada na ditadura.

Quero respeito. Na hora em que for absolvido, que isso seja feito na terceira página, de política, da mesma forma que o fizeram, ao me denunciar. Espero que não se escondam nas "cartas da redação" e assim nos deixem expostos à execução pública. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa e telespectadores da TV Assembleia, o Exmo. Sr. Governador do Estado, na quinta-feira passada, enviou a esta Casa mensagem em que solicitava a autorização da Assembleia Legislativa para proceder à chamada reforma administrativa por meio de leis delegadas. Quanto ao procedimento das leis delegadas, cuja tramitação se iniciará esta semana nesta Casa, queria, nesta oportunidade, expressar o nosso ponto de vista e a nossa preocupação em relação a elas, justamente num momento em que muito se fala sobre a importância da democracia e da liberdade. O Governador do Estado, na contramão da história, propõe leis delegadas. Se a autorização for concedida, durante o prazo estabelecido, a Assembleia Legislativa abrirá mão das suas prerrogativas. O argumento que o Governador utiliza é que, por meio das leis delegadas, haverá uma agilidade maior para fazer a reforma administrativa do Estado. Queria apresentar a nossa preocupação e objeção a essa proposta do Governador. Na verdade, o nosso posicionamento contrário a essa atitude do Governador é, primeiramente, pelo aspecto formal e, posteriormente, pelo conteúdo em si da proposta.

A Constituição do nosso Estado, no art. 72, prevê a possibilidade de uso de lei delegada - desde que não viole matérias privativas da Assembleia Legislativa - em casos excepcionais e emergenciais. A atitude do Governador do Estado causa-nos preocupação. Por quê? Primeiramente porque é um governo de continuidade, já que o Governador foi reeleito. Na realidade, ele já está no governo - e já estava antes da eleição -, ou seja, está há oito meses à frente do governo do Estado. Durante o período eleitoral, divulgou que sempre foi o homem técnico do governo, que foi quem elaborou a estrutura do governo. Então, não faz sentido, neste primeiro momento, o Governador querer formalmente fazer uma reforma administrativa com urgência, solicitando autorização para leis delegadas. O Governador está aí há oito meses e conhece profundamente a máquina administrativa. Portanto, não há razão para retirar a prerrogativa da Assembleia Legislativa de promover a fiscalização, o debate, o acompanhamento e o aprimoramento dessa reforma administrativa. Repito: não faz sentido nós, parlamentares, legitimamente eleitos pelo povo, abirmos mão da prerrogativa de fiscalizar e acompanhar os atos do Poder Executivo nesta Casa. Então, o Governador, que está aí há oito meses, que conhece profundamente a máquina administrativa e tem a maioria nesta Casa, vai querer fechar a Assembleia Legislativa por 30 dias, ou seja, vai retirar a prerrogativa dos parlamentares diante da reforma administrativa? Nós, Deputados e Deputadas, abriremos mão dessa prerrogativa? Por qual razão isso será feito? Qual é a urgência e a emergência para isso?

Quanto ao mérito, o Governador disse várias vezes que é uma mera reforma administrativa, um mero arranjo da máquina administrativa, enfim, disse que isso não implicaria políticas públicas relativas ao funcionalismo e modificações mais substanciais na administração pública. Ora, já estamos vacinados contra essa história, pois as duas últimas experiências de leis delegadas nesta Casa foram altamente perigosas, mudaram o conteúdo fundamental da delegação.

Para se ter uma ideia, o governo Aécio Neves junto com Augusto Anastasia bateu recordes na quantidade de leis delegadas no Estado, com 130 no total. Em 2003, foram 63, e em 2007, 67 leis delegadas. Isso supera em muito os governos de Itamar Franco, que lançou mão de 8 leis delegadas; de Eduardo Azeredo, com 3; de Newton Cardoso, com apenas 1; e de Hélio Garcia, com 36. Mesmo assim, isso ocorreu em um momento em que se discutia a reestruturação do Estado. Agora, querem lançar mão dessas leis delegadas novamente.

As últimas duas delegações não mudaram simplesmente a estrutura administrativa, mas mudaram profundamente a concepção de gestão do Estado. Foi através das leis delegadas de Aécio e Anastasia que se implementou no Estado o propalado choque de gestão, fruto, de forma muito especial, dessa usurpação do Poder Legislativo da Assembleia. Por meio do choque de gestão, houve mudança significativa na vida e na forma de remuneração dos servidores públicos, com prejuízo. Promoveu-se uma redução dos gastos sociais no Estado nas áreas de saúde, educação e segurança pública, que, em 2002, correspondiam a 60,43% da receita corrente líquida do Estado, passando para 45,99% em 2008. Por meio do choque de gestão implementado pela via das leis delegadas, assistimos a uma redução da folha de pagamento total consolidada do Estado, ou seja, reduzimos o gasto com pessoal, que correspondia a 71,57% em 2002, para 55,44% em 2009. Essa redução ocorreu principalmente na folha de pagamento dos servidores do Executivo, que representavam 55,87% da receita corrente líquida do Estado, passando para 46,16% em 2009. Foi por meio das leis delegadas e do choque de gestão que se implementou o maior arrocho salarial dos servidores públicos da história do Estado. Por meio da reforma administrativa implementada pelas leis delegadas nos dois primeiros governos Aécio e Anastasia, implementou-se o fim ou a redução dos adicionais por tempo de serviço, os quinquênios e trintênios; implementou-se a extinção do apostilamento, transformado em verba pessoal; promoveu-se o congelamento do salário do funcionalismo público no período de 2003 a 2006; fez-se um controle exacerbado do servidor por meio da avaliação de desempenho com critérios subjetivos; acabou-se com a estabilidade do servidor público e fez-se a política de quebra de paridade entre ativos e aposentados. Portanto, usam a lei delegada com o argumento de que se trata de uma mera mudança administrativa e de que não se mexerá em conteúdos e políticas remuneratórias, mas está embutida uma política de retirada de direitos dos servidores públicos. Por meio de leis delegadas, fez-se o confisco das promoções e progressões; criou-se a figura do subteto, evitando-se um aumento real para os servidores de carreira; extinguiram-se as férias-prêmio ou retiveram-se, de diversos servidores públicos, verbas relativas a esse direito; e se promoveu a terceirização ou, em alguns casos, até a privatização de serviços públicos. Ou seja, a lei delegada não se refere apenas à forma, mas ao conteúdo, e, quando se retira o debate desta Casa, aumenta-se a dificuldade de acompanhamento público por parte da sociedade civil e dos próprios servidores públicos, por meio de seus sindicatos.

Também foi por meio de lei delegada que o Estado implementou, com o choque de gestão, uma política de aumento de arrecadação, sobrecarregando especialmente os setores sociais. Nesse período em que se usaram as leis delegadas, sem dúvida o Estado conseguiu um aumento de sua arrecadação, mas isso aconteceu às custas das taxas sociais. Foi com essas leis delegadas que o Estado preparou todo o arcabouço para sua arrecadação. Ou seja, não se trata de uma mera reforma administrativa: a experiência passada nos faz ver que isso é muito prejudicial.

É interessante observar que o crescimento do PIB de Minas foi em média de 3% ao ano entre os anos de 1995 e 2007, com uma taxa acumulada de 42,1% nesse período. Mas, ao contrário do que andam divulgando, esse crescimento do PIB mineiro ficou na 21ª posição no "ranking" de crescimento do PIB entre os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal. Nesse mesmo período, de 1995 a 2007, o PIB "per capita" em Minas Gerais teve um aumento de 1,8% ao ano, com uma alta de 24,5%, fazendo-nos ocupar apenas a 17ª posição. Ou seja, o Estado de Minas Gerais, cuja economia se baseia especialmente na extração mineral e na produção de "commodities" agrícolas, não teve nesse período o crescimento que foi tão propalado. Em compensação, houve um aumento na receita corrente líquida do Estado, o que se deu especialmente em função das taxas sociais aqui praticadas: com a tributação que se faz, por exemplo, sobre o setor produtivo e a energia elétrica - a conta de luz que paga a nossa população. Os índices de recolhimento relativos ao ICMS dos setores produtivos de Minas Gerais demonstram isso, e esse arranjo foi todo feito por lei delegada. O índice de recolhimento de ICMS é, para a agricultura e pecuária, de 1,33%; para o comércio, de 1,29%; para o comércio atacadista, de 0,90%; para o comércio varejista, de 1,78%; e, para a extração mineral, de 0,01%. Já para os setores de comunicação, o índice de ICMS é de 14,31% - é o que pagamos de ICMS na conta de telefone -; para a energia elétrica, 19,41%. Isso quer dizer que foi por meio de leis delegadas que desoneramos os grandes produtores e as grandes indústrias e sobrecarregamos o pequeno produtor, o consumidor final, o trabalhador e o setor produtivo deste Estado. Assim, quero manifestar a nossa discordância e o nosso repúdio à prática de usar leis delegadas na pretensão de se fazer a reforma administrativa. Não caímos mais nessa conversa: sabemos que as reformas administrativas feitas por leis delegadas têm conteúdo muito mais profundo e prejudicam o servidor público e, especialmente, o trabalhador contribuinte de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mais uma vez estou aqui para mostrar nossa preocupação - para não dizer indignação - com esse projeto que o governo insiste em votar, ou seja, a transferência dos seus créditos tributários para fazer caixa. Há mais de 80 dias tenho denunciado isso. Quando o projeto chegou aqui, pediram que tramitasse em regime de urgência. Talvez por sabedoria, o governo não está forçando a sua votação. As pessoas que o criaram e o enviaram a esta Casa não estão tendo a responsabilidade dos homens que fazem administração pública. Deputado Carlin Moura, com muita clareza, tenho dito e repetirei que certas pessoas do governo do Estado perderam o senso do limite e da responsabilidade. Se olharmos pelo lado do radicalismo, diria que há algumas pessoas do governo que estão agindo assim como o Bruno, goleiro do Flamengo, ou seja, cansaram de ter e de criar problemas com as mulheres e acharam que nunca teriam consequências. Assim como ele, há pessoas do governo que fazem absurdos, e podemos incluir nisso a lei que iremos votar. Vejo com muita tristeza que a maioria absoluta dos Deputados não conhece o conteúdo da matéria e não quis ler a respeito, pois, como é matéria do governo, deve ser votada.

Há uma lógica de Hélio Garcia que diz que base do governo não discute projetos, mas vota-os. É aí que se encontra a nossa indignação. A Assembleia deveria exercer importante papel nesse projeto, pois, pelo visto, será aprovado. Espero que o Ministério Público de Minas Gerais, guardião da legislação do Estado, olhe com carinho e dê a devida atenção a esse projeto, pois já tem "CPF" e beneficiará um banco de Minas Gerais, que fará antecipação e criará dificuldades para o governo nos próximos seis meses. Num primeiro momento, farão caixa, mas, num segundo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não.

O governo negociou o dinheiro que entra diariamente no Estado, ou seja, créditos tributários negociados, com muita tranquilidade, mas acha que há pessoas que não entendem esse jogo. Quando ele fez a anistia sem legislação específica, mas por decreto - outro absurdo que aconteceu no Estado - beneficiou determinado grupo, principalmente da mineração. Ele deu anistia e repassará o crédito negociado a um banco para fazer a antecipação. O que acontecerá? Todo mês o governo deixará de receber uma parte desse dinheiro, já que o antecipará. Ele receberá antecipadamente, mas não sabemos qual será o deságio, os juros ou as condições dessa dívida. Quando o Estado fez essa negociação na anistia, havia dívidas negociadas em dois anos. Será que vale a pena o Estado fazer antecipação de créditos tributários de dez anos? Qual será o tipo de juros?

Deputado Carlin Moura, radicalizando um pouco, acho que nas dívidas de dez anos que o governo tem a receber e em que fará antecipação, ao invés de receber, ele pagará ao banco, pois o banco não trabalhará de graça para Minas Gerais.

A taxa Selic, que orienta questões bancárias, dá 107,25% em 10 anos. O governo pagará 7,5% para ter essa antecipação? Muita gente pode dizer que a conta não é essa. A conta é essa, sim, senhor; não é de outra forma. É essa a forma mais tranquila. Há alguns economistas de plantão que gostam de dizer que certas coisas que o governo faz nem sempre são exatas. Por exemplo, para eles, somar dois mais dois já não é mais quatro. Às vezes dá 4,25, às vezes dá 3,89. Depende do interesse, do momento em que eles querem fazer essa análise e da forma como querem conduzir essas questões.

Estou muito preocupado com o futuro de Minas Gerais, com o que estão fazendo com o Estado de Minas Gerais. Amanhã haverá aqui uma manifestação do Sindifisco. Tenho certeza de que eles têm alguma coisa para nos informar, alguma informação que talvez não saibamos. Por que o governo não quis discutir esse projeto, Deputado Carlin Moura? Por que não quis levá-lo para a Comissão de Fiscalização Financeira? Mesmo que não quisessem fazer essa discussão pública, propus que a fizessem numa reunião fechada, que poderia ser na Secretaria de Fazenda, apenas para nos orientar e nos mostrar a lógica desse projeto, porque esse projeto não tem lógica. E fingimos que não está acontecendo nada. Considero esse projeto tão maléfico para Minas Gerais como a lei delegada que aqui chegou.

Essa lei delegada é um desrespeito ao povo mineiro, para não dizer a este Parlamento. Infelizmente, o Parlamento continua de joelhos para este governo. Aqui não se quer discutir o projeto, não se pode ver qual é a lógica do projeto. Falo com muita clareza, Sr. Presidente, que esse projeto de antecipação de receita do governo, com a lógica que ele está querendo - apurar créditos podres do governo -, não é verdadeiro. O governo fez uma anistia, e o crédito relativo às pessoas que se habilitaram nessa anistia será transferido para um banco. O banco antecipará ao governo, e o governo garantirá esses pagamentos. Se o credor do Estado, o contribuinte que deve ao Estado, por acaso, não der conta de pagar ao banco, o governo do Estado paga e o executa. A execução não é feita por parte do banco, mas por parte do Estado de Minas Gerais.

Estão acontecendo certas coisas. Sei que a nossa manifestação incomoda algumas pessoas. Já me disseram até que estou indo longe demais, perguntaram-me se não tenho medo. Medo de quê? Sou sobrevivente da ditadura que se implantou em Minas Gerais, do Governador Aécio Neves. Ele fez a mordada da imprensa, a censura, tanto que, Deputado Getúlio Neiva, esses dias dei uma entrevista bem longa a um jornal grande de Minas Gerais. Depois cobrei da jornalista por que a entrevista não tinha sido publicada. Não foi publicada porque não passou na censura. Não falei nada demais, falei o que estou dizendo aqui, publicamente. Não estou denunciando, estou afirmando o que eles querem fazer com os créditos tributários do Estado de Minas Gerais. Eles querem uma antecipação de receita e fazer desmoronar toda a situação financeira do Estado, Deputado Carlin Moura. O Estado depende daquilo que financiou, que faz parte da sua conta corrente diária. E essa conta não existirá. Existirá só num primeiro momento, porque chegará uma bolada de dinheiro, ninguém sabe quanto. Depois o governo não terá o repasse mensal que faz parte da composição da dívida de Minas Gerais, em torno de R\$240.000.000,00.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Antônio Júlio, V. Exa. é um brilhante parlamentar da Comissão de Fiscalização Financeira. Às vezes alguns termos técnicos causam certa confusão. Conversando com V. Exa., entendi a gravidade desse projeto em regime de urgência - Projeto de Lei nº 4.687, de antecipação de receita. V. Exa., de forma muito pedagógica, explicou-me. O governo provavelmente está com aperto de caixa, deve ter dívida para pagar, 13º salário, problemas de final de período eleitoral, em que geralmente o caixa fica desequilibrado.

Ele tem dinheiro seguro de tributos para receber. Há o que receber. Só que ele está querendo receber antecipado, por isso está vendendo os seus créditos, que são bons, não são podres. São créditos que, com toda certeza, ele receberá na época oportuna. Mas ele vende esses créditos no mercado antecipadamente. Como vende antecipado - ele receberá o dinheiro antes -, o faz com um deságio, mais barato. Então quem comprar esses créditos ganhará, pois estará comprando mais barato. Quem comprou tem certeza de que receberá esses créditos, pois são bons. O pior é que, se eventualmente acontecer um acidente de percurso, algo de força maior, e o comprador do crédito não conseguir recebê-lo, o poder público dá inteira garantia do recebimento. Então, se o banco que comprou, eventualmente, não conseguir receber do credor, o Estado paga integralmente essa dívida. Isso é um negócio mais do que da China. Um crédito bom é vendido, o governo recebe antes e dá as garantias.

É isso mesmo que o governo está tendo a coragem de propor para votarmos nesta Casa, Deputado Antônio Júlio?

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - É isso. Aliás, é pior que isso, Deputado Carlin. Ele está antecipando uma receita que não existe. O governo, por meio do IGD - lá existe uma consultoria que paga os salários dos Secretários e dos que ganham pouco no Estado -, criou um mecanismo para saber onde pode-se obter receita. Quando o governo começou a fazer levantamento das cisternas do Jequitinhonha, de Mutum, de Onça de Pitangui e de Divinópolis, terra de Domingos Sávio, fiquei sabendo que o governo cobrará, em média, R\$680,00 por cisterna, indiferentemente

de ter água ou não. O pior ainda não é isso. O pior é que, quando o governo acabar de fazer esse levantamento - ele não teve a coragem de fazer a cobrança durante o período eleitoral, pois sabia das dificuldades que teria - antecipará o pagamento. Isso está no projeto. Ele mandará cobrar a cisterna da sua chácara, e você terá de pagar. Mas você terá de pagar ao banco. Ele vai vender uma coisa que não existe para o banco e antecipar uma receita do setor de água. Estão fazendo uma cobrança absurda, estão querendo cobrar até da vaca que bebe água - e cobrarão, pois isso está no projeto. Só que vão cobrar sem saber quanto, quando e de que forma. Venderá para o banco para fazer essa antecipação de receita. Isso é outro absurdo. Precisamos saber o que fazer nessas situações.

A maneira como o governo está agindo para arrecadar, com ânsia - até penso que o Estado tem de arrecadar e se organizar -, é um absurdo. Falta lógica. Como cobrar de uma vaca os litros de água que ela vai beber? No governo há uns "caras" que são mais sábios que outros. Será que criarão algum mecanismo para colocar hidrômetro nas vacas? Todo o mês você mede quantos litros de água a vaca bebeu para o governo cobrar. E o governo já vendeu esse consumo para o banco.

Já tivemos problemas sérios, como os créditos consignados dos funcionários públicos. Não sou contra o crédito consignado, mas esse direito foi dado apenas a um banco. Apenas um banco tem esse direito. Estamos trabalhando para oferecer esse direito a outros bancos. Isso interessa a quem? Isso não interessa ao povo de Minas Gerais nem ao governo do Estado de Minas Gerais. Tenho dito e repito mais uma vez que - aliás, comentei com os Deputados Mauri Torres e Alberto Pinto Coelho sobre essa questão - o Governador Antonio Anastasia não sabe da gravidade desse projeto. Tenho absoluta certeza disso. Vão dizer que o Governador sabe, sim, que ele sabe de tudo que está acontecendo. Mas não sabe, não. Governo é tudo igual. Lembro-me da época de Itamar Franco, que era do nosso partido, quando eu era Presidente desta Casa e reclamei várias vezes de projetos que chegavam aqui e não tinham o cunho, a certeza do Governador, que assinou a mensagem, do que estava sendo votado aqui. Ele retirou os projetos, pois não havia lógica no que queriam fazer. No governo há pessoas de plantão. O Governador passa, mas o governo, o Estado permanece.

Há aqueles funcionários que são efetivos que têm boas intenções - aliás, não vou discutir se as intenções são boas ou más -, mas que às vezes ficam inventando a roda, e o governo embarca. Não tive oportunidade de conversar com o Prof. Anastasia, como foi noticiado pelo jornal que eu iria vê-lo na semana passada. Quero escutar dele a lógica desse projeto. Conheço o Prof. Anastasia e sei da sua capacidade. Esse projeto não tem lógica, é um assalto aos interesses do povo mineiro, autorizado pela Assembleia Legislativa. Não podemos permitir isso. Por que eles não me desmentem? Por que eles não querem discutir e me mostrar o contrário? Por quê? Porque o projeto não tem lógica, caso contrário já teria sido votado. Ele está em regime de urgência e tramita há praticamente quatro meses nesta Casa.

O Deputado Getúlio Neiva* - Caro Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente comparecemos neste Plenário para tentar ajudar na defesa do nosso companheiro Deputado Ademir Lucas em vista de notícias prejudiciais à sua imagem, e não verdadeiras, publicadas na imprensa de Minas Gerais.

Sugerimos à imprensa mineira - que terá nesta Casa o apoio da maioria dos Deputados para não permitir que se crie um conselho de censura da imprensa - que faça um acordo, como fizeram as agências de publicidade, para melhorar o tratamento das matérias, olhar com mais carinho a sua origem e dar o direito de resposta, ou a resposta, ou a notícia contrária àquilo que disse o jornal do dia anterior, no mesmo espaço e com o mesmo destaque. Isso é importante para que o sensacionalismo não prevaleça nem haja esses espasmos de tentativa de controle da mídia, da imprensa, ações essas que não aceito nem admito como jornalista que sou de origem e de formação.

Caro Presidente, neste final de ano tenho uma preocupação com os nossos Prefeitos. Eles estão com o Indicador do Valor Adicionado Fiscal - VAF -, que é o percentual que receberão no próximo ano relativo ao ICMS. Na semana passada, fiz um relatório completo, citando cidade por cidade, do ganho que o ICMS Solidário, aprovado por esta Casa, propiciou aos Municípios mais pobres de Minas Gerais, cujo aumento da receita média foi de 10,28%.

Quero advertir os Prefeitos quanto ao VAF e ao censo demográfico. Este já foi concluído, e o prazo é curto para recursos: os Municípios terão apenas até o dia 24 deste mês para contestar os dados da contagem populacional.

Ora, fui Prefeito por duas vezes. Nas duas vezes, uma das primeiras ações da minha equipe de transição foi apurar a arrecadação de ICMS no Município e sobretudo verificar o VAF a que o Município tinha direito. Está sendo publicado o VAF, e muitos Municípios ainda não acessaram essa informação para ver que a maioria das Prefeituras, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste de Minas, estão perdendo receita do VAF, embora estejam ganhando no ICMS Solidário. Portanto, o que se ganhou no ICMS Solidário, 10,28%, pode-se perder totalmente, e até um pouco mais na chamada apuração do VAF.

Caro Presidente e Deputados, a nossa preocupação com as Prefeituras é muito grande. O Brasil de hoje apresenta uma estrutura tributária terrível: o governo federal abocanha 70% de todos os tributos recolhidos no território brasileiro; o Estado fica com 24%; e o Município, apenas com 6%.

Se observarmos as obrigações e a atenção que o Prefeito deve proporcionar à sua população, em saúde, educação, pavimentação, rede de água e esgoto, loteamento, iluminação pública e demais ônus que recaem sobre o Município, veremos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Município precisa lutar ainda mais para ampliar a sua margem de receita.

Durante esta campanha presidencial, houve uma cena em que Serra dizia que liberaria a participação dos Municípios enviando um dispositivo para ampliá-la no bolo tributário nacional. Dilma acenou mais levemente sobre o assunto, dizendo que atenderia, assim como o Lula, muito bem os Prefeitos.

Um fato curioso: neste momento, todos os Prefeitos brasileiros aguardam desesperadamente 1% do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, que será repassado para proporcionar-lhes condições de pagar o 13º salário aos seus servidores. Isso nunca aconteceu. Fui Prefeito de 1983 a 1988 e de 2001 a 2004, e a diferença entre 1983 e 2004 é fantástica. Arrebataram e desestruturaram os Municípios. Reduziram a participação dos Municípios no bolo tributário nacional de forma grotesca. Os Municípios atualmente pedem ajudas e esmolas, ficando assim com o pires na mão. O governo Aécio, que se encerra, repassou muitos recursos aos Municípios, aproximando-se deles. É necessário que em nível federal tenhamos essa compensação de forma clara.

O recenseamento feito no Brasil mostrou algo curioso: Belo Horizonte caiu da posição entre as cidades mais populosas, enquanto a maioria das cidades mais pobres apresentou um decréscimo populacional. Sugerimos, ao longo dos anos mudança no critério da repartição do FPM, porque ele começa com 0,6%, que é o índice de participação do Município, e vai até 4%. Poderia haver uma modificação começando-se em 0,6%, 0,8% ou 0,9% e, escalonando-se ainda mais, indo a 5,0%, 6,0% ou 7,0%. Com isso se atenderia aos Municípios, mais na proporção da população do que na proporção do território ou da posição geográfica.

Temos atualmente uma população muito grande. Uma nota da Confederação dos Municípios orienta os gestores municipais a avaliar os dados divulgados, pois o resultado é um dos critérios para o repasse do FPM. Não é apenas o único. Anualmente, o IBGE repassa ao Tribunal de Contas as estimativas da quantidade de população por Município. A cada ano terminado em zero, é feita a contagem da população, além de outras pesquisas mais profundas. É necessário que o Prefeito entenda que ele não pode aceitar placidamente o número apresentado. Um exemplo: resido em Teófilo Ottoni e não fui recenseado. Minha filha mora lá também e não foi recenseada. Meu filho reside em Belo Horizonte,

e, por acaso, encontrei-me com um recenseador, e, como brasileiro, ofereci todas as informações para que ele fosse recenseado. Portanto, há uma falha, que poderá ser questionada, do ponto de vista administrativo, até o dia 24 deste mês, se o Prefeito tiver disposição e boa assessoria jurídica, caso contrário, deverá contratar e buscar uma decisão judicial.

A metodologia do IBGE, Sr. Presidente, apresenta várias inconsistências que levam à redução do repasse do FPM. Agindo judicialmente, os Municípios deterão essa sanha do governo federal e buscarão formas para alterar o repasse dos recursos aos Municípios brasileiros.

Essa é a preocupação deste municipalista convicto, fundador da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri - Amuc -, da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - Ameje -, da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Jequitinhonha - Ambaj - e da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha - Amaje -, além de participante da Federação Mineira de Associações Microrregionais de Municípios - Femam - e da AMM. A vida inteira lutei junto aos organismos de representação municipal. Considero este momento muito importante para os Prefeitos, que têm de se preocupar tanto com o ICM, ou seja, com o índice do VAF, quanto com o FPM, que tem como base a população contada pelo IBGE, que fechou o ciclo agora no último dia 31, para o que há possibilidade de revisão. Não se enganem os Prefeitos: nada é determinante. A contagem - se quiserem - pode ser refeita. É possível verificar, até por amostragem, a contagem do IBGE, de modo a provar que ela não está correta. O senso é falho tanto quanto o Enem do ano passado e deste ano. Tenho provas, até mesmo em minha família, de que houve falhas em meu Município. Tenho certeza do que afirmo. Os números mostram que em minha cidade - apesar de terem sido construídos nada mais nada menos que 38 prédios no último ano e mais de 200 casas - houve redução da população. Não entendo esse raciocínio. Como pode aumentar o número de habitações e, mesmo assim, reduzir-se a população?

Tudo isso precisa ser analisado, razão pela qual estou aqui advertindo os Prefeitos, para que possam, por meio de seus técnicos, especialmente de seu contador e de seu advogado, verificar com carinho os índices do VAF. Aquilo que é produzido e exportado pelo Município não é tributado ali, e o Município precisa buscar os recursos que de lá foram levados e agregá-los ao seu ICMS. Além disso há o FPM, para o qual um dos critérios é a população. Há ainda o critério territorial, que precisa ser verificado, porque muitas vezes há erros e enganos. Existem conflitos entre Municípios quanto à área. Nesse caso, é preciso buscar assessoria bastante entendida no assunto. Em Minas Gerais, há o importante Instituto de Ciências aplicadas - IGA -, que, por possuir o mapa dos Municípios, pode ajudar os Prefeitos a definirem a área de seu território, se ela não coincidir com o mapeamento feito pelo IBGE. São essas as duas advertências que faço aos Prefeitos de Minas Gerais, a quem solicitamos que se preocupem com esses dados, porque a receita do próximo ano depende da posição que o Prefeito assumir agora, relativamente a esses dois itens.

Minha preocupação maior, Sr. Presidente, se dá porque, por intermédio da Assembleia de Minas, conseguimos que os Municípios mais pobres de Minas Gerais, a partir de janeiro, tivessem um aumento real de receita de 10,28%, por meio do ICMS Solidário, lei de autoria do nosso companheiro Dinis Pinheiro, que tramitou nesta Casa por 7 anos. Conseguimos aprová-la e ampliar a base, com auxílio do coordenador do grupo de trabalho, mediante alguns tropeços, discussões e até mesmo após abrir mão de parcela do que desejávamos. Estou aqui hoje a fim de advertir os Prefeitos para que se preparem, porque o que informei na semana passada pode não redundar em aumento real de receita em função do valor do índice do VAF e do índice do FPM.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, cidadãos que nos acompanham na Casa do povo mineiro, bem como pela TV Assembleia, antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, gostaria de fazer algumas ponderações. O calor dos debates leva alguns colegas a fazerem afirmações totalmente distantes da realidade, em que pese o respeito que temos por todos os parlamentares.

Há pouco, ouvi aqui o debate sobre um projeto que está na pauta, que precisa ser votado e que atende o interesse do povo mineiro, porque trata da possibilidade de o Executivo ceder, a título oneroso, direitos creditícios originários de crédito tributário e não tributário. Trata-se, na verdade, de uma operação de natureza financeira, a qual não constitui novidade dentro da estrutura pública e guarda similaridade com operações que ocorrem também na iniciativa privada. Qualquer microempresário ou grande empresário consegue compreender bem a que estou me referindo; mas quem está na vida pública também sabe que a gestão financeira inclui administrar não só o dinheiro que se tem disponível em caixa, mas também os ativos ou recursos de que se dispõe, embora não estejam em caixa.

Darei um exemplo bem elementar da iniciativa privada. Uma pequena ou grande empresa tem o seu dinheiro em caixa, seu fluxo de conta bancária e também títulos a receber. Ela eventualmente pode se valer de títulos, fazer um desconto no sistema financeiro, ter aquele dinheiro líquido, operar com ele para cumprir suas atividades de capital de giro e, obviamente, terá a antecipação de uma receita própria, de um dinheiro que é dela, porque vendeu uma mercadoria e tem título a receber. Então, aquele título é um patrimônio, equivale a um dinheiro, só que é um dinheiro a receber. É rotina na vida das pessoas que operam suas pequenas ou grandes empresas fazer esse tipo de transação: descontar o título. E é onerosa tal operação. Tenho uma despesa, pago X% de juros, o dinheiro entra em caixa e terei condições de atender às necessidades da empresa imediatamente, como comprar mais mercadorias, manter todas as atividades. Quando aquele título vencer, aquela pessoa ou instituição financeira receberá o título. Se não o receber, a empresa que descontou tem, sim, a obrigação, vencido o prazo, de comparecer com aquele recurso. E ela continua tendo o crédito. Pois bem. Fiz essa explicação porque aqui ouvi expressões as mais variadas - até extremas - de que isso é um assalto. Trata-se de uma autorização ao poder público para que ele, tendo créditos - portanto não se trata de nada fictício, de nada inventado, mas sim de créditos tributários -, possa operar com eles, como dar garantia, por exemplo, a uma operação.

Há pouco, houve aqui a discussão de um projeto pelo qual o governo estaria sendo autorizado a dar garantias reais, títulos em garantia, para que a Copasa pudesse fazer uma operação de empréstimo e executar obras de saneamento. Isso faz parte da gestão financeira do Estado. A União também faz isso. É curiosa essa coisa de Oposição e Situação, porque às vezes se deixa a coerência longe, em casa. A União emite títulos - e em maior quantidade, porque ela tem prerrogativas que o Estado e a prefeitura não têm. A União emite títulos da dívida pública, faz isso todos os dias e paga juros altos, não é Deputado Carlos Pimenta? Ela vai lá e diz: "Vamos emitir hoje tantos bilhões de títulos de dívida". Então, vai no mercado e negocia esse título de dívida pública da União com os bancos nacionais e internacionais. É, portanto, uma antecipação de receita. O dia em que o dinheiro dos impostos chegar ao caixa da União, ela vai pagando esses títulos da dívida pública. Isso é normal para os Deputados da Oposição aqui. E olhem que estou falando de emitir título da dívida pública. Agora dizendo que o Estado tem o título em carteira, o dinheiro em carteira.

O título é uma dívida líquida e certa de alguém. Não vejo assalto em o Estado pedir autorização para negociá-la. Trata-se de uma operação transparente, tecnicamente acompanhada não só pelos profissionais da Secretaria de Fazenda, mas também pelo Tribunal de Contas. É importante fiscalizarmos, e a Assembleia Legislativa tem competência para isso. O que será feito com o dinheiro? Será usado para pagar ao funcionário público, para pagar o 13º salário, para realizar obras boas para o nosso povo.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Cumprimento-o pelo pronunciamento. Entendo que, no apagar das luzes não só do ano, mas também desta legislatura, esses são projetos que estão chegando à Casa para dar mais flexibilidade, oxigenar o Estado nesta reta final, a fim de garantir o cumprimento de suas obrigações. Nos últimos anos, temos discutido nesta Casa projetos como esses, absolutamente normais. Não há nada de anormal! Tanto o projeto dos títulos quanto a lei delegada que iremos votar, dando autonomia para que o Estado faça o remanejamento necessário, enfim, ambas as matérias são absolutamente normais.

É interessante lembrarmos, Deputado Domingos Sávio, que temos um governo que foi provado e comprovado nas urnas, visto que obteve uma votação estrondosa. Esse governo conta com a garantia da lisura, da ética e da moralidade; ao longo de tantos anos, não houve escândalo, nenhum fato que compromettesse nem manchasse sua idoneidade. Assim, essa lei delegada, que considero essencial, não é um cheque em branco que estamos dando; esta Casa tem de cumprir seu papel, sim, mas também tem de entender que o governo precisa agir, trabalhar pelo melhor resultado possível para o Estado, para o povo de Minas Gerais. Portanto, votaremos a lei delegada e concederemos essa prerrogativa ao Governador Anastasia. Tenho a certeza de que ele irá utilizá-la da melhor maneira possível, com a economicidade necessária no próximo ano. A competência que tem demonstrado ao longo dos anos também será uma constante a partir de 2011.

O PT, a Oposição, poderá falar ou não, isso faz parte do jogo político, mas os membros desta Casa poderão ter a consciência tranquila, pois votaremos projetos importantes para Minas Gerais e para o seu povo. Vamos colocar a lei delegada nas mãos de um homem honrado e competente, que vai utilizá-la da melhor maneira possível para Minas e para o povo mineiro. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Agradeço-lhe, Deputado. Sr. Presidente, o Deputado Carlos Pimenta, mais uma vez, traz uma ótima contribuição e mostra que se deve aprofundar o debate. E bom que seja assim!

Termino o meu pronunciamento sobre essa questão com um posicionamento bem objetivo. É notório que no período de eleição houve uma queda expressiva no número de projetos aprovados ou rejeitados. Entendo ser inaceitável continuarmos num processo de obstrução branca. Todos temos a obrigação de fazer uma reflexão sobre essa questão. Todos os partidos têm a obrigação com o povo mineiro de trazer seus pares para dentro desta Casa, a fim de aprofundarem o debate e votarem pela aprovação ou pela rejeição de matérias. Esse é o papel do parlamento, que não pode correr o risco de começar a ser cobrado em relação a suas obrigações elementares. Espero voltarmos a ter um ambiente de votação, de decisão, em que se aprovam ou se rejeitam matérias. O que não podemos é ficar omissos, sob pena de comprometermos a qualidade do serviço que se presta ao povo.

Quero fazer um último registro. Infelizmente é a terceira vez que abordo esse assunto. Penso que, como a Secretaria de Saúde está de mudança para o Centro Administrativo nesta semana, está havendo certa dificuldade na resolução da questão de que tratarei aqui. Abordarei o assunto desta tribuna pela terceira vez; normalmente não sou de fazer isso, mas tenho o dever de fazer um alerta. Estou um pouco apreensivo, porque não tenho conseguido, neste período, falar com o Secretário Antônio Jorge, homem extremamente atencioso e competente.

Na verdade estamos na iminência de um caos absoluto, pois a saúde já está passando dificuldade no Estado e no País inteiro. Precisamos aprovar a Emenda nº 29 e ter mais dinheiro para efetivamente pagar uma tabela digna ao SUS. O problema a que me refiro diz respeito à tabela do SUS na área da maternidade. A situação é tão vergonhosa, que a maternidade do Hospital São João de Deus, único grande hospital-geral do Centro-Oeste mineiro que atende pelo SUS, está em via de parar, ou seja, de romper o contrato dos médicos com o hospital. É parar mesmo, não é simplesmente uma greve. É não ter contrato, não ter médico para atender. Se ocorrer uma situação dessa natureza, será uma calamidade absoluta, pois, diariamente, há centenas de parturientes que entram em trabalho de parto, devendo muitas se submeter a cesariana. E olha que se trata do único hospital com atendimento em situações de alta complexidade, uma maternidade de alto risco.

Estamos vivendo uma contagem regressiva. Um processo de negociação procurou sensibilizar esses profissionais para não pararem, mas eles alegam que não se submetem a trabalhar somente pela tabela do SUS. O hospital complementava com um determinado valor de plantão, mas não tem recurso próprio para ampliá-lo. A Secretaria Municipal de Saúde também não tem como aumentar esse valor, até porque não se trata de um problema municipal de Divinópolis, já que o hospital atende à região inteira. São mais de 50 cidades atendidas, e espera-se que uma Prefeitura banque uma região do Estado. Esse problema tem de ser discutido e resolvido com parcerias entre Municípios - não apenas um -, o Estado e a União. Venho alertando sobre isso e hoje pretendo sair daqui e ir à Secretaria, ficar lá o tempo que for necessário para me encontrar com o Secretário para debater esse assunto. Temos de encontrar uma solução. O problema da saúde é nacional, sabemos disso. A solução dele depende de regulamentar a Emenda nº 29 e de ter um volume maior de recursos destinados à saúde, mas temos de enfrentar as emergências conjuntamente. Confesso que estou apreensivo, mas cumprirei o meu papel, não apenas para informar aos colegas e a todos, mas também de ir ao encontro do Secretário de Estado, para que possamos nos reunir, em caráter de emergência, com a direção do hospital e encontrar uma alternativa.

Sei quanto é complicado falar em complementar tabela do SUS. Se se abrir um precedente, o que será feito? Complementa-se em um hospital, e não se vai complementar em outro? Tem de haver um acordo com a direção do hospital e com o corpo clínico, porque não podemos deixar um cidadão ficar sem o atendimento. Isso é impensável, especialmente numa área como a de maternidade. Afinal, estamos falando de vidas humanas.

Portanto, Sr. Presidente, conto com o apoio de todos os colegas e, em especial, do nosso Secretário de Estado. Já tive a oportunidade de conversar com o Governador Antonio Anastasia antes de ele viajar ao exterior, e, na minha presença, ele deu determinações para que houvesse todo o apoio para se achar uma solução. Sendo assim, estarei buscando esse apoio, para que, de fato, Divinópolis e o Centro-Oeste mineiro não vivam mais essa situação de grande dificuldade, especialmente na questão da maternidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva* - Obrigado. Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, volto a esta tribuna para comentar alguns aspectos que me preocupam e que dizem respeito ao futuro do nosso país e do nosso Estado.

Ainda há pouco, o Deputado Domingos Sávio comentava a questão da saúde e falava, de forma clara, sobre a necessidade da aprovação da Emenda nº 29. Durante a campanha eleitoral, ninguém falou em CPMF, mas, logo após as eleições, apareceu a ideia da criação de um novo imposto. Ao longo desse período inteiro, o governo federal não permitiu que se votasse a Emenda nº 29, que o obriga a cumprir com a sua parte no repasse de dinheiro para a saúde. Reinstaurar a CPMF para pagar os cafezinhos e as festas do Palácio? A CPMF estava sendo usada para isto: para comprar guardanapo, copo, refrigerante, champanhe e uísque para a Presidência da República.

O Deputado Domingos Sávio está encaminhando-se para Brasília, e ouvi quando ele falou exatamente sobre a Emenda nº 29, apesar de não ter falado da CPMF; e os jornais estão dizendo que até o próprio Governador de Minas aceitaria a CPMF. Gostaria de manifestar o meu protesto, porque para mim está tudo errado. Deveríamos, sim, fazer com que o governo federal assumisse a sua parte na saúde, o seu compromisso.

Lembro-me de quando me afastei de uma disputa para o governo de Minas, já que tentei loucamente ser candidato a Governador na ocasião em que Eduardo Azeredo fez um acordo com o meu partido, o PL, e um dos itens do nosso acordo era que o Estado de Minas Gerais aplicasse no mínimo 10% na saúde e fossem criadas administrações regionais, o que foi feito. Ficou acordado que seria enviada para esta Assembleia uma lei de redistribuição do ICMS, a qual acabou transformando-se na Lei Robin Hood. Entretanto, no que diz respeito a essa parte da saúde, o próprio governo de Minas daquela época não a cumpriu. Hoje o governo de Minas cumpre a sua parte, mas o governo federal teima em não cumprir a sua, colocando à disposição da saúde menos de 6% do Orçamento Federal.

Sobre a operação de salvamento do real perante o dólar, o volume de dinheiro que está sendo aplicado pelo governo federal nessa tarefa é superior, conforme levantamento dos próprios economistas, a tudo que se investiu em infraestrutura ao longo do ano. O que se gastou apenas este ano para socorrer o real e para tentar valorizar o dólar é superior a tudo o que se gastou em infraestrutura no Brasil.

Há essa mística de que o Brasil pagou a dívida que tinha com o Clube de Paris e com o FMI e de que até emprestou dinheiro ao FMI. Mas isso é uma mística, porque, na verdade, a dívida interna brasileira pode chegar a R\$2.000.000.000.000,00 até o final deste ano. Quanto à dívida externa, nós a pagamos. Fomos bonzinhos com os nossos amigos americanos, que, com muita fé, na década de 1950, nos obrigaram a plantar só café. Fomos bonzinhos com o FMI e com o Clube de Paris, mas estamos sendo muito maus com o povo brasileiro. A dívida pública interna no Brasil pode chegar a R\$2.000.000.000.000,00 até o final do ano.

Vejam ainda a discussão da aplicação ou da não aplicação da Emenda nº 29. Aprova-se ou não se aprova a Emenda nº 29? Já ouvi o Deputado Domingos Sávio dizer que irá trabalhar para a aprovação dessa emenda. Parabéns! É muito melhor aprovar a Emenda nº 29 que a CPMF, que é mais um tributo. Originalmente, a CPMF era um tributo muito bom, quando a ideia era instituir um imposto único de 2% sobre as movimentações financeiras e acabar com todos os demais tributos federais. Entretanto se preferiu estabelecer 0,38% e cobrar esse dinheiro para aplicar na saúde.

Ora, 78% da CPMF não eram aplicados na saúde, Deputado Domingos Sávio. E ainda não será se não houver uma vinculação, que poderá muito bem ser complementada com a Emenda nº 29. Não há necessidade da CPMF, porque a Emenda nº 29 resolve o problema da saúde no Brasil, tanto em Divinópolis como em Teófilo Ottoni. Estou abordando essa questão e citando o nome de V. Exa., porque sei da sua responsabilidade, do seu compromisso e porque V. Exa. conhece profundamente o assunto.

Concedo aparte ao Deputado Domingos Sávio para que possamos debater o assunto.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Agradeço de antemão e cumprimento, mais uma vez, o prezado colega Deputado Getúlio Neiva. Volto a este microfone, tomando a liberdade de pedir aparte, para comungar com esse sentimento. Manifestei-me pela aprovação da Emenda nº 29 e vi, com surpresa, essa onda de muita gente falando em aprovar a CPMF uma semana depois da eleição. Isso é um absurdo contra o eleitor, com o povo brasileiro, que ouviu da parte de todos que estiveram buscando o voto uma colocação clara de que no Brasil se cobra muito imposto, de que se faz necessária uma reforma tributária e uma relação de maior respeito com o contribuinte. Sou absolutamente contra a criação de mais um imposto agora, principalmente de um imposto perverso como esse, que tira do pobre e do rico do mesmo jeito, como se o pobre pudesse pagar mais imposto ainda. Todo o mundo pagaria mais imposto e, em cascata, o assalariado, o aposentado.

Isso é um absurdo, e pior ainda é que se usa uma estratégia... Diria que se trata de uma atitude até covarde, pois se faz essa chantagem de dizer que o dinheiro é para a saúde. Tudo isso é uma demagogia, uma falta de respeito com todos nós, com qualquer capacidade de discernimento do cidadão. Ora, existe dinheiro, e muito dinheiro, mas falta vontade política. É curioso porque, falando dos Municípios que têm de aplicar um percentual maior, 15%, praticamente inexistem Municípios que não estejam aplicando os 15% no Fundo Municipal de Saúde. E isso indiferentemente de se ter regulamentado a Emenda nº 29, porque regulamentá-la nada mais é que dizer que o dinheiro da saúde tem de ser aplicado na saúde pública, seja no fundo municipal, seja no estadual, seja no nacional, com fins específicos para atender o SUS. Então os Municípios bancam os 15%, enquanto os Estados e a União estão devendo. Os Municípios e os Estados já encontraram o equilíbrio fiscal, mas a União, que fica com a maior parte da arrecadação, não tem equilíbrio fiscal e gasta mais do que arrecada. Continua fazendo superávit fictício, diz que tem dinheiro sobrando para emprestar para o FMI, mas, se tiver de aplicar na saúde, alega que é preciso criar mais imposto.

Ora, isso é falta de respeito com o povo brasileiro, com o eleitor. Esse assunto deveria ser tirado de pauta. Espero que, chegando à Câmara Federal - e graças a Deus, pela vontade do povo mineiro, já estamos credenciados para isso -, estando lá no ano que vem, possamos levar esse mesmo discurso. Não sou intransigente a ponto de não ouvir os argumentos dos outros, sempre os respeitarei, mas, pelo amor de Deus, Deputado Getúlio Neiva, vamos investir o dinheiro na saúde e ter vontade política. Não podemos vir com essa demagogia de dizer que é preciso criar mais um imposto.

O Deputado Getúlio Neiva* - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. O que me causa estranheza, Deputado, é que, na minha cidade, o governo de Minas aplicou quase R\$45.000.000,00 na saúde, em investimentos. Estamos com uma UPA pronta, há um ano e meio, mas ela não funciona. Houve uma reforma completa no prédio, que está adequado com equipamentos mais modernos possíveis e inimagináveis. Porém ainda ouvimos falar que se farão não sei quantas UPAs no Brasil inteiro. Temos uma UPA prontinha, há um ano e meio, e não existe dinheiro para sustentá-la, pois ela custa R\$750.000,00 por mês. Então o governo do Estado, mais uma vez, garante R\$250.000,00; o governo federal falou que também pode dar, mas o Município não tem como fazê-lo. O Município hoje é governado pelo PT e, lamentavelmente, está restringindo-se em aplicar apenas os 15%, conforme V. Exa. mesmo informou. Os Prefeitos estão aplicando os 15%.

Fui Prefeito em 2001 e apliquei 28% do Orçamento em saúde, que é uma providência mais importante do que qualquer outra que se possa tomar em favor do ser humano, e isso foi feito. Mas hoje vejo o nosso pronto-socorro municipal completamente arrebentado e destruído. Sumiram até com o ar-condicionado. O hospital municipal, que era um "brinco" e funcionava às mil maravilhas, está de mal a pior, cheio de macas pelos corredores. Estamos entregando para um só hospital a administração de três, porque está faltando competência administrativa. Falta gestão na área de saúde do meu Município. Há problemas na área de saúde no Brasil? Sim. Há problemas nessa área no Estado de Minas Gerais? Sim. Mas o governo federal não cumpre sua parte. A Emenda nº 29, embora não esteja valendo para o governo federal, vale para os Municípios e para os Estados, que estão cumprindo sua parte. Por que o governo federal vem agora com essa novela, mostrando várias pessoas afirmando serem a favor da CPMF, quando há uma luta enorme para derrubar esse imposto grosseiro e covarde, que diziam ser para a saúde, porém, 78% dele, na verdade, eram desviados para outras atividades, até mesmo para a manutenção das festas no palácio do governo federal? Sr. Presidente, essa preocupação é muito lógica.

Ouvi aqui meu querido amigo e companheiro, o corajoso Deputado Antônio Júlio, "sentar o cacete" nos projetos do governo relativos à venda dos ativos podres. Graças a Deus, o PMDB tem um nível de independência fantástica. Não concordo com o que o Deputado Antônio Júlio disse, mas concordo com sua velha frase: "Já não há diálogo entre nós". O governo manda para cá os projetos e não nos chama para conversar. Vê o Deputado discordar, mas não o chama para mostrar o projeto e dialogar. Não se reúne com ele, se explica ou mostra valores. Também tenho certeza, conforme o próprio Antônio Júlio disse, de que o Governador não sabe disso. A Secretaria preparou aquele projeto, o Governador o assinou - é claro, pois ele tem de confiar em quem ocupa um cargo de confiança - e ele foi mandado para cá. Mas quem pode discutir sem os valores? Qual é o montante desse crédito podre que o governo tem e quer receber? Há 15 dias, levantei uma questão interessante: por herança do Banco Hipotecário Agrícola, o Bemge era dono das ações da Companhia de Navegação do Vale do Mucuri. Quanto valem essas ações? Apenas um valor histórico, ou aquelas sesmarias doadas para Teófilo Benedito Ottoni, de seis léguas de um lado e de outro da margem da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que envolve a Bahia em Ponta de Areia e Caravelas, não valem nada? Quais os ativos podres que constam? Poderiam muito bem informar melhor o Deputado, listar os ativos e seus valores de mercado e dizer que precisam de dinheiro para reforçar o caixa. Nada mais lógico.

Estou aqui me expondo de forma clara, e o PMDB me permite isso. Apoio, ampla e irrestritamente, o governo Anastasia, mas meu apoio é crítico. O direito da crítica deve existir. Não tenho vocação para ser carpete, para ser pisado, mas entendo que temos um governo amplamente apoiado pela população de Minas Gerais - como herança de outro governo que foi muito bom para o Estado -, o qual precisa ter o respaldo desta Casa. Certamente terá o meu apoio, mas concordo com o Deputado Antônio Júlio quando ele diz que está faltando diálogo. Os Secretários de Estado não podem ser julgados mais importantes que o Chefe, que conversa conosco. Quantas e quantas viagens fiz com o Governador Anastasia por aí afora? Ele conversa aberta e tranquilamente, negocia. Por que os Secretários têm de mandar para cá o pacote sem dar as informações de que precisamos?

Não estou aqui para dizer se votarei a favor ou contra por enquanto, mas para tentar não ser tão fortemente contra o projeto que está aí. Além disso, para buscar informações adicionais que clareiem a nossa mente e votar com tranquilidade, sabendo quais são os ativos podres que serão

vendidos.

Sr. Presidente, agradeço-lhe. Deixarei para outra oportunidade uma conversa um pouco mais larga sobre isso. Hoje à noite haverá reunião, assim como amanhã. Certamente, depois desta reunião e do desabafo do Deputado Antônio Júlio, com o nosso apoio e o do Deputado Carlin Moura, a Secretaria de Fazenda enviará informações adicionais a esse projeto para que possamos votá-lo com tranquilidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/11/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Cecília Ferramenta

exonerando, a partir de 16/11/10, Mateus Seixas Costa do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 16/11/10, Sandra Maria Machado de Melo do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas;

nomeando Mateus Seixas Costa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2010

CONCORRÊNCIA Nº 1/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 80/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em cumprimento do disposto no art. 10 e parágrafos da Lei nº 12.232, de 29/4/2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que foi realizado no dia 12/11/2010 sorteio para a composição da subcomissão técnica de que trata a Concorrência nº 1/2010, tendo sido definidos os seguintes membros: Danilo Penido de Andrade, Carteira de Identidade nº MG 1.083.283, na qualidade de membro sem vínculo funcional ou contratual; e os servidores Joana D'Arc do Nascimento, Matrícula nº 5.242-6, e Luisa de Marilac Luna, Matrícula nº 11.960-1, conforme consta da Ata da 17ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Grupo Odontológico Rios S.C. Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: FSJC Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, aos servidores da credenciante, ativos e inativos, e aos respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Neorad - Núcleo Especializado em Odontologia Radiológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade de raios X. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.